



ARMY UNIVERSITY
PRESS

EDIÇÃO BRASILEIRA

Military Review

REVISTA PROFISSIONAL DO EXÉRCITO DOS EUA

TERCEIRO TRIMESTRE 2018

○ Retorno do Manual de Campanha *FM 3-0, Operações* p3

Gen Div Mike Lundy e
Cel Rich Creed, Exército dos EUA

Que Tipo de Vitória a Rússia Está Obtendo na Síria? p48

Michael Kofman e
Matthew Rojansky, JD

Capacidades Emergentes de Geoinformação no Exército Brasileiro p80

Ten Cel Osvaldo da Cruz Morett Netto, Exército Brasileiro

[http://www.armyupress.army.mil/Journals/
Military-Review/Edicao-Brasileira/](http://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/Edicao-Brasileira/)

<https://www.facebook.com/MilitaryReviewLATAM>

https://twitter.com/MilReview_LATAM

PB -100 -18 - 07 / 08 / 09

Headquarters, Department of the Army

PIN: 203582-000

Approved for public release; distribution is unlimited

TERCEIRO TRIMESTRE 2018

CENTRO DE ARMAS COMBINADAS, FORTE LEAVENWORTH, KANSAS

3 O Retorno do Manual de Campanha FM 3-0, Operações

Gen Div Mike Lundy e
Cel Rich Creed, Exército dos EUA

O Comandante do Centro de Armas Combinadas do Exército dos EUA e o Diretor da Divisão de Doutrina de Armas Combinadas apresentam o histórico, intenção e uma descrição da mais recente versão do Manual de Campanha FM 3-0, Operations.

11 O Efeito “Pagonis”

Uma Futura Doutrina para o Posto de Comando de Área de Apoio

Gen (BG) Michael R. Fenzel e
Cap Benjamin H. Torgersen,
Exército dos EUA

Os comandantes devem aplicar a devida liderança e recursos à área de apoio da divisão, de modo que possam permanecer focados no combate diante deles. O conceito de posto de comando de área de apoio pode prover a necessária segurança para essa área.



Foto da Capa:

Os militares sírios que desertaram para juntar-se ao Exército Sírio Livre controlam uma rua em Saqba, um pouco ao leste de Damasco, na Síria, 27 Jan 12. Os diversos grupos livremente associados sob a denominação de Exército Sírio Livre se tornaram os alvos principais iniciais das operações russas na Síria, porque ameaçavam, de forma mais direta e imediata, a autoridade do Presidente sírio Bashar al-Assad. (Foto cortesia de Freedom House, Flickr)

22 Geoeconomia

Cel (Res) John F. Troxell, Exército dos EUA

O autor apresenta uma análise detalhada sobre a importância da geoeconomia, especificamente no que tange à competição entre a China e os EUA, com base em uma resenha de War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft, de Robert D. Blackwill e Jennifer M. Harris.

42 A Guerra Contemporânea e os Problemas Atuais para a Defesa do País

Gen Ex Valery Gerasimov, Chefe do Estado-Maior Geral das Forças Armadas da Federação Russa

O Chefe do Estado-Maior Geral das Forças Armadas da Federação Russa, Gen Ex Valery Gerasimov, descreve o estado da guerra a partir de uma perspectiva russa em um discurso proferido durante um congresso realizado na Academia de Ciências Militares de seu país. Tradução baseada na versão em inglês de Harold Orenstein, Ph.D., com prefácio de Timothy Thomas, ex-integrante do Foreign Military Studies Office em Fort Leavenworth, Kansas.

48 Que Tipo de Vitória a Rússia Está Obtendo na Síria?

**Michael Kofman
Matthew Rojansky, JD**

Embora a campanha russa possa ser considerada um sucesso do ponto de vista dos objetivos próprios do Kremlin, o real desempenho da Rússia, tanto em termos militares quanto políticos, precisa de uma análise mais profunda.

68 Repensando os Grupos de Combate da Infantaria do Exército dos EUA

Maj Hassan Kamara, Exército dos EUA

O autor emprega as dimensões da guerra (operacional, tecnológica, logística e social) do Sir Michael Howard para analisar como as mudanças em assuntos militares e na sociedade, bem como as projeções sobre a guerra futura, sugerem reconsideração e mudanças na estrutura atual do grupo de combate da Infantaria.

Military Review

THE PROFESSIONAL JOURNAL OF THE U.S. ARMY

Terceiro Trimestre 2018 Tomo 73 Número 3
Professional Bulletin 100-18-7/8/9
Authentication no. 1815011

Comandante, Centro de Armas Combinadas:
General de Divisão Michael D. Lundy

Editora-Chefe da Military Review: Coronel Katherine Guttormsen
Editor-Chefe das Edições em Inglês: William M. Darley
Editor-Chefe, Edições em Línguas Estrangeiras: Miguel Severo
Gerente de Produção: Tenente-Coronel Andrew White
Administração: Linda Darnell

Edições Ibero-Americanas

Assistente Editorial: Danielle Powell
Diagramador/Webmaster: Michael Serravo

Edição Hispano-Americana

Tradutor/Editor: Emilio Meneses
Tradutor/Editor: Ronald Williford

Edição Brasileira

Tradutor/Editor: Shawn A. Spencer
Tradutora/Editora: Flavia da Rocha Spiegel Linck

Assessores das Edições Ibero-americanas

Oficial de Ligação do Exército Brasileiro junto ao CAC/EUA e Assessor da Edição Brasileira: Cel Alessandro Visacro
Oficial de Ligação do Exército Chileno junto ao CAC/EUA e Assessor da Edição Hispano-Americana: Ten Cel Carlos Eduardo Osses Seguel

Military Review – Publicada pelo CAC/EUA, Forte Leavenworth, Kansas, trimestralmente em português e espanhol e bimestralmente em inglês. Porte pago em Leavenworth Kansas, 66048-9998, e em outras agências do correio.

A correspondência deverá ser endereçada à Military Review, CAC, Forte Leavenworth, Kansas, 66027-1293, EUA. Telefone (913) 684-9338, ou FAX (913) 684-9328; Correio Eletrônico (E-Mail) usarmyleavenworth.tradoc.mbx.military-review-public-em@mail.mil.

A Military Review pode também ser lida através da internet no Website: <http://www.militaryreview.army.mil/>. Todos os artigos desta revista constam do índice do Public Affairs Information Service Inc., 11 West 40th Street, New York, NY, 10018-2693.

As opiniões aqui expressas pertencem a seus respectivos autores e não ao Departamento de Defesa dos EUA ou seus elementos constituintes, a não ser que a observação específica defina a autoria da opinião. A Military Review se reserva o direito de editar todo e qualquer material devido às limitações de seu espaço.

Military Review Edição Brasileira (US ISSN 1067-0653) (UPS 009-356) is published quarterly by the U.S. Army, Combined Arms Center (CAC), Ft. Leavenworth, KS 66027-1293.

Periodical paid at Leavenworth, KS 66048, and additional mailing offices. Postmaster send corrections to Military Review, CAC, Truesdell Hall, 290 Stimson Ave., Ft. Leavenworth, KS 66027-1293.

Mark A. Milley—General, United States Army Chief of Staff

Official: 

Gerald B. O'Keefe—Administrative Assistant to the Secretary of the Army

80 Capacidades Emergentes de Geoinformação no Exército Brasileiro

Ten Cel Osvaldo da Cruz Morett Netto, Exército Brasileiro

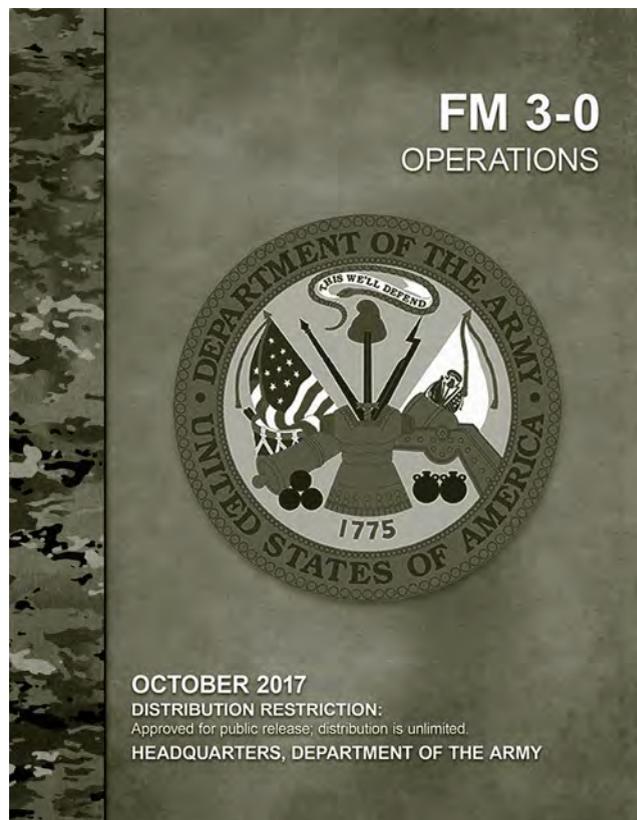
Os avanços tecnológicos das últimas décadas ampliaram de forma considerável as possibilidades de emprego da Geoinfo. O Manual de Geoinfo do EB é um importante documento que sintetiza de maneira clara e sistematizada conceitos e fundamentos importantes para que os usuários não especializados desempenhem suas funções, tirando o máximo proveito do que a Geoinfo pode oferecer em prol das atividades militares desenvolvidas pela Força Terrestre.

O Retorno do Manual de Campanha *FM 3-0, Operações*

Gen Div Mike Lundy e
Cel Rich Creed, Exército dos EUA

Quando o Exército dos Estados Unidos da América (EUA) revogou o Manual de Campanha 3-0, *Operações (FM 3-0, Operations)* e lançou a Publicação Doutrinária do Exército 3-0, *Operações Terrestres Unificadas (ADP 3-0, Unified Land Operations)*, em 2011, o mundo era um lugar diferente¹. A probabilidade de um combate terrestre de grande vulto contra um inimigo de poder de combate equiparado parecia remota. Embora os russos houvessem intervindo na Geórgia com forças terrestres em 2008, havia poucos indícios de que eles se envolveriam em outras condutas fisicamente agressivas. As reivindicações marítimas chinesas no Mar do Sul da China pareciam ter pouco a ver com as considerações do Exército. A península coreana permanecia sob tensão, mas um recomeço da guerra não parecia mais provável que em nenhum outro momento desde o armistício de 1953. As duas brigadas de combate blindadas do Exército dos EUA que ainda estavam na Alemanha haviam recebido ordens de retornar para o território continental dos EUA, e a Força Terrestre implementava uma redução de pessoal ao mesmo tempo que acelerava o passo rumo a uma decisão que também colocaria uma significativa parcela das tropas do Exército estacionadas na Coreia em sistema de rodízio.

O ambiente estratégico mudou consideravelmente desde então. A agressão russa contra a Ucrânia e a conduta cada vez mais belicosa dos norte-coreanos e iranianos são excelentes exemplos. A modernização acelerada das forças armadas chinesas também contribuiu para a impressão de que o Exército precisava adaptar-se



rapidamente a uma maior possibilidade de um combate terrestre de grande vulto contra adversários consideravelmente mais capazes que a Al Qaeda, os insurgentes iraquianos e o Talibã. Em consequência, o Exército começou a se adestrar para operações de combate de grande vulto durante os exercícios do programa de adestramento de Comando de Missão e nos centros de adestramento para o combate com “simulação viva”, após um hiato de uma década. Também descobriu que a nossa atual doutrina tática para operações de combate de grande vulto era inadequada.

Em 2016, o Chefe do Estado-Maior do Exército [equivalente ao Comandante do Exército no Brasil — N. do T.] determinou que o Comando de Instrução e Doutrina (*Training and Doctrine Command — TRADOC*) elaborasse um manual de operações que

fornecesse a base doutrinária para a vitória no combate terrestre de grande vulto contra inimigos cujas capacidades militares, em contextos regionais, rivalizassem com as nossas. Embora contasse com alguns materiais doutrinários relevantes ao combate de grande vulto, o Exército não possuía um manual único e atualizado que tivesse como foco as táticas de grandes unidades a serem usadas contra ameaças modernas. Havia também a necessidade definitiva de abordar as operações do Exército ao longo do espectro dos conflitos e os papéis que ele desempenha para a força conjunta, conforme nossos adversários desafiam o *status quo* em várias regiões em todo o mundo.

As versões anteriores do FM 3-0, *Operações*, e seu precursor, o FM 100-5, continham ideias úteis, que são relevantes para os problemas contemporâneos, mas nenhum deles abordou de forma adequada todos os desafios do ambiente operacional da atualidade. Profissionais razoavelmente bem-informados podem debater e, de fato, debatem quais desafios são os mais graves, mas a maioria deve concordar que eles se enquadram em três categorias gerais. A primeira e possivelmente mais importante categoria se refere à ideia de que a cultura do Exército precisava mudar. O foco nos desdobramentos regularmente programados de brigadas de combate (*brigade combat team* — *BCT*), nos comandos superiores e nas tropas de apoio para a condução de operações de contrainsurgência, a partir de bases fixas, contra inimigos com capacidades militares limitadas, gerou uma visão de combate terrestre incompatível com a realidade de conduzir um combate em larga escala contra uma ameaça com poder militar equiparado. Restam poucos comandantes em nossos escalões táticos que tenham uma experiência significativa no adestramento ou combate contra ameaças com poder de combate equiparado, e os que têm experiência em escalões superiores estavam sem prática, após se concentrarem na contrainsurgência durante uma década ou mais. O novo FM 3-0 aborda a necessidade de mudar a cultura do Exército ao descrever o ambiente operacional e a ameaça, enfatizar os importantes papéis dos escalões acima do nível brigada durante as operações e tratar de considerações sobre o adestramento e prontidão em cada função de combate, durante o combate terrestre de grande vulto².

A segunda categoria de desafios consiste em melhorar a prontidão do Exército para vencer no combate

terrestre de grande vulto contra oponentes com capacidades equivalentes. Nosso Exército e nossa doutrina haviam sido otimizados para operações limitadas de contingência focadas, principalmente, em operações nas quais as tarefas de contrainsurgência e estabilização representavam o grosso do que as unidades e os quartéis-gerais fariam. Desde 2003, raramente algum escalão acima de pelotão correu o risco de destruição por forças inimigas, e nenhuma unidade enfrentou forças inimigas capazes de concentrar fogos ou manobrar forças de grande porte efetivamente. O problema é que a capacidade de efetivamente moldar os ambientes de segurança e prevenir o conflito por meio de uma dissuasão convencional convincente ou de consolidar ganhos para alcançar o objetivo político pretendido advém da demonstração de prontidão para prevalecer no combate terrestre de grande vulto contra as ameaças mais letais. É por isso que a essência do FM 3-0 aborda operações de combate terrestre de grande vulto nos escalões brigada, divisão e corpo de exército. Descreve as táticas e procedimentos utilizados durante a defensiva e a ofensiva, e os que conhecem as edições anteriores do FM 3-0 ou FM 100-5 provavelmente não ficarão surpresos com o que lerão nesses três capítulos. Não há novas tarefas táticas, mas há um reconhecimento renovado e uma discussão mais aprofundada sobre as táticas necessárias para empregar capacidades dentro e entre múltiplos domínios, a fim de possibilitar a liberdade de ação para os escalões subordinados.

O que é novo em relação às edições anteriores, porém, são os capítulos focados nas operações para moldar, operações para prevenir e operações para consolidar ganhos. Uma grande parte do Exército está continuamente empenhada nessas operações por todo o mundo, e o desempenho da Força tem uma influência significativa tanto sobre a probabilidade de um combate terrestre de grande vulto quanto sobre os resultados estratégicos de tal combate, caso ocorra. O FM 3-0 aborda, portanto, as operações que o Exército conduz em todo o espectro dos conflitos, ao desempenhar seus papéis estratégicos como parte da força conjunta, reconhecendo que é a capacidade demonstrada de vencer no combate terrestre de grande vulto que possibilita a execução eficaz de missões em apoio aos demais papéis estratégicos. Assim, o manual também contém uma renovada ênfase nos papéis dos escalões corpo de exército e divisão para empregar essas capacidades.

Os corpos de exército e divisões desempenham um papel central no combate terrestre de grande vulto, que não é nem pode ser um empreendimento centrado na brigada de combate. Quando devidamente constituídos, adestrados e comandados, os escalões de comando desoneram os escalões subordinados ao estreitar seu foco, reduzir seu alcance de controle e manter a perspectiva mais ampla no tempo e espaço, necessária para um efetivo planejamento. A divisão é o primeiro escalão capaz de planejar e coordenar, efetivamente, o emprego de todas as capacidades em múltiplos domínios ao longo de todo o modelo operacional. O mesmo se aplica ao corpo de exército durante operações que requeiram várias divisões. Cada escalão superior tem uma perspectiva que deve considerar o tempo, a geografia, o processo decisório e o espectro eletromagnético de um modo diferente. Essa não é uma nova ideia militar, mas reflete uma mudança significativa em relação às experiências de formação da maior parte do comando do Exército dos EUA, vividas em uma época que as divisões e corpos de exército desempenhavam o papel de comando conjunto ou estavam mais focados no nível operacional, em lugar do tático.

A terceira categoria de desafios se refere à realidade de que o Exército dos EUA não goza de enormes vantagens contra todo oponente que possivelmente tenha de enfrentar. O FM 3-0 reconhece que alguns adversários têm capacidades iguais ou até superiores, que podem colocar as forças do Exército dos EUA em uma posição de relativa desvantagem, particularmente em um contexto regional. Algumas capacidades das ameaças, particularmente os sistemas de defesa antiaérea integrados e os fogos de longo alcance superfície-superfície, coíbem, seriamente, a liberdade de ação nos domínios aéreo e marítimo, o que significa que as outras Forças Singulares talvez não sejam capazes de ajudar a resolver problemas táticos terrestres de um modo tão rápido ou fácil quanto foi possível no Iraque e no Afeganistão. Contra alguns oponentes, o Exército dos EUA provavelmente terá uma quantidade muito inferior e um menor alcance em artilharia de tubo e foguetes, o que apresentaria um problema tático, mesmo que as forças amigas não fossem confrontadas no domínio aéreo. A possível combinação de desvantagens relativas nos domínios terrestre, marítimo e aéreo tem implicações para o modo pelo qual as forças do Exército conduzem operações contra formações inimigas concebidas com base em sistemas de fogos

de longo alcance, que empregam armas de manobra em apoio a fogos com mais frequência do que o inverso. Portanto, entender os vários métodos empregados por nossos adversários e potenciais inimigos (guerra sistêmica, isolamento, impedimento, guerra de informação e área segura) é essencial para formular planos táticos para derrotá-los, e é importante entender que esses métodos provavelmente se manifestarão de modo diferente em cada situação.

Diferentemente do Combate Ar-Terra, que se concentrava em um inimigo, ou de versões anteriores do FM 3-0, que, na verdade, não se concentravam em nenhuma ameaça em particular, esta edição do manual tem como foco os adversários com poder de combate equiparado ou quase equiparado (Rússia, China, Irã e Coreia do Norte) no atual ambiente operacional. Por essa razão, os desafios operacionais diante do Exército dos EUA abarcam todo o espectro das operações militares em todos os domínios, e precisam ser abordados. O FM 3-0 não foi otimizado para um único tipo de operação ou ameaça, mas foi elaborado tendo como referencial as mais potentes capacidades e métodos adversários que têm se proliferado mundialmente, e leva em consideração o que o Exército tem de fazer — de conduzir o combate terrestre de grande vulto a moldar o ambiente de segurança por meio do engajamento

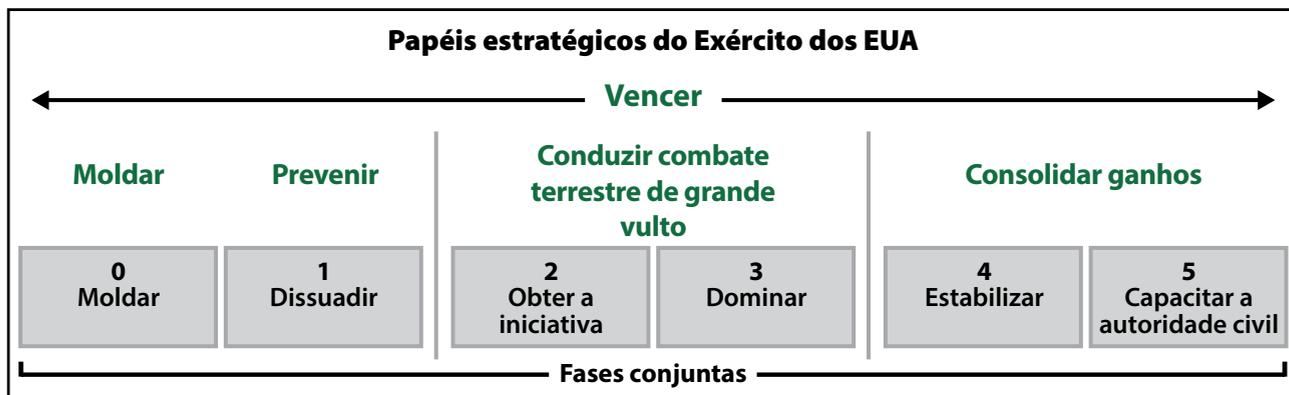
regional, passando por todos os tipos de operação. O FM 3-0 não muda o conceito operativo fundamental do Exército, que continua sendo as

O Gen Div Michael Lundy, do Exército dos EUA, é o Comandante do U.S. Army Combined Arms Center e do U.S. Army Command and General Staff College, em Fort Leavenworth, Estado do Kansas. Possui o título de mestre em Estudos Estratégicos e concluiu os cursos do U.S. Army Command and General Staff College e U.S. Army War College. Serviu, anteriormente, como Comandante do U.S. Army Aviation Center of Excellence, em Fort Rucker, Estado do Alabama, e em missões no Haiti, Bósnia, Iraque e Afeganistão.

O Cel Richard Creed, do Exército dos EUA, é o Diretor do Combined Arms Doctrine Directorate, em Fort Leavenworth, e um dos autores do FM 3-0, *Operations*. Concluiu o bacharelado pela Academia Militar dos EUA e mestrados pela School of Advanced Military Studies e U.S. Army War College. Serviu em missões na Alemanha, Coreia, Bósnia, Iraque e Afeganistão.

operações terrestres unificadas. O que ele faz é considerar melhor a razão por trás das operações que conduzimos, para esclarecer a inter-relação entre objetivo estratégico, planejamento, prontidão e as tarefas táticas designadas às unidades.

se concentram no combate terrestre de grande vulto, e o capítulo 8 (Operações para Consolidar Ganhos) aborda a transição escalonada do combate terrestre de grande vulto à consecução final do objetivo operacional ou estratégico.



(Figura do U.S. Army Field Manual 3-0, Operations)

Figura 1. Papéis Estratégicos do Exército e Relações com as Fases da Doutrina Conjunta

Organização e Propósito

O FM 3-0 organiza as operações segundo o propósito, em conformidade com os quatro papéis estratégicos do Exército. O Exército *molda o ambiente operacional, previne conflitos, conduz o combate terrestre de grande vulto e consolida ganhos*. As forças do Exército fazem isso como parte da força conjunta, geralmente em um contexto multinacional, para um comandante da força conjunta. As versões anteriores do FM 3-0 e do FM 100-5 não enfatizaram, de modo adequado, a ligação crucial entre as tarefas táticas e a consecução do objetivo estratégico para o qual nós as conduzimos. A classificação dos tipos de operação segundo o propósito está em consonância com o conceito de faseamento conjunto constante da Publicação Conjunta 3-0, *Operações Conjuntas (JP 3-0, Joint Operations)*, ao mesmo tempo que se enfatiza que nem sempre há uma relação linear direta entre essas fases (veja a figura 1)³. Os capítulos 3 (Operações para Moldar) e 4 (Operações para Prevenir) do FM 3-0 descrevem as operações conduzidas que não chegam ao patamar de combate terrestre de grande vulto, nas quais os adversários buscam utilizar métodos abaixo do limiar do conflito armado para abalar o *status quo* ou subverter nações amigas. Os capítulos 5 (Combate Terrestre de Grande Vulto), 6 (Defesa) e 7 (Ofensiva)

A consecução do objetivo estratégico das operações é a teoria subjacente da vitória no FM 3-0, sendo abordada no final do capítulo 1. Há poucas soluções permanentes aceitáveis para o conflito no nível estratégico. A maioria dos conflitos no mundo é administrada no decorrer de longos períodos, em que cada lado tenta aumentar e explorar posições de vantagem relativa. Com efeito, a força conjunta está ganhando ou perdendo uma competição que oferece oportunidades para a obtenção de resultados positivos durante operações aquém de um conflito armado, durante o conflito armado e durante a transição que ocorre depois dele. O Exército, ao desempenhar seus papéis estratégicos como parte da força conjunta, conduz operações ao longo de todo o espectro dos conflitos para que os EUA mantenham uma posição de vantagem em relação a ameaças reais e potenciais. As operações para moldar ou prevenir têm sucesso quando derrotam o propósito de um adversário, como no caso de uma tentativa de desestabilizar o *status quo* desejado ou de subverter um Estado amigo. Vencemos durante o combate terrestre de grande vulto ao destruímos ou derrotamos as capacidades convencionais e a determinação de resistir de um inimigo. Consolidamos ganhos, efetivamente, quando concluímos ações que garantam que o inimigo não possa constituir outras formas de resistência para prolongar o conflito ou mudar sua

natureza de algum modo que prejudique nosso propósito. Em suma, o FM 3-0 fornece um contexto para que os comandantes e seus estados-maiores possam praticar, com sucesso, a arte operacional adequada para o espectro das operações militares.

O Antigo e o Novo

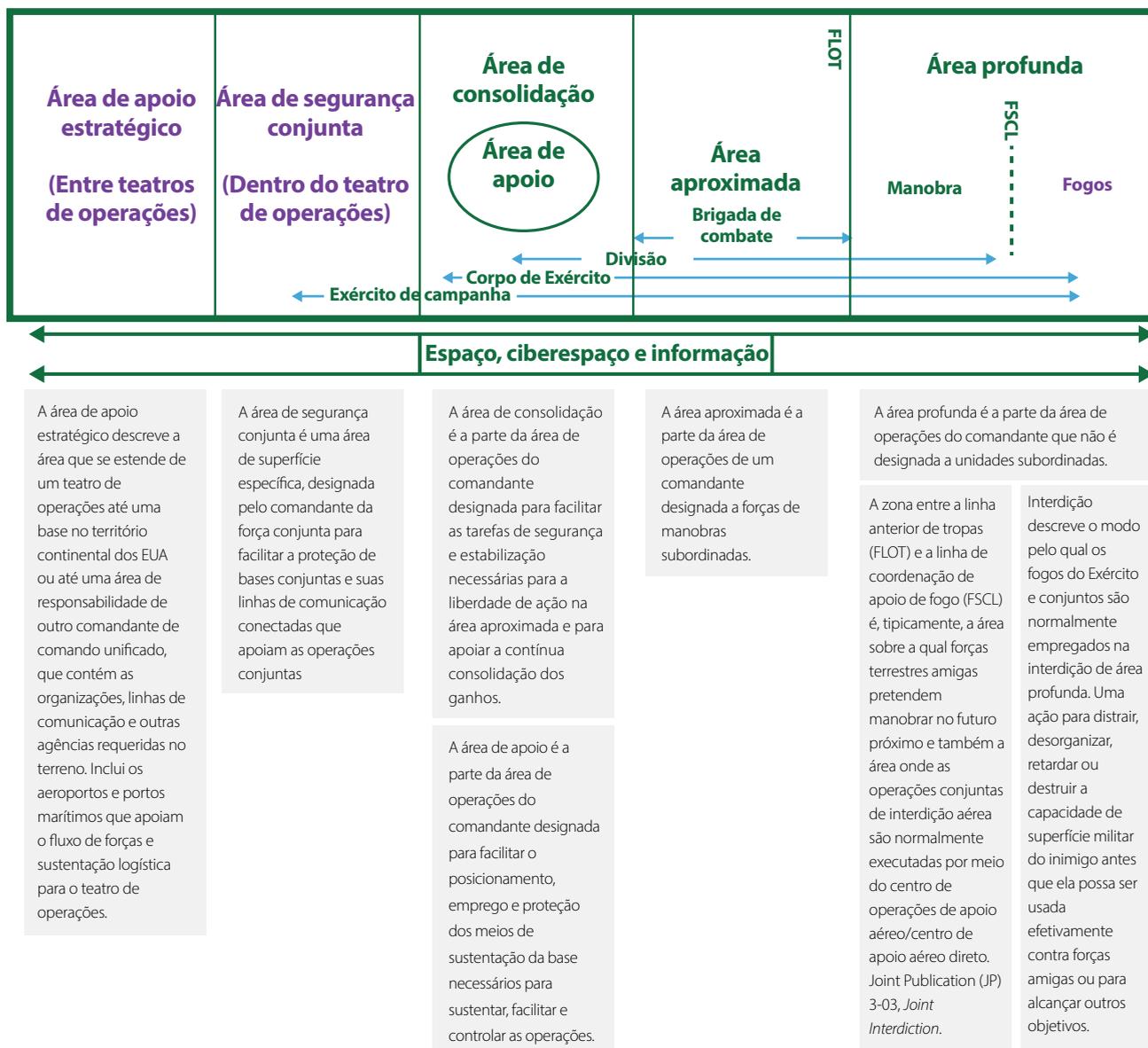
Todo debate sobre uma nova doutrina para operações de combate terrestre de grande vulto costuma gerar o argumento de que o Exército dos EUA anseia pelos dias “mais simples” do planejamento para a ameaça soviética na Europa como uma forma de escapar do desafio representado pela contrainsurgência. Outro argumento é que o Exército está buscando trazer de volta o combate em larga escala como uma justificativa para manter a estrutura da força. Nenhum deles é o caso. O capítulo 1 descreve um ambiente operacional bem diferente daquele de 35 ou até 5 anos atrás. A abordagem intelectual consiste em considerar, especificamente, os adversários da atualidade e as amplas categorias de operações que o Exército conduz para enfrentá-los como parte da força conjunta. Foi fundamental incorporar a diretriz do Chefe do Estado-Maior do Exército com respeito a preparar a Força para o combate terrestre de grande vulto contra um oponente com capacidades equiparadas, e o FM 3-0 deixa claro que há uma ligação entre o que ela faz durante operações que não o conflito e o que ela precisa fazer para prevalecer na guerra. O FM 3-0 leva em consideração tanto o que é permanentemente fundamental quanto o que mudou no contexto das atuais realidades ambientais, organizações e capacidades do Exército.

Há algumas ideias significativas que não são necessariamente novas para as operações, mas que não foram adequadamente abordadas na doutrina ou experiência recentes. Buscamos, especificamente, levar em consideração a importância das capacidades das forças amigas e das ameaças nos múltiplos domínios e no ambiente informacional. Assim, modificamos o modelo operacional para aproximá-lo da estrutura do campo de batalha ampliado constante do conceito de combate em múltiplos domínios (veja a figura 2)⁴. Essa modificação reconhece as realidades do ambiente operacional, as atuais capacidades do Exército e conjuntas e as considerações de planejamento essenciais para vencer. O novo modelo operacional acrescenta a área de apoio estratégico, área de segurança conjunta (JSA, na sigla

em inglês), área de consolidação e área de fogos profundos às áreas anteriormente denominadas profunda, aproximada e de apoio.

As áreas de apoio estratégico e de segurança conjunta abarcam os locais onde as atividades do Exército ocorrem fora das áreas de operações sob responsabilidade dos comandantes de nível tático da Força. As forças do Exército transitam e operam nessas áreas, mas estas ficam, de modo geral, a cargo das outras Forças Singulares, comandantes de comando unificado e comando conjunto, por englobarem, principalmente, domínios que não o terrestre. Nós as acrescentamos porque as forças do Exército são fortemente influenciadas pelo que ali acontece, tendo responsabilidades de planejamento por suas atividades naquelas áreas e no ambiente informacional. A área de fogos profundos é aquela parte da área profunda que fica além do local onde as forças do Exército imediatamente planejarão manobrar com tropas terrestres e onde seriam empregadas, de modo geral, capacidades em múltiplos domínios conjuntas e do Exército. A área de apoio estratégico, área de segurança conjunta e área de fogos profundos descrevem, na verdade, o que já existia de fato, mas não era explicado na anterior doutrina tática para grandes unidades. É a área de consolidação que representa a maior mudança no modelo operacional em termos de como as forças do Exército consideram as áreas de operações nos escalões corpo de exército e divisão.

A área de consolidação foi concebida para resolver um antigo problema durante as operações. Há muito que o Exército enfrenta desafios de segurança atrás de suas forças enquanto mantém o ritmo nas áreas aproximada e profunda, particularmente durante operações ofensivas, quando os limites da retaguarda da brigada de combate avançam e aumentam o tamanho da área de apoio da divisão além da capacidade das unidades que ali operam para controlar o terreno e populações ou proteger-se contra forças inimigas desbordadas. A solução típica era designar tropas das brigadas empenhadas em operações nas áreas aproximada e profunda à brigada de apoio à manobra (MEB) [ou “brigada de multiplicadores do poder de combate” — N. do T.] durante os exercícios, o que tinha resultados satisfatórios contanto que a divisão desbordasse apenas pequenas formações inimigas e o cenário de adiestramento fosse mensurado para evitar que as forças inimigas fossem agressivas demais. A experiência real contra forças iraquianas durante os primeiros meses da Operação



(Figura do U.S. Army Field Manual 3-0, *Operations*)

Figura 2. Modelo Operacional do FM 3-0 para as Operações Terrestres Unificadas

Iraqi Freedom indicou que essa abordagem envolve significativo risco tanto durante quanto depois da execução de operações de combate terrestre de grande vulto. Não se pode dar ao inimigo tempo de reconstituir novas formas de resistência para prolongar o conflito e reverter nossos ganhos iniciais no campo de batalha. Contra ameaças mais capazes, precisamos abordar o problema diretamente por meio do planejamento e emprego do poder de combate *adicional* necessário além do que for requerido para as áreas aproximada e profunda para consolidar ganhos durante as operações de combate de grande vulto.

Durante a Guerra Fria na Europa, o Exército podia contar com seus aliados para o rápido fornecimento do poder de combate necessário para consolidar ganhos, conforme o combate em larga escala terminava em uma área de operações particular. Embora esse ainda seja o caso na Coreia, e isso provavelmente se aplique quando combatem como parte da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), há outros lugares no mundo onde as forças do Exército dos EUA precisariam consolidar os próprios ganhos, pelo menos inicialmente. Isso é especialmente importante ao conduzirmos operações ofensivas

de ritmo acelerado que desbordem significativas forças de manobra inimigas para evitar sermos fixados enquanto estivermos dentro do alcance dos fogos de canhões, foguetes e mísseis de longo alcance inimigos. O FM 3-0 afirma que os comandantes de corpo de exército e divisão *podem* designar uma área de consolidação a um escalão subordinado como uma área de operações, para facilitar a liberdade de ação ao desonerar unidades nas áreas de apoio, aproximada e profunda. No caso de uma divisão, isso seria executado, normalmente, por uma brigada de combate adicional, que deve ser levada em consideração quando o exército de campanha efetuar a adaptação da força para o comandante da força conjunta. Um corpo de exército designaria a uma divisão a responsabilidade por sua área de consolidação, que se ampliaria conforme suas divisões avançassem e os limites das unidades mudassem para manter a impulsão.

As áreas de consolidação são dinâmicas, já que as unidades a elas designadas conduzem, inicialmente, ações ofensivas, ações defensivas e as ações de estabilização mínimas necessárias para derrotar forças desbordadas, controlar acidentes capitais, instalações críticas e centros populacionais. Com o tempo, à medida que a situação amadurecer, a combinação de tarefas táticas será, provavelmente, metade segurança e metade estabilização em cada área de consolidação. Contudo, as tarefas relacionadas à segurança são sempre prioritárias. O planejamento a execução para consolidar ganhos deve levar em consideração todos os possíveis meios de resistência inimigos e serem abordados como uma forma de exploração e perseguição, caso queiramos produzir resultados duradouros. É crucial evitar dar aos inimigos tempo para se reorganizarem para um tipo diferente de combate.

Conforme mencionado anteriormente, as forças designadas para áreas de consolidação são adicionais e não significam retirar poder de combate da área aproximada. Quando planejamos operações e alocamos forças, devemos considerar o requisito de consolidar ganhos como parte da elaboração de estimativas de estado-maior responsáveis e exatas. O requisito de consolidar ganhos não desaparece se o ignorarmos, e quanto maior for o atraso em abordá-lo, maior será o impacto sobre a capacidade da força para manter o ritmo e mais difícil o requisito provavelmente se tornará como um todo. O Exército sempre foi encarregado de consolidar ganhos. Cumpriu tal incumbência com diferentes graus de sucesso nas Guerras Indígenas; durante a Reconstrução após a Guerra

Civil; durante a Guerra Hispano-Americana; durante a Segunda Guerra Mundial e a Guerra da Coreia; e no Vietnã, Haiti, Iraque e Afeganistão. Nosso grau de sucesso influencia o modo pelo qual os resultados dessas guerras ou conflitos são vistos atualmente.

Essa ideia tem implicações óbvias. As unidades de acompanhamento e apoio designadas, segundo a composição de meios, para conduzir as operações de armas combinadas são essenciais. As unidades podem estar no teatro de operações, ou consistir em forças que cheguem mais tarde no processo de desdobramento. Unidades da coalizão poderiam, muitas vezes, ser adequadas à designação para áreas de consolidação. A maior implicação é que mais forças são requeridas e devem ser alocadas para derrotar o inimigo no campo de batalha e consolidar ganhos a fim de alcançar um objetivo estratégico do que para simplesmente derrotar o inimigo no campo de batalha.

Escalões do Exército e o Modelo Operacional

O FM 3-0 reconhece a importância das capacidades cibernéticas e espaciais, da guerra eletrônica e do acirradamente disputado ambiente informacional. Incorpora aspectos-chave da mais recente doutrina sobre essas áreas nas operações conduzidas por exércitos de campanha, corpos de exército e divisões. Fazer essas capacidades convergirem em apoio às forças terrestres para obter e explorar posições de vantagem é um papel fundamental desempenhado pelos escalões divisão e superiores. As brigadas de combate que lutam na área aproximada geralmente não têm tempo ou capacidade para efetivamente planejar e empregar capacidades nos múltiplos domínios além das que já estiverem sob seu controle. A mobilidade, a letalidade e a proteção dominam o foco cognitivo nos escalões brigada e inferiores durante o combate terrestre. Os exércitos de campanha, corpos de exército e divisões estão suficientemente afastados do combate aproximado para ter uma perspectiva mais ampla ao longo de todo o modelo operacional, e é neles que as capacidades pertencentes a cada domínio são coordenadas e sincronizadas para convergir no tempo e no espaço a fim de permitir a liberdade de ação aos escalões subordinados. São eles que identificam e exploram janelas de oportunidade.

O modo pelo qual pensamos no modelo operacional mudou. A primeira diferença a considerar é que deixamos de discutir a questão de conceitos lineares *versus* não lineares. Em vez disso, o FM 3-0 tem áreas de operações

contíguas e não contíguas para considerar melhor a natureza não linear de todas as operações, independentemente das linhas físicas sobre um palco. A próxima e maior diferença é que cada área do modelo operacional tem considerações *físicas, temporais, cognitivas e virtuais* que se correlacionam com o foco de um escalão em particular. Sem um foco específico a um escalão no tempo e no espaço em múltiplos domínios, seria provável que todos se concentrassem no combate aproximado e operações correntes.

As considerações sobre o modelo operacional proporcionam aos comandantes e estados-maiores uma forma de examinar os múltiplos domínios e o ambiente informacional no contexto das operações terrestres. Essas considerações são tão inter-relacionadas quanto os domínios em qualquer situação específica, tendo diferentes implicações para os diferentes escalões que operem em diferentes áreas do modelo operacional. As considerações físicas e temporais dizem respeito ao espaço e tempo, e já convivemos com elas há muito tempo. As considerações cognitivas são aqueles aspectos que dizem respeito ao processo decisório do inimigo, à vontade do inimigo, à nossa vontade e ao comportamento das populações. As considerações virtuais dizem respeito a atividades e entidades situadas no ciberespaço, tanto de forças amigas quanto das ameaças. Examinadas em conjunto, as quatro considerações permitem que os comandantes e estados-maiores reflitam sobre a realidade de que todo combate é em múltiplos domínios e já é assim há muito tempo.

As capacidades marítimas influenciam o combate terrestre há mais de 2 mil anos. As capacidades aéreas também o fazem há mais de um século, ao passo que as capacidades espaciais já existem há mais de 40 anos. Até mesmo o ciberespaço tem desempenhado um papel crucial por quase duas décadas. Ao estender, explicitamente, o modelo operacional além de um modelo físico de foco

tático, o FM 3-0 considera o emprego de capacidades livres de restrições de alcance durante operações que não cheguem ao conflito armado, durante contingências de pequeno vulto, durante o combate terrestre de grande vulto e quando consolidarmos ganhos para obter resultados duradouros para nossas operações táticas.

O Caminho À Frente

O novo FM 3-0 tem implicações significativas para o Exército conforme ele se reorienta para o combate terrestre de grande vulto ao mesmo tempo que conduz outros tipos de operação em todo o mundo para prevenir que adversários com poder de combate equiparado e quase equiparado obtenham posições de vantagem estratégica. Muitas das considerações necessárias para alcançar o êxito militar no atual ambiente operacional permanecem fundamentalmente inalteradas, mas o que mudou é importante. As forças do Exército não podem se dar ao luxo de se concentrarem exclusivamente no combate terrestre de grande vulto à custa das demais missões que a nação delas requer, mas, aos mesmo tempo, não podem se dar ao luxo de estarem despreparadas para aquele primeiro tipo de operação em um mundo cada vez mais instável. O fato de estarem preparadas para o combate terrestre de grande vulto gera uma dissuasão convincente e contribui para a estabilidade em âmbito mundial. Para se prepararem, é preciso que haja uma doutrina adequada, para que os exércitos de campanha, corpos de exército, divisões e brigadas conduzam operações com a combinação certa de forças capazes de executar tarefas táticas para alcançar objetivos operacionais e estratégicos. Contamos com um animado debate profissional por todo o Exército, conforme integrarmos nossa nova doutrina operacional na Força. Esse debate profissional sem dúvida servirá de base para outras mudanças no futuro e nos tornará um Exército melhor. ■

Referências

1. Field Manual (FM) 3-0, *Operations* (Washington, DC: U.S. Government Publishing Office [GPO], 2008 [obsoleto]). A Emenda 1 a essa versão foi publicada em 2011; Army Doctrine Publication 3-0, *Unified Land Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, 2011 [obsoleto]).

2. FM 3-0, *Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, 6 Oct. 2017).

3. *Ibid.*, figura 1-4.

4. Para obter mais informações sobre o conceito de combate em múltiplos domínios, veja David G. Perkins, "Multi-Domain Battle: Driving Change to Win in the Future," *Military Review* 97, no. 4 (July-August 2017): p. 6–12. [O artigo traduzido, intitulado "Combate em Múltiplos Domínios: Impulsionando a Mudança para Vencer no Futuro", consta da edição brasileira do Primeiro Trimestre de 2018 — N. do T.]



Uma frota de viaturas blindadas e helicópteros embalados aguarda desmobilização para os EUA após serviço durante a Operação *Desert Storm*, 17 Jun 91. O enorme sucesso dos esforços logísticos durante a guerra deveu-se, em parte, à nomeação do Gen Div William Pagonis como único comandante das operações logísticas. (Foto do 1º Ten Gary W. Butterworth, Marinha dos EUA)

O Efeito “Pagonis”

Uma Futura Doutrina para o Posto de Comando de Área de Apoio

Gen (BG) Michael R. Fenzel e

Cap Benjamin H. Torgersen, Exército dos EUA

Desde a Batalha das Termópilas, quando Xerxes atacou a área de retaguarda espartana e o Rei Leônidas respondeu com 300

de seus melhores guerreiros para prevenir o avanço persa em direção a Atenas, os exércitos e seus generais veem a retaguarda do inimigo como um alvo atrativo

e, frequentemente, vulnerável. No campo de batalha moderno, a área de retaguarda está sujeita à devastação do terrorismo e aos efeitos destruidores de insurgentes estrategicamente posicionados. O objetivo não mudou em 2.500 anos: se for possível destruir os suprimentos e os meios de sustentação [apoio logístico] do exército oponente, há um caminho livre para a vitória. O modo pelo qual um comandante de divisão pensa sobre a defesa de sua área de apoio [logístico] deve ter uma correlação direta com a batalha desenvolvida nas áreas aproximada e profunda. Contudo, nenhum comandante está interessado em olhar por cima do ombro e desviar o raciocínio, energia ou recursos para defender a operação de sustentação logística depois de ingressar em um combate.

Considerando a atual velocidade do combate, a onipresença dos sistemas aéreos não tripulados de forças amigas e inimigas e a combinação de ameaças terroristas e insurgentes atrás das linhas amigas, já não basta simplesmente proteger os meios logísticos da divisão. As forças amigas devem se empenhar vigorosamente em reduzir o crescimento acelerado das ameaças, para prevenir que grandes desafios à sustentação logística se estabeleçam. Defendemos que empenhar um comando totalmente funcional, focado tanto em sustentar quanto em proteger as linhas de apoio [logístico] e comunicações terrestres, ao mesmo tempo que se enfrentam forças inimigas de modo enérgico e agressivo, constitui um novo imperativo da guerra. A integração física e doutrinária das funções de proteção, logística (sustentação) e combate é o melhor método de controlar a área de apoio. Nesse caso, um subcomandante serve como agente de controle, para desonerar o comandante da divisão. Essas tarefas não consistem em novas obrigações, e sim em uma variação moderna sobre o antigo tema de que os exércitos negligenciam a segurança das áreas de apoio por sua própria conta e risco.

A história do posto de comando da área de apoio [logístico] (PC A Ap) como conceito remonta às legiões romanas, quando havia uma estrutura organizacional e um conjunto de princípios que regiam as operações na área de apoio. O exército romano criou órgãos especializados para distribuir e transportar armas, equipamentos e rações para as tropas da linha de frente. Utilizava vagões para levar e trazer suprimentos das linhas de frente com escoltas bem armadas. O exército se preocupava em construir estradas e pontes onde quer que

se aventurasse, para facilitar a tarefa de ressuprimento. Os oficiais de intendência e engenheiros têm suas raízes nesse período¹.

Napoleão reconheceu a importância fundamental de proteger e agilizar sua estrutura logística para a manutenção de um grande exército. Tomando como base o exemplo do exército romano, o comandante logístico de Napoleão, Claude-Louis Petiet, criou um sistema formal de requisição de suprimentos e nomeou comissários militares para supervisionarem os esforços de ressuprimento. Algumas funções de suprimento, como fazer pão, processar carnes e coletar alimentos, tinham seus próprios órgãos e chefes². Na campanha de 1805 em Austerlitz, essas inovações, aliadas à decisão de Napoleão de organizar seu exército em divisões com unidades de apoio orgânicas, mostraram-se significativas. Estimulado por essa vantagem, o Exército Francês

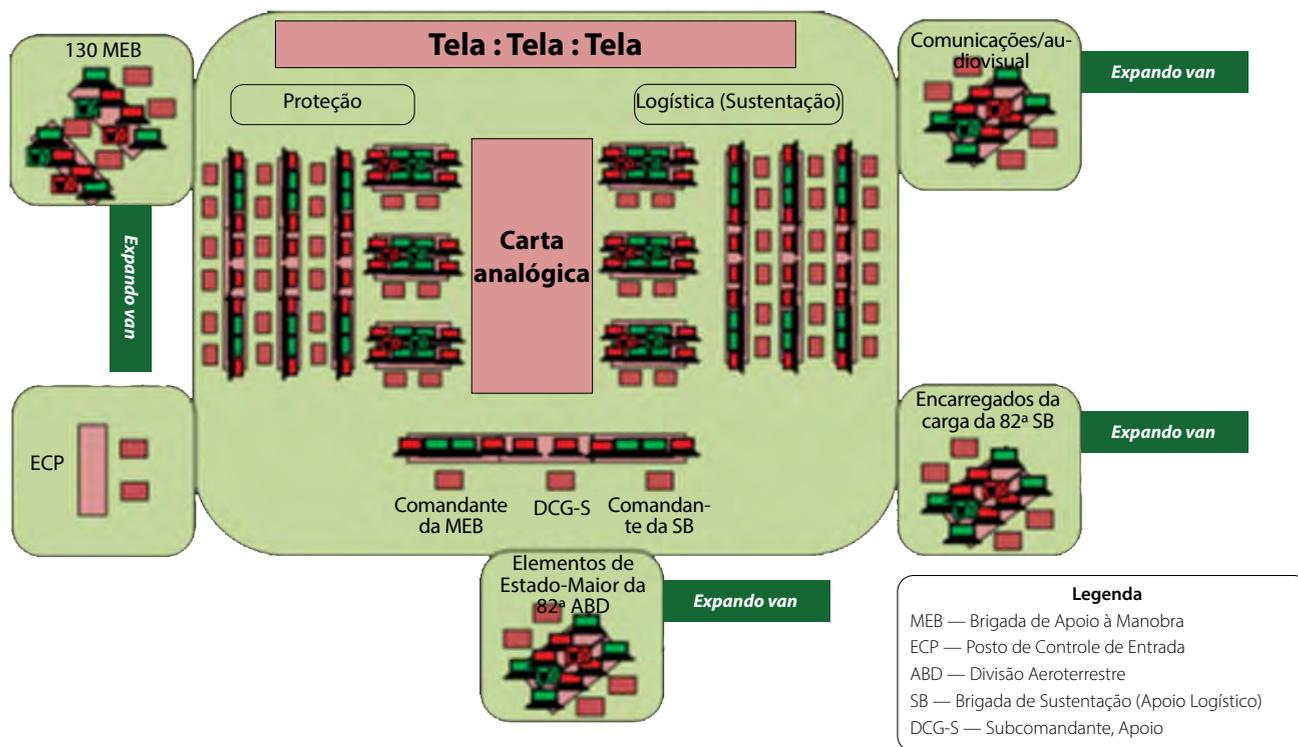
cobriu grandes áreas territoriais, superou continuamente os inimigos em manobra, suportou um grande número de baixas e obteve a vitória repetidas vezes³. O

O Gen (BG) Michael R. Fenzel, do Exército dos EUA,

é o Diretor de Planejamento (CJ5) da Missão *Resolute Support* da OTAN e Forças dos EUA no Afeganistão. Serviu, mais recentemente, como Subcomandante (Apoio) da 82ª Divisão Aeroterrestre em Fort Bragg, Carolina do Norte. Antes disso, serviu como pesquisador militar sênior junto ao Conselho de Relações Exteriores e Chefe do Estado-Maior da 82ª Divisão Aeroterrestre. Fenzel possui os títulos de doutorado em Estudos de Segurança Nacional pela Naval Postgraduate School e de mestrado pela Harvard University. É o autor do recém-publicado *No Miracles: The Failure of Soviet Decision-Making in the Afghan War* (dezembro de 2017, Stanford University Press).

O Cap Benjamin H.

Torgersen, Exército dos EUA, é aluno do Maneuver Captains' Career Course em Fort Benning, Estado da Geórgia. Serviu, mais recentemente, como Ajudante de Ordens do Subcomandante (Apoio) da 82ª Divisão Aeroterrestre em Fort Bragg, Carolina do Norte. Antes disso, serviu como Oficial Executivo e Chefe de Pelotão de Fuzileiros do 2º/325º Batalhão de Infantaria Aeroterrestre, 2ª Brigada de Combate, 82ª Divisão Aeroterrestre. Concluiu o bacharelado pelo Occidental College e formou-se pela Royal Military Academy Sandhurst.



(Imagem dos autores)

Figura 1. Layout do Posto de Comando de Área de Apoio da 82ª Divisão Aeroterrestre

planejamento e proteção de extensas linhas de comunicações possibilitaram o sucesso de Napoleão. Sua decisão de conceder liberdade de ação a Petiet foi decisiva na articulação dessas vitórias.

Na Segunda Guerra Mundial, o Exército Alemão estabeleceu a segurança da área de retaguarda em sua frente oriental. Essa medida foi tomada para prevenir que o Exército Russo desferisse um golpe devastador contra suas linhas de suprimento, que estavam estendidas além do normal. Os alemães designaram uma área de retaguarda atrás de cada unidade da linha de frente e colocaram um único comandante encarregado de todas as questões de segurança. Os batalhões de segurança eram compostos de veteranos da Primeira Guerra Mundial; unidades militares dos Estados Bálticos; e soldados da linha de frente que haviam retornado, temporariamente, à retaguarda para um intervalo de descanso⁴.

Falhas iniciais na proteção das linhas de suprimento levaram à introdução de um sistema de segurança mais apurado. O sistema se concentrou em definir, claramente, a rede de transporte de

suprimentos, incluindo requisitos como jornadas sem escala entre centros de suprimento, rápida dispersão de suprimentos e proteção das provisões logísticas contra a observação e ataque aéreo. O sistema ferroviário era a principal fonte de ressurgimento, sendo, frequentemente, alvo de ataques de guerrilheiros. Em consequência, destacamentos de segurança compostos de fuzileiros e guarnições de armas pesadas instaladas nos vagões frequentemente acompanhavam os trens de suprimento, para prover proteção às unidades logísticas⁵.

O Efeito “Pagonis” e a Evolução do Conceito de Posto de Comando de Área de Apoio

Passando à era moderna, a Guerra do Golfo apresenta um claro paralelo ao que provavelmente vivenciaremos em futuras guerras. Caracterizou-se por uma transformação fundamental da doutrina geralmente aceita, passando de comandos logísticos divididos para um único comandante de logística.

Durante a Guerra do Golfo, o Gen Norman Schwarzkopf se desviou da doutrina do Exército dos

EUA, nomeando o Gen Div William “Gus” Pagonis como Subcomandante de Logística do Comando Central, a fim de colocar um único indivíduo da cadeia de comando como responsável por todas as operações de sustentação logística. Pagonis controlou o recebimento e distribuição de suprimentos por todos os modais no teatro de operações. Como único comandante logístico, ele obteve o fundamental apoio logístico da nação anfitriã ao trabalhar estreitamente com o governo saudita para negociar acordos. Ordenou que suas tropas de sustentação estabelecessem bases logísticas em pontos-chave à frente das forças que estavam se deslocando para a linha de contato. Esses depósitos temporários de suprimentos para categorias consumíveis foram colocados perto das estradas principais de suprimento, com a instrução de que deveriam ser destruídos caso comprometidos.

Para cumprir sua missão, Pagonis delegou considerável autoridade aos comandantes subordinados dessas bases logísticas, para que efetuassem o devido ressuprimento das forças de combate e protegessem as linhas de suprimento. Essa abordagem inovadora possibilitou que todas as unidades logísticas no teatro de operações respondessem rapidamente a necessidades prementes

e permanecessem flexíveis o suficiente para atender a requisitos da linha de frente⁶. A aplicação dessa abordagem de comando único para todos os recursos logísticos contribuiu diretamente para a vitória.

Ao longo dos últimos dois anos (2016–2017), as divisões do Exército desenvolveram, sucessivamente, o conceito de Comando de Missão dentro da área de apoio. Em cada caso, há importantes conexões com a extraordinária liberdade de ação que Schwarzkopf concedeu a Pagonis. Ao determinar a melhor direção doutrinária para a gestão da área de apoio, a evolução do conceito de Comando de Missão oferece uma excelente narrativa histórica. Cada Divisão tem contribuído para o entendimento e emprego do conceito de PC A Ap ao acrescentar aspectos fundamentais durante sucessivos Exercícios *Warfighter* (WFX). Com efeito, os subcomandantes para o apoio logístico (DCG-S) de cada divisão coordenaram diretamente uns com os outros durante cada um dos WFX descritos adiante, e, quando da redação deste artigo, o diálogo entre eles continuava, no âmbito de todo o Exército. [Cabe observar que, no Exército dos EUA, uma divisão conta com dois generais de uma estrela atuando como subcomandantes, um para operações e outro para apoio às operações — N. do T.]



Elementos da 130ª MEB, SB da 82ª Divisão Aeroterrestre e Estado-Maior da Divisão operam em um bem integrado Centro de Comando de Operações e Inteligência (figura 1), destinado a possibilitar uma coordenação mais estreita e direta, junho de 2017, em Fort Bragg, Carolina do Norte. (Foto cedida por: Mission Command Training Program)



1ª Divisão de Infantaria. O PC A Ap foi uma inovação nascida da necessidade, definida pelo Comandante da 1ª Divisão de Infantaria (1ª DI) durante o WFX 16-04. Durante o primeiro exercício de posto de comando da divisão, o Comandante da Divisão reconheceu a necessidade de um PC A Ap, porque a atividade inimiga dentro da área de apoio estava desorganizando o apoio logístico constantemente, obrigando o Comandante a desviar sua atenção do combate nas áreas aproximada e profunda. No final das contas, o PC A Ap da 1ª DI conquistou objetivos e combateu forças inimigas na área de apoio. Isso permitiu que o Comandante ditasse, mais efetivamente, o ritmo do combate nas áreas aproximada e profunda.

A 1ª DI reconheceu a necessidade de empregar as capacidades da brigada de apoio à manobra (MEB) [brigada de multiplicadores do poder de combate] da Guarda Nacional agregada à Divisão para operar o PC A Ap a plena capacidade sem retirar meios do posto de comando principal da Divisão (PCP Div). Uma força extremamente capaz da Guarda Nacional ou da Reserva do Exército pode prover as capacidades de proteção inerentes ligadas a uma MEB. Contudo, embora

Os veículos extensíveis (*expando vans*) formam um dos principais centros operacionais durante o exercício de posto de comando *Bright Star*, no Egito, 04 Out 05. Esses veículos podem ser combinados em várias configurações para criar postos de comando extremamente funcionais (Foto do Sgt Alex Licea, Força-Tarefa Conjunta e Combinada – Escritório de Com Soc *Bright Star*)

oficiais de ligação da MEB houvessem participado do processo de planejamento do WFX 16-04, a brigada não havia atuado no terreno junto à 1ª DI anteriormente, possuindo, assim, um entendimento muito limitado do papel do PC A Ap no combate. De fato, o Comandante da MEB (para o WFX) só chegou para o início do WFX 16-04. Apesar desses desafios de integração, a MEB foi bastante eficaz em prover planos de proteção de fogos coordenados e patrulhas de contrar-reconhecimento na área de apoio para o WFX 16-04.

A 1ª DI percebeu, rapidamente, que a provisão de recursos e efetivos adicionais ao PC A Ap gerou grandes benefícios para a Divisão como um todo. No início do segundo exercício interno de posto de comando dentro do WFX 16-04, a MEB e o PC A Ap tinham, cada um, um pelotão de sistemas aéreos não tripulados e meios blindados adicionais. Isso resultou em maior liberdade de movimento na área de apoio e permitiu que

os elementos de manobra operassem com um ritmo e velocidade maiores. Para sincronizar melhor os esforços do PC A Ap com os do PCP Div e do posto de comando tático da Divisão (PCT Div), a 1ª DI transmitiu as principais reuniões (*briefing* de atualização diário, *briefing* de atualização dos comandantes e quadro de alvos) por sistema de som para o PC A Ap, o que funcionou muito bem, ajudando a aumentar o entendimento compartilhado do comando e estado-maior.

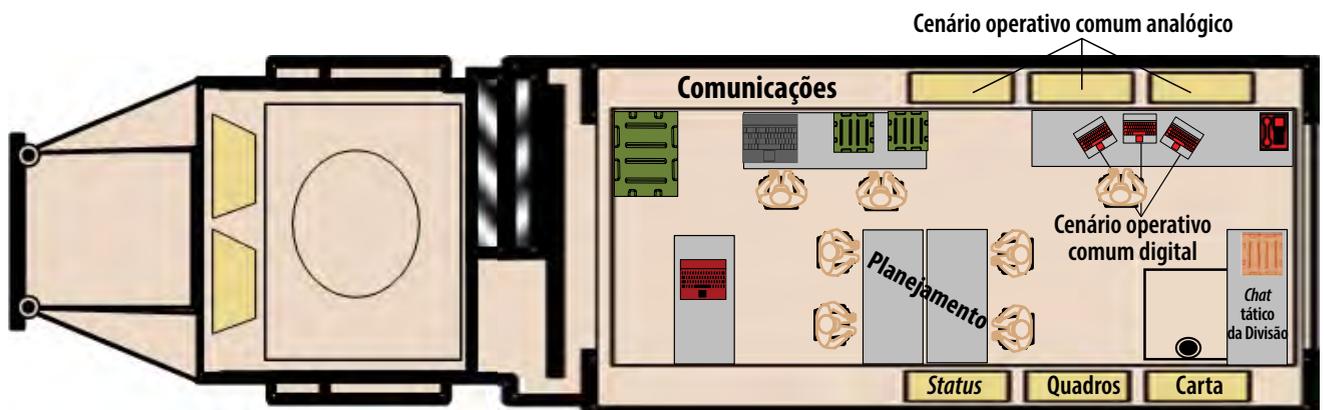
3ª Divisão de Infantaria. A modificação seguinte do PC A Ap originou-se com a 3ª Divisão de Infantaria (3ª DI) durante o WFX 17-01. Cabe observar que os presentes autores integraram o comando da 3ª DI no WFX, estando, assim, em excelente posição para observar suas bem pensadas melhorias ao modelo da 1ª DI. A 3ª DI concebeu o PC A Ap como um nó de Comando de Missão da Divisão, desenvolvido com base na MEB a ela designada. O DCG-S supervisionou as operações do PC A Ap para manter sua conformidade com a intenção do Comandante, e o Estado-Maior da Divisão preencheu lacunas de efetivos com reforços de pessoal e equipamentos. Com 176 elementos designados, o PC A Ap da 3ª DI era bem maior que o modelo da 1ª DI, porque houve uma participação consideravelmente maior da MEB que integrava a Divisão. A 3ª DI reconheceu, imediatamente, a importância de integrar a MEB na composição da infraestrutura de sua área de apoio. Com efeito, o Comandante e o Estado-Maior da Divisão começaram a coordenar e treinar com a MEB quatro meses antes do WFX, o que ajudou a reduzir o inevitável atrito relacionado à integração de uma nova unidade na composição de meios de uma divisão. Os comandantes de todos os elementos dentro do

PC A Ap começaram a reformar a estrutura e a definir processos por meio da contínua coordenação.

Na versão da 3ª DI, o Comandante da MEB atuou como Comandante do PC A Ap, enquanto o DCG-S conduziu a supervisão operacional. Esse foi o padrão escolhido porque o comando da MEB forneceu a maior parte dos efetivos e equipamentos empregados pelo PC A Ap. A estrutura do PC A Ap da 3ª DI era, em essência, o Centro de Operações Táticas (COT) da MEB, com espaço adicional para o pessoal do Estado-Maior da Divisão e o DCG-S. A 3ª DI também reconheceu a importância dos elementos de ligação de organizações externas ao Departamento de Defesa focadas em relações exteriores, como o Programa de Assessoria Política, a Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e entidades das nações anfitriãs. Esses elementos de ligação possibilitaram uma coordenação bem melhor por toda a área de apoio.

Diferentemente da abordagem da 1ª DI, a 3ª DI determinou que o PC A Ap teria a capacidade de emitir ordens específicas à área de apoio e aos elementos de controle que ocupassem o terreno dentro dela. A percepção da 3ª DI de que havia a necessidade de um comandante mais antigo presente (na pessoa do DCG-S), de grau hierárquico superior a todos os comandantes de brigada na área de apoio — que pudesse facilitar a coordenação mais prontamente do que qualquer oficial de estado-maior da Divisão ou comandante subordinado do nível brigada — mostrou ser uma importante inovação organizacional.

1ª Divisão Blindada. A 1ª Divisão Blindada (1ª DB) conduziu o WFX 17-02 empregando o PC A Ap como um posto de comando de coordenação, ligado à

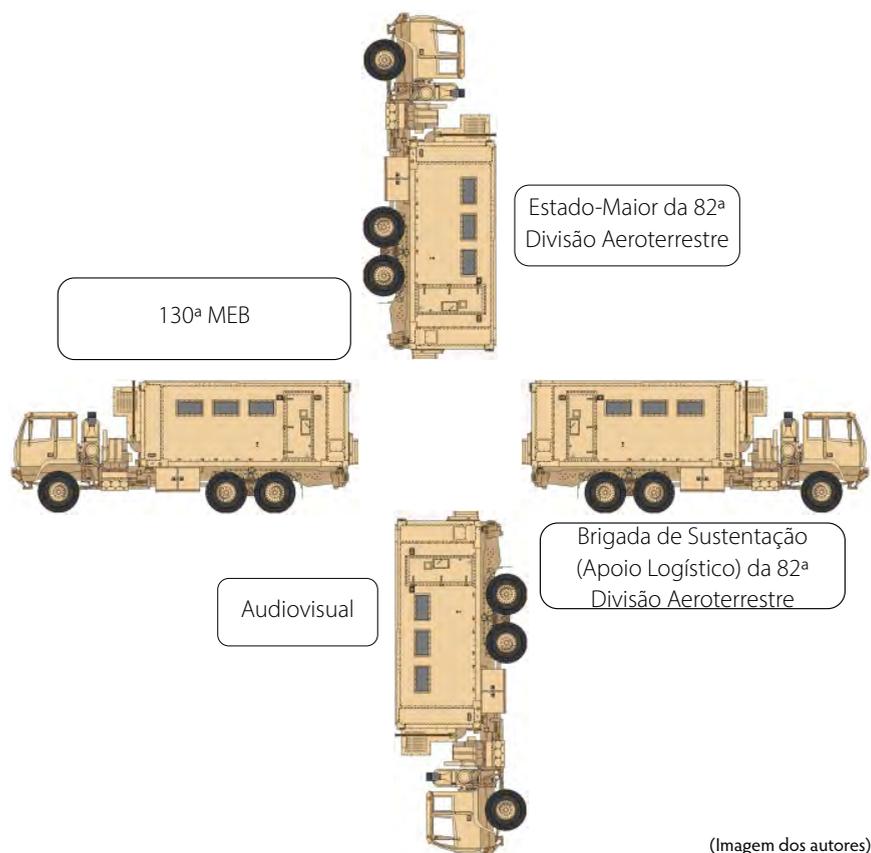


(Imagem dos autores)

Figura 2. Layout de Expando Van, Centro de Assalto Tático da Brigada

MEB e à Brigada de Sustentação (SB) [Apoio Logístico]. O PC A Ap estava focado exclusivamente nas operações correntes e na coordenação direta com o PCP Div, para facilitar a gestão das operações de proteção na área de apoio. Não tinha a capacidade de assumir o controle do espaço aéreo ou fogos. Não obstante, o Comandante da SB serviu, com efeito, como comandante logístico e o Comandante da MEB como comandante de proteção, o que forneceu a estrutura que as subseqüentes divisões seguiriam em termos de facilidade de comunicação e coordenação. Na metade do WFX, determinou-se que ambos os comandantes de brigada fossem posicionados no mesmo local que o DCG-S, no PC A Ap, sentando-se um de cada lado, com o objetivo de agilizar as comunicações entre os esforços logísticos e de proteção. Realizaram essa mudança após alguns dias de coordenação mais lenta e atraso na resolução de problemas, quando estavam separados geograficamente. Esse foi um passo inovador na evolução do conceito de PC A Ap, nascido da necessidade.

25ª Divisão de Infantaria. A 25ª Divisão de Infantaria (25ª DI) empregou seu próprio método para estruturar o PC A Ap durante o WFX 17-04, em Schofield Barracks, no Havaí. Foi uma abordagem bem organizada e executada, que integrou um experiente grupo representativo do Estado-maior da Divisão. As responsabilidades do PC A Ap em relação ao PCP Div e PCT Div foram claramente delineadas pelo DCG-S. O PCP Div ficou responsável pelo combate aproximado no campo de batalha, enquanto o PCT Div se concentrou no combate em profundidade ou em partes específicas do combate aproximado, como travessias de curso de água ou operações de assalto aéreo no escalão brigada. O PCP Div se concentrou em elaborar um processo de seleção de alvos que trataria do combate aproximado e do combate em profundidade, enquanto



(Imagem dos autores)

Figura 3. Combinação de Quatro *Expando Vans* para Criar o Centro de Assalto Tático do Posto de Comando de Área de Apoio

a seleção de alvos na área de apoio ficou sob a coordenação do Estado-Maior do PC A Ap, mas apenas com meios suficientes para proteger as linhas de comunicações terrestres e uma insuficiente capacidade para controlar manobras, fogos e efeitos.

A integração da MEB não foi realizada antes do WFX 17-04 e ocorreu de modo limitado durante o exercício, porque ela não estava focada nele como um adestramento principal (o comandante da brigada da Reserva do Exército não participou). O representante mais antigo da MEB era um jovem e agressivo oficial superior, que não havia trabalhado com a Divisão antes. Apesar de todo o empenho do oficial, a falta de um investimento prévio por parte da força da MEB fez com que fosse impossível integrar, devidamente, a proteção com o apoio logístico (sustentação). Isso foi exacerbado pelo fato de que a maioria dos recursos necessários para controlar a área de apoio era oriunda do Quadro de Organização e Dotação padrão da MEB. Devido a essa deficiência na integração de equipamentos e pessoal, o



PC A Ap da 25ª DI só foi capaz de servir como um posto de comando de coordenação durante o WFX 17-04. A reunião de sincronização do PC A Ap foi o mais valioso componente das atividades diárias do ciclo das operações (*battle rhythm*) em relação à coordenação e gestão da área de apoio, servindo como um canal essencial de resolução de problemas durante todo o exercício e como mais um aprimoramento fundamental do conceito de PC A Ap.

O DCG-S da 25ª DI era o foco da atenção de todo o estado-maior da área de apoio, e todos os esforços da área foram coordenados por meio dele, a fim de reforçar ou complementar os esforços do PCP Div. Estava claro que os meios da Divisão necessários para tratar das questões de priorização logística estavam incorporados ao PC A Ap, funcionando em um nível elevado. Isso possibilitou a gestão completa e eficiente da área de apoio pelo DCG-S. Entretanto, os recursos, pessoal técnico e sistemas necessários para controlar plenamente a área de apoio não estavam disponíveis; isto é, os sistemas necessários para controlar e coordenar o espaço aéreo e controlar fogos, como o Sistema Tático de Integração Aeroespacial, Sistema Tático Avançado de Dados da Artilharia de Campanha e a Estação de Defesa Antiaérea e Antimísseis não estavam disponíveis e o pessoal de defesa antiaérea, artilharia de campanha e aviação treinado para operar esses sistemas também não estava à mão.

A 82ª Divisão Aeroterrestre estabeleceu seu PC A Ap em junho de 2017 na Zona de Lançamento *Holland*, Fort Bragg, Carolina do Norte, durante o Exercício *Warfighter* 17-05. (Foto do Cap Benjamin Torgersen, Exército dos EUA)

Entretanto, a capacidade do PC A Ap durante esse exercício aproximou-o mais de um papel de controle que em todas as Divisões anteriores e estabeleceu os requisitos para que ele se tornasse um PC de controle da Divisão.

Nova Doutrina para o Posto de Comando de Área de Apoio

Nossa experiência na 82ª Divisão Aeroterrestre durante o WFX 17-05 tomou como base as experiências de todas as divisões anteriores, representando uma integração intencional de todas as lições aprendidas. A estrutura do PC A Ap foi desenvolvida com a intenção do Comandante em mente. O Gen Bda Erik Kurilla deixou claro que todos os postos de comando, incluindo o PC A Ap, deveriam ser menores, mais leves, mais eficientes, mais rápidos, mais capazes e providos de estados-maiores mais ágeis. Um princípio elaborado com essa intenção em mente foi o de obter a sinergia entre postos de comando de proteção, logística (sustentação) e combate mediante a colocação dos COT em um mesmo local. Combinamos elementos da 130ª MEB (da Guarda Nacional da Carolina do Norte), da SB da 82ª Divisão Aeroterrestre (ADSB) e do Estado-Maior da Divisão

em uma estrutura de PC A Ap onde os comandantes de brigada e o DCG-S estavam ao alcance da mão uns dos outros. Os principais oficiais de estado-maior de cada um dos três componentes trabalharam, então, dentro de um grupo essencialmente aberto e contíguo de barracas para facilitar a coordenação direta (veja a figura 1).

O requisito de mudar para um novo local rapidamente, caso o anterior fosse comprometido pela detecção de um SANT ou identificação física, foi cumprido com a incorporação de quatro veículos extensíveis de cinco toneladas M1087 (*expando vans*). Três deles estavam configurados como cada um dos três comandos do COT (MEB, ADSB e Estado-Maior da Divisão, respectivamente).

No início do WFX, pensamos apenas em utilizar um centro de assalto tático (TAC, na sigla em inglês) do PC A Ap de uma maneira que lhe conferisse responsabilidade de Comando de Missão de curto prazo, enquanto o centro principal do PC A Ap se deslocava para o local já estabelecido pelo TAC. Contudo, com o desenrolar da ameaça e prosseguimento das operações, ficou claro que o TAC do PC A Ap fornece, essencialmente, a mesma capacidade que o PCT Div fornece ao PCP Div, oferecendo maior flexibilidade ao comando. As limitações do TAC do PC A Ap estão efetivamente ligadas ao componente de “controle” do PC A Ap, já que não há, atualmente, suficiente capacidade para controlar qualquer combate na modalidade TAC (nenhuma capacidade de controle aeroespacial ou de fogos). Não obstante, o poder de coordenação de um TAC de PC A Ap oferece uma tremenda capacidade de rastreamento logístico e uma capacidade adicional de exercer o Comando de Missão. No mínimo, a abordagem que adotamos possibilitou efetivos deslocamentos do posto de comando.

Cabe mencionar a estrutura física do TAC ao se desligar do PC A Ap. Da mesma forma que nas áreas aproximada e profunda, a área de apoio enfrentará circunstâncias prementes, que exigirão que o nó de comando principal se reposicione rapidamente para reduzir a vulnerabilidade. O modo pelo qual o estado-maior está posicionado para efetuar essas transições, ao mesmo tempo que mantém a consciência situacional, é extremamente importante. Independentemente do tipo de divisão em questão (ex.: Infantaria, Blindada, Aeroterrestre), o emprego de *expando vans* é pelo menos um dos métodos viáveis (veja a figura 2). A implementação requer que se associe um desses veículos a

cada uma das duas brigadas e um outro ao elemento de Estado-Maior da Divisão. A inclusão de um veículo adicional para servir como centro audiovisual para todas as três unidades forneceu comunicações seguras redundantes em um ambiente silencioso, afastado da agitação e barulho dos outros três veículos.

Obtém-se uma estrutura viável estacionando esses veículos de ré um contra o outro (veja a figura 3), conectando-os com um piso de madeira compensada na parte externa e, então, cobrindo tudo com lona e rede de camuflagem. Também é suficiente não só assumir “o combate” do centro principal do PC A Ap, mas também manter um grau de sobrevivência com o emprego de redes de camuflagem para reduzir a assinatura do veículo terrestre. Quando o TAC assume o controle do combate, o centro principal do PC A Ap é desmontado o mais rápido possível e deslocado para a nova posição, a curta distância do TAC.

O posicionamento do DCG-S, do Comandante da MEB e do Comandante da SB em um único Centro de Comando de Operações e Inteligência é importante para obter a sincronização das atividades na área de apoio e facilitar a coordenação imediata e a resolução de conflitos de responsabilidade durante um engajamento de rápida evolução. Devido à velocidade das operações, uma SB só pode apoiar, de modo viável e eficaz, uma divisão de cada vez em um engajamento de ação decisiva e ritmo acelerado. O WFX nos mostrou que preservar a capacidade de sobrevivência dos meios de apoio logístico requer a integração do COT da SB no PC A Ap, em vez de posicioná-lo com um comando de apoio expedicionário. O acréscimo de um DCG-S ao PC A Ap possibilita a coordenação e resolução de conflitos de responsabilidade, além de facilitar muito o recebimento de meios críticos do PCP Div.

No WFX 17-05, a integração dos Estados-Maiores da MEB, ADSB e Divisão promoveu um rápido e eficaz processo decisório mediante a criação de células de fusão em todas as funções de combate. Algumas das constatações mais significativas reveladas durante a análise pós-ação do WFX resultaram de uma avaliação minuciosa de onde os principais integrantes do estado-maior se sentaram durante os *briefings* de atualização diários e onde suas estações de trabalho estavam posicionadas na área principal (em relação aos colegas). O investimento inicial e contínuo na

interação entre os integrantes dos estados-maiores de brigada e divisão é o que põe em funcionamento esse esquema conceitual.

Durante as fases de planejamento de uma operação militar, é preciso refletir muito bem sobre quais meios, recursos e pessoal-chave permanecerão na área de apoio — pelos quais todas as categorias essenciais de suprimentos e provisões para o combate fluirão e serão controladas. Em um dinâmico e acelerado ambiente de ameaças, simplesmente não há tempo de transferir recursos ou deslocar um outro posto de comando para a área de apoio como reforço contra vulnerabilidades. O desenvolvimento do PC A Ap confere a um nó de Comando de Missão as capacidades e devida supervisão (na pessoa de um DCG-S) para enfrentar ameaças conforme surjam, solicitar meios críticos e implementar as prioridades do Comandante.

Em uma área de apoio, a doutrina vigente sugere que seria apropriado montar e pôr em operação um PC de SB e um PC de MEB⁷. A nova doutrina sugere que um posto de Comando de Missão de divisão é apropriado porque organizar meios, recursos e prioridades do comando requer um nó capaz de aplicar as decisões já tomadas pelo Comandante e dirigir ações que sejam coerentes com sua intenção⁸. Isso é especialmente importante porque a ameaça na área de apoio provavelmente será muito diferente da natureza da ameaça nas áreas aproximada e profunda.

O propósito das forças amigas na área de apoio continuará sendo o de prevenir a interrupção das linhas de suprimento para garantir que as forças de manobra não sejam privadas de alimentos, combustível e munições. As medidas preventivas que forem tomadas devem ser planejadas efetivamente e implementadas vigorosamente, e a estrutura escolhida para sincronizar essas ações deve ser praticada habitualmente.

Avaliação Final da Integração do PC de Área de Apoio em uma Divisão

Há duas possibilidades para um PC A Ap: coordenar e controlar. Em um papel de coordenação, um PC A Ap não tem a capacidade de manobrar fogos e forças ou de determinar o emprego de meios adicionais da composição de meios de uma divisão. Por sua vez, um PC A Ap com a função de controle teria todos os elementos essenciais relacionados a um PCP Div ou

PCP Div. Esses recursos essenciais incluiriam sistemas de Comando de Missão que capacitariam o PC A Ap a controlar o espaço aéreo, monitorar o fluxo aéreo e prover fogos de contrabateria. Os sistemas necessários para executar essas ações incluem o Sistema Tático Avançado de Dados da Artilharia de Campanha, a Estação de Defesa Antiaérea e Antimísseis e o Sistema Tático de Integração Aeroespacial, além de operadores com a *expertise* requerida para integrar o *feedback* em um claro cenário operativo comum. Com base em nossa experiência no WFX de uma divisão, avaliamos o PC A Ap em função de controle como sendo a opção mais dinâmica e eficaz. O PC A Ap deve ser capaz de controlar e dirigir combates que possam ocorrer na retaguarda das forças de manobra.

Em um PC A Ap, seja no papel de coordenação ou, especialmente, no de controle, o DCG-S aumenta a sincronização e capacidade do posto de comando. O DCG-S serve, frequentemente, como comandante imediato para o Comandante da Brigada de Aviação de Combate, Comandante da Artilharia Divisionária e Comandante da SB na sede. Essa relação de trabalho já estabelecida e estreita gera oportunidades para tirar proveito do relacionamento preexistente. Por exemplo, caso se identifique uma clara necessidade de perseguir um alvo na área de apoio, mas os únicos meios de artilharia disponíveis estejam em apoio geral, muitas vezes uma simples ligação telefônica do DCG-S ao Comandante da Artilharia Divisionária pode produzir uma rápida mudança para o apoio direto até que tal alvo seja neutralizado e a ameaça reduzida.

Quando comboios logísticos avançando por uma estrada principal de suprimento rumo à área de apoio forem atacados sem nenhuma escolta de aviação de ataque, o relacionamento de longa data entre o Comandante da Brigada de Aviação de Combate e o DCG-S também poderá levar a uma rápida prestação de apoio. Uma importante razão pela qual esse conceito funciona tão bem é o elemento que serve de base ao Comando de Missão: a confiança. Não é o grau hierárquico ou função que faz com que essas chamadas para pedir apoio e respectivas respostas sejam rápidas, e sim saber que alguém com quem se trabalha estreitamente e em quem se confia precisa de ajuda imediatamente. Essa dinâmica humana orienta esse componente do conceito de PC A Ap. Há, evidentemente, uma externalidade positiva que

está ligada à cadeia de comando formal estabelecida em sede, mas ela é sempre suplantada pelo compromisso de ajudar um colega próximo em necessidade.

A vulnerabilidade da área de apoio de uma divisão continuará a ser motivo de preocupação para um comandante caso a arquitetura de Comando de Missão não esteja alinhada de um modo que possa efetivamente lidar com as linhas de ação mais perigosas do inimigo, particularmente um ataque na área de apoio. Os comandantes devem aplicar a devida liderança e recursos àquele local, de modo que possam permanecer focados no combate diante deles; caso contrário, os planos de batalha se desarticularão como ocorreu com o Rei Leônidas, quando seus guerreiros espartanos se tornaram vítimas dessa vulnerabilidade na Batalha das Termópilas. Apesar da bravura dos

“300”, os espartanos perderam a batalha e Leônidas foi morto. Por sua vez, a autoridade e controle concedidos ao Gen Div Pagonis na Operação *Desert Storm* foram sem precedentes, assim como o foram seus efetivos resultados. Em uma era de combate em que as informações e as tropas se movimentam com velocidades alarmantes, a delegação de autoridade e controle da área de apoio a um DCG-S é o que proporcionará a um comandante de divisão a possibilidade de se concentrar no combate à sua frente, sem ter de olhar por cima do ombro. A aplicação de uma estrutura semelhante à de Pagonis a esse antigo desafio evitará surpresas trágicas como a das Termópilas na Grécia antiga, possibilitará maior criatividade e criará oportunidades como as aproveitadas por Pagonis durante a primeira Guerra do Golfo. ■

Referências

1. Richard Abels, "Armies, War, and Society in the West, ca.300-ca.600: Late Roman and Barbarian Military Organizations and the 'Fall of the Roman Empire'", United States Naval Academy (*site*), acesso em 1 dez. 2017, https://www.usna.edu/Users/history/abels/hh381/late_roman_barbarian_militaries.htm.
2. Michael F. Hammond, "Army Logistics and Its Historical Influences", *Army Sustainment* 44, no. 1 (Jan.-Feb. 2012), acesso em 27 out. 2017, http://www.almc.army.mil/alog/issues/Jan-Feb12/Logistics_Historical_Influences.html.
3. *Ibid.*
4. "German Rear-area Security in WWII", Feldgrau. com, acesso em 27 out. 2017, <https://www.feldgrau.com/WW2-German-Rear-Area-Security>.
5. *Ibid.*
6. Greg Seigle, "Gulf War 20th: Logistics Marvels Made the 'Left Hook' Work", Defense Media Network (*site*), 23 Feb. 2011, acesso em 27 out. 2017, <http://www.defensemedianetwork.com/stories/gulf-war-20th-logistics-marvels-made-the-left-hook-work>.
7. Army Doctrine Reference Publication 3-0, *Operations* (Washington, DC: U.S. Government Publishing Office [GPO], 6 Oct. 2017), 4-6.
8. Field Manual 3-0, *Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, 6 October 2017), 2-37.

ATTACK ORIGINS

#	FLAG	COUNTRY
739		China
517		Japan
401		United States
258		Poland
94		Russia
90		Saudi Arabia
87		Germany
41		Mil/Gov
30		Sweden
26		Singapore

LIVE ATTACKS

TIMESTAMP	ATTACKER ORGANIZATION	LOCATION	IP	TARGET LOCATION	TYP
2015-03-23 02:56:41.07	China United Network	Beijing, China	61.240.144.64	Kirksville, United States	rfb
2			61.240.144.64	Kirksville, United States	rfb
2			61.240.144.64	Seattle, United States	rfb
2			61.240.144.64	Seattle, United States	rfb
2			61.240.144.64	Kirksville, United States	rfb
2					net
2					rfb
2					rfb

Geoeconomia

Cel (Res) John F. Troxell, Exército dos EUA

Nota do Editor: Quando a Military Review pediu que o Cel John Troxell, do Army War College, fizesse uma resenha do livro War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft, dos ilustres acadêmicos Robert Blackwill e Jennifer Harris, a intenção era publicar um ensaio avaliando os méritos e a relevância do livro. O projeto evoluiu, porém, passando de mera resenha a uma análise extensa e detalhada, que se expandiu como uma espécie de "variação sobre um tema" quanto às questões atuais abordadas no livro. Assim, a Military Review em inglês iniciou sua edição de janeiro-fevereiro de 2018 com este artigo híbrido: parte resenha, parte pesquisa independente. O artigo faz-se especialmente relevante, uma vez que sua publicação praticamente coincide com a da nova

Estratégia Nacional dos EUA, que identifica a China e a Rússia como os grandes potenciais rivais, e ocorre imediatamente após o debate sobre mudanças na natureza da guerra, sendo conduzido nos mais altos escalões da estrutura de defesa russa. (Veja Gen Valery Gerasimov, Chief of the General Staff of the Russian Federation Armed Forces, "The Value of Science is in the Foresight: New Challenges Demand Rethinking the Forms and Methods of Carrying out Combat Operations", Military Review 96, no. 1 [January-February 2016]: p. 23-29). [O artigo traduzido, intitulado "O Valor da Ciência está na Previsão: Novos Desafios Exigem Repensar as Formas e Métodos de Conduzir as Operações de Combate", foi publicado na edição brasileira de março-abril de 2016 — N. do T.]



⏸ ⓘ

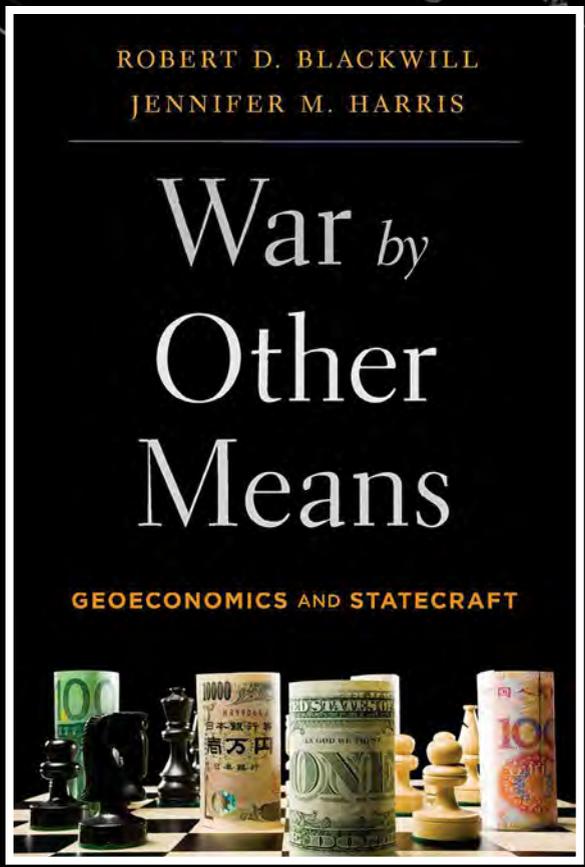
ATTACK TARGETS

#	🇺🇸	COUNTRY
2060	🇺🇸	United States
184	🇵🇭	Philippines
115	🇷🇺	Russia
111	🇸🇦	Saudi Arabia
67	🇹🇼	Taiwan
28	🇭🇰	Hong Kong
23	🇫🇷	France
22	🇨🇾	Cyprus
3	🇺🇸	Mil/Gov
2	🇦🇹	Austria

ATTACK TYPES

#	●	SERVICE	PORT
534	●	ssh	22
338	●	ms-wbt-server	3389
166	●	rfb	5900
153	●	telnet	23
125	●	domain	53
98	●	ddi-udp-1	8888
93	●	ms-sql-s	1433
75	●	netbios-dgm	138

SERVICE	PORT
	5900
	5900
	5900
	5900
	5900
netbios-ns	137
	5900
	5900



Acima: Captura de tela do site Norse — que monitora, em tempo real, esforços globais de hackers para entrar em bancos de dados internacionais — destaca o conflito cibernético entre a China e os Estados Unidos. Hackers baseados na China têm a liderança mundial em número de ataques contra outras nações, incluindo os EUA, que é o alvo mais frequente de ataques na internet. A grande maioria desses ataques visam instituições econômicas e financeiras, firmas de desenvolvimento tecnológico e departamentos de administração governamentais. (Foto cedida por Norse, <http://www.norse-corp.com/>)

À esquerda: *War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft*, Robert D. Blackwill e Jennifer M. Harris, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 2017, 384 páginas.

A habilidade suprema não consiste em ganhar cem batalhas, mas sim em vencer o inimigo sem combater.

—Sun Tzu*

Alguns anos atrás, em um depoimento perante o Comitê de Relações Exteriores do Senado, Henry Kissinger ressaltou a frustração que os Estados Unidos da América (EUA) sentem. Apesar de possuírem a maior e mais vibrante economia do mundo e a melhor e mais capaz estrutura militar, o atual ambiente de segurança internacional é mais preocupante do que nunca. “Os EUA se veem em uma situação paradoxal. Segundo qualquer padrão de capacidade nacional, estamos em posição de alcançar nossos objetivos e influenciar os assuntos internacionais. Contudo, ao olharmos ao redor do mundo, encontramos distúrbios e conflitos. Os EUA não enfrentam um conjunto de crises tão variado e complexo desde o final da Segunda Guerra Mundial”¹.

Há apenas alguns meses, o Secretário de Defesa James Mattis ecoou a assertiva de que a situação de segurança global vem piorando: “Nosso desafio é caracterizado por um declínio da antiga ordem internacional baseada em regras, trazendo consigo um ambiente de segurança mais volátil do que qualquer um dos que eu vivenciei em minhas quatro décadas de serviço militar”². Algo que agrava essa preocupação é o fato de que grande parte do desafio geopolítico que aflige os EUA é facilitada por esforços e métodos fora dos tradicionais domínios político e militar da competição geopolítica.

Entre os domínios que afetam a competição geopolítica, os que mais se destacam são os da informação, ciberespaço e economia. Um relatório de 2017 da entidade Center for American Progress enfoca a transformação da informação em arma, afirmando: “As democracias liberais em todo o mundo estão sob ataque. Estão sendo atacadas não com as tradicionais armas da guerra, mas com a desinformação — informações intencionalmente falsas ou enganosas, destinadas a enganar os públicos-alvo”³. O sistema político norte-americano continua alvoroçado por causa da suposta campanha de desinformação russa em

conexão com a eleição de 2016⁴. O ciberespaço representa um domínio ainda mais ameaçador. O ex-Secretário de Defesa Leon Panetta advertiu sobre a possibilidade de um “Pearl Harbor cibernético” que chocaria e paralisaria a nação⁵. O Diretor de Inteligência Nacional Dan Coats, em seu depoimento perante o Senado em 2017, citou o ciberespaço como principal ameaça global, declarando: “Nossos adversários estão se tornando mais hábeis em empregar o ciberespaço para ameaçar nossos interesses e promover os deles, e, apesar de defesas cibernéticas cada vez melhores, quase todas as informações, redes de comunicações e sistemas estarão em risco durante anos”⁶.

Por fim, os EUA estão enfrentando as consequências de uma mudança radical do poder econômico relativo. A ascensão da China desde as reformas iniciais de Deng Xiaoping foi algo sem precedentes. A publicação *The Economist* chamou-a de “explosão mais dinâmica de criação de riqueza na história da humanidade”⁷. A China se converteu no país número um em manufatura e comércio, e seu produto interno bruto é o segundo maior do mundo — o maior, se mensurado pela paridade do poder de compra⁸. Esse deslocamento econômico de poder tem se tornado ainda mais ameaçador para os EUA à luz da grande crise financeira de 2008. A recuperação após a crise tem sido lenta e constante, mas o dano feito às percepções diminuiu muito a eficácia do poder relacional dos EUA — a capacidade de comandar ou cooptar⁹. A China, por outro lado, tem tirado grande proveito das novas circunstâncias, sendo descrita como “principal praticante da geoeconomia” e “mestre” no novo jogo econômico¹⁰.

A guerra de informação, guerra cibernética e competição econômica internacional não são necessariamente novas abordagens ou métodos para os Estados buscarem objetivos de segurança nacional, mas o contexto em que estão sendo aplicadas e a importância que assumiram são algo significativamente novo. As conexões das tecnologias de informação e comunicação e das mídias sociais e a economia mais plenamente integrada e globalizada, aliadas ao desejo de evitar o atual poder militar assimétrico norte-americano, têm canalizado para esses domínios não tradicionais uma oposição revisionista e rejeicionista à ordem internacional baseada em regras apoiada pelos EUA.

Os que desafiam a ordem existente levaram Sun Tzu a sério e estão tentando vencer sem combater.

[*O trecho traduzido foi extraído de Sun Tzu, *A Arte da Guerra: Os Treze Capítulos Originais*, tradução de André da Silva Bueno, São Paulo: Jardim dos Livros, 2010. — N. do T.]

Estão operando na hoje conhecida “área cinzenta”: “o espaço incômodo entre as concepções tradicionais de guerra e paz”¹¹.

Vem sendo feito um grande esforço para analisar e possivelmente neutralizar o impacto das operações de informação e operações cibernéticas, mas, segundo Robert Blackwill e Jennifer Harris em seu livro *War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft*, de 2016, os EUA, por uma “falha em larga escala da memória estratégica coletiva,” têm permitido que as condições geoeconômicas globais se voltem perigosamente contra o país e, “a menos que isso seja corrigido, o preço em vidas e recursos para os EUA só vai aumentar”¹². Os autores afirmam, ainda, que “mais e mais Estados estão conduzindo a geopolítica com o capital, buscando, com ‘talões de cheques’ [fundos] soberanos e outras ferramentas econômicas, alcançar objetivos estratégicos que, no passado, eram frequentemente objetos de coação ou conquista militar”¹³. A perda de memória dos EUA e a maior disposição das potências em ascensão a utilizar instrumentos econômicos para alcançar fins geopolíticos significam que os EUA precisam repensar e “reorientar sua política externa para obter êxito em uma época definida, significativamente, pela projeção de poder econômico”¹⁴.

Independentemente de como o leitor responda ao argumento deste ensaio, todos os profissionais de segurança nacional devem ler *War by Other Means*. Como observa Henry Kissinger, na contracapa: “Robert Blackwill e Jennifer Harris fazem um favor aos formuladores de políticas ao lembrá-los da importância das ferramentas geoeconômicas. Em um mundo cada vez mais afetado pelo poder econômico, sua análise merece uma cuidadosa consideração”¹⁵. Um incentivo final para que os leitores ampliem seu entendimento do nexos entre economia e segurança nacional é fornecido por Leslie Gelb:

Atualmente, a maioria das nações bate os tambores da política externa predominantemente segundo os ritmos econômicos, mas os EUA nem tanto. A maioria das nações define seus interesses principalmente em termos econômicos e negociam, na maior parte, em poder econômico, mas os EUA nem tanto. A maioria das nações adaptou suas estratégias de segurança nacional para se concentrar na segurança econômica, mas os EUA nem

tanto. Washington continua a pensar sobre sua segurança principalmente em termos militares tradicionais, respondendo a ameaças com meios militares. O desafio central para Washington é, então, recompor sua política externa com um tema econômico, ao mesmo tempo que combate ameaças de formas novas e criativas¹⁶.

Os EUA devem se concentrar na oportunidade conferida por uma economia global cada vez mais interconectada, regida por instituições e conjuntos de regras que nós criamos e na qual os pontos fortes econômicos inerentes aos EUA representam a melhor cartada¹⁷.

Blackwill e Harris abordam quatro questões em sua análise, destinadas a melhorar o entendimento e a reflexão sobre a geoeconomia:

1. O que é geoeconomia e por que ela vem crescendo em importância?
2. Quais são os instrumentos da geoeconomia?
3. Como a China e os EUA vêm se desempenhando nesse domínio da geoeconomia?
4. Qual seria uma estratégia geoeconômica mais eficaz para os EUA?¹⁸

Este trabalho aprofundará a resposta deles à primeira questão; destacará alguns pontos relevantes sobre seu tratamento bastante detalhado dos instrumentos geoeconômicos; resumirá a análise sobre a habilidade geoeconômica da China, com algumas ressalvas, discordando com a crítica dos autores em relação ao desempenho geoeconômico dos EUA; e, por fim, contestará as considerações finais sobre estratégia geoeconômica por eles apresentadas.

O Que é a Geoeconomia?

Antes de nos concentrarmos em “o quê”, vale considerar, brevemente, por que o conceito vem crescendo em importância. A mudança de ênfase

O Cel John F. Troxell, da reserva remunerada do Exército dos EUA, é professor e pesquisador de Segurança Nacional e Estratégia Militar junto ao Strategic Studies Institute, U.S. Army War College. Concluiu o bacharelado pela Academia Militar dos EUA e o mestrado pela Woodrow Wilson School, Princeton University. Concluiu, também, o curso do U.S. Army War College em 1997. Foi autor de capítulos de vários livros, além de artigos nas revistas *Parameters*, *Military Review* e junto ao Strategic Studies Institute.

começou quando a Guerra Fria estava chegando ao fim. Naquela época, Edward Luttwark comentava a importância cada vez menor do poder militar, observando que “os métodos comerciais estavam suplantando os métodos militares — com o capital disponível em lugar do poder de fogo, a inovação civil em lugar de avanços técnicos militares e a penetração de mercado em lugar de quartéis e bases”¹⁹. Alguns anos depois, Samuel Huntington afirmou que era preciso destacar as considerações econômicas nas relações interestatais: “A atividade econômica [...] é, com efeito, provavelmente a mais importante fonte de poder e, em um mundo em que o conflito militar entre grandes Estados é algo improvável, o poder econômico será cada vez mais importante para determinar a primazia ou subordinação dos Estados”²⁰. A ênfase no poder econômico é ainda mais prevalente com as atuais potências em ascensão, conforme observaram Blackwill e Harris: “As atuais potências em ascensão estão cada vez mais interessadas em instrumentos econômicos como principais meios de projetar influência e conduzir o combate geopolítico no século XXI”²¹. O primeiro fator responsável pela crescente tendência de se concentrar em instrumentos econômicos é a pouca promissora alternativa de desafiar a primazia militar norte-americana: “A lógica de desafiar os EUA em uma guerra de grande vulto está ficando cada vez mais remota”²². Os autores observam os céticos quanto a esse ponto e reconhecem o programa de modernização militar em curso da China e o desafio da Rússia na “área cinzenta”, concluindo, entretanto, que “nenhum deles sequer está tentando desafiar a primazia militar norte-americana de uma maneira abrangente”²³.

Um segundo fator é o fato de que muitos Estados em ascensão adotaram graus de capitalismo estatal e, assim, contam com os meios econômicos à sua disposição para buscar objetivos geopolíticos e contestar certos aspectos do sistema internacional existente. O capitalismo estatal representa uma estrutura econômica híbrida em que grandes segmentos da economia são controlados pelo Estado, mas operam lado a lado com um setor privado predominantemente voltado ao mercado. A China é a principal praticante e, segundo a publicação *The Economist*, os chineses “acreditam ter redesenhado o capitalismo para fazê-lo funcionar melhor, e um crescente número de dirigentes dos países emergentes concordam com eles”²⁴. O controle estatal é exercido por meio de

companhias nacionais de petróleo e gás, empresas estatais (*state-owned enterprises — SOE*), “campeãs nacionais” patrocinadas pelo Estado, fundos soberanos e bancos estatais. Ao contrário dos Estados que operam com um significativo componente estatal da economia, grande parte do poder econômico ocidental é detido pela iniciativa privada. Os cálculos de lucro e prejuízo do setor privado, por se basearem no mercado, fazem com que seja extremamente improvável que essas empresas respondam a objetivos geopolíticos nacionais.

O último fator é a economia cada vez mais integrada mundialmente. Apesar da crescente reação populista contra a globalização, sua versão do século XXI permanece viva e forte²⁵. As determinantes da globalização continuam a existir: menores custos de transporte; a revolução da tecnologia da informação e maior interconexão; mercados de capitais mais flexíveis; a proliferação de acordos de livre comércio; e organizações que regulam o comércio internacional, como a Organização Mundial do Comércio²⁶. De fato, as economias nacionais estão ainda mais integradas, uma vez que o processo de manufatura foi fragmentado, convertido em produto e feito dependente de cadeias integradas e globais de suprimentos de componentes intermediários²⁷.

A interdependência cada vez maior das economias nacionais por meio da globalização gera diferentes graus de dependência e vulnerabilidade e, segundo Joseph Nye, a “manipulação das assimetrias da interdependência é uma importante dimensão do poder econômico”²⁸. Todos esses fatores atuam juntos para fazer com que os Estados fiquem mais propensos a empregar instrumentos econômicos de poder como primeira opção.

Para descrever essa nova tendência de dependência estatal em relação ao poder econômico, Luttwark cunhou o termo “geoeconomia” em seu ensaio de 1990, “From Geopolitics to Geo-Economics” (“Da Geopolítica à Geoeconomia”, em tradução livre). Afirma: “Geoeconomia [...] o melhor termo que eu posso imaginar para descrever a mistura da lógica de conflito com os métodos do comércio — ou, como teria dito Clausewitz, a lógica da guerra na gramática do comércio”²⁹. O termo ficou um pouco confuso desde então, e Blackwill e Harris quiseram esclarecer o conceito e estreitar seu foco. Assim, eles apresentam a seguinte definição:

Geoeconomia: O uso de instrumentos econômicos para promover e defender interesses



nacionais e produzir resultados geopolíticos benéficos; e os efeitos das ações econômicas das demais nações sobre os objetivos geopolíticos de um país³⁰.

Os autores indicam que sua análise se concentra no segundo elemento dessa definição, o uso de instrumentos econômicos como meios de alcançar fins geopolíticos. Antes de nos aprofundarmos na análise feita pelos autores sobre os aspectos econômicos de *statecraft* [traduzido por política, arte de governar ou diplomacia — N. do T.], cabe considerar, pelo menos brevemente, o alcance total da relação entre poder econômico e geopolítica. Três dimensões específicas são relevantes para essa consideração: o desempenho macroeconômico de uma nação; a política econômica internacional; e os instrumentos econômicos empregados na busca de fins geopolíticos (a ênfase de *War by Other Means*).

O paradigma de desenvolvimento econômico empregado pela China diverge fortemente do utilizado pelos EUA, que se apoia no conceito de crescimento econômico decorrente, principalmente, de investimentos privados. Em contrapartida, a China opera como um Estado corporativo e economia dirigida, que se apoia fortemente em investimentos estatais seletivos para controlar a direção do crescimento econômico e do comércio. Assim, o governo chinês está diretamente envolvido em moldar políticas econômicas estratégicas, que tratam concorrentes econômicos praticamente como inimigos econômicos. (Foto cedida por Wikimedia Commons; imagem de Arin Burgess, *Military Review*)

Hal Brands observa, no ensaio “Rethinking America’s Grand Strategy” (“Repensando a Grande Estratégia dos EUA”, em tradução livre), que a “grande estratégia começa e termina com a macroeconomia, e quiçá o ensinamento mais importante da Guerra Fria é o de que o êxito geopolítico decorre da vitalidade econômica”³¹. A análise histórica clássica desse princípio é a obra *The Rise and Fall of Great Powers* [intitulado,

no Brasil, *Ascensão e Queda das Grandes Potências* — N. do T.], de Paul Kennedy, na qual ele conclui que uma grande potência precisa de uma “próspera base econômica”³².

Tanto o Presidente Barack Obama, com sua ênfase na reconstrução nacional no âmbito interno, quanto o Presidente Donald Trump, com seu foco em fazer os “EUA grandes de novo”, reconhecem a necessidade de manter e construir uma forte economia interna. As políticas para gerar crescimento econômico são comunicadas por meio de decisões orçamentárias que orientam a geração de receita e alocação de recursos e o correto financiamento das atividades do governo³³.

Todos os três últimos Chefes da Junta de Chefes de Estado-Maior dos EUA [cargo similar ao Chefe do Estado-Maior de Defesa, no Brasil — N. do T.] expressaram preocupação sobre essas questões. O Alte Esq Mike Mullen declarou que a “dívida nacional é a maior ameaça à nossa segurança nacional”; o Gen Ex Martin Dempsey observou o surgimento de questões econômicas como uma importante preocupação e, possivelmente, um foco de sua gestão na Junta de Chefes; e o Alte Esq Joseph Dunford expressou sua preocupação sobre o impacto de futuras dinâmicas orçamentárias sobre os recursos para a defesa³⁴. Nenhuma dessas preocupações foi resolvida, enquanto a lei Budget Control Act (Lei de Controle Orçamentário) continua em vigor e outro debate sobre a prorrogação da dívida está prestes a acontecer.

A segunda dimensão é a política econômica internacional na qual instrumentos econômicos são empregados em apoio a fins econômicos. A distinção entre a busca de fins geopolíticos e a de fins econômicos pode ser “vaga” às vezes. Conforme admitem

Blackwill e Harris, os “Estados podem e, muitas vezes, formulam políticas geoeconômicas que promovem, simultaneamente, diferentes interesses — geopolíticos, econômicos e de outra natureza”³⁵. Ainda que possam

	Positivos	Negativos
Comércio	<ul style="list-style-type: none"> • Ceder acesso • Acordos de livre comércio • Aquisições do governo • Licenças 	<ul style="list-style-type: none"> • Sanções — negar acesso • Embargo/boicote/quotas • Negar licenças • Subsídios • Resolução de disputas da Organização Mundial do Comércio
Finanças	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuições de instituição financeira internacional • Mercados de capitais abertos • Pacotes de resgate financeiro • Perdão de dívidas 	<ul style="list-style-type: none"> • Congelar ativos • Controles de capital • Manipulação cambial • Sanções financeiras — sanções secundárias • Vender títulos de dívida estrangeira
	Política monetária	
Assistência	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência Oficial ao Desenvolvimento • Contribuições privadas • Programas de saúde pública 	<ul style="list-style-type: none"> • Ajuda condicional • Ajuda vinculada
Políticas	Regulamentação	

(Gráfico do autor; IFI: Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Bancos de Desenvolvimento Multinacionais, etc.)

Figura. Instrumentos Econômicos

ter conotações geopolíticas, algumas das questões mais controversas entre os EUA e a China se concentram, na verdade, em resultados econômicos. Algumas questões que vêm imediatamente à mente são o roubo de propriedade intelectual facilitado pela espionagem econômica cibernética, a falta de aplicação da lei sobre direitos de propriedade intelectual (DPI) e políticas autoritárias de transferência de tecnologia; e o problema intimamente relacionado da política industrial e do contínuo apoio chinês às “campeãs nacionais”.

Trump anunciou, em 2017, uma “política de tolerância zero para com o roubo de propriedade intelectual e a transferência forçada de tecnologia”, ordenando uma investigação do impacto das práticas chinesas sobre o comércio norte-americano³⁶. A China, ao que consta, é responsável pela maior parte dos US\$ 600 bilhões anualmente em custos de roubo de propriedade intelectual para os EUA³⁷. A questão dos DPI e da transferência de tecnologia se infiltra

na política industrial extremamente ativa da China: “Conforme o governo chinês tenta transformar a China em um líder mundial das indústrias intensivas em tecnologia, como semicondutores, carros sem motorista e biotecnologia, o medo é de que ele vá saquear as joias intelectuais de seus aliados estrangeiros e, então, livrar-se deles”³⁸. Há dois anos, a China deu início à sua mais nova política industrial, “Made in China 2025”, voltada a dez importantes setores industriais, com o objetivo de alçar esses setores para os patamares mais elevados das cadeias de produção globais³⁹.

Uma manchete do *Wall Street Journal*, em 2017, destaca a intensidade da subsequente concorrência global ligada à política industrial da China: “China Unleashes A Chip War: The Global Semiconductor Industry is Succumbing to Fierce Nationalistic Competition”⁴⁰ (“China Desencadeia Guerra de Chips: A Indústria Global de Semicondutores está Sucumbindo a uma Acirrada Concorrência Nacionalista”, em tradução livre). Os chineses estão empregando um fundo financiado pelo governo, um dos típicos meios geoeconômicos mencionados anteriormente, em seus esforços para dominar essa indústria crucial⁴¹. A cada vez mais intensa competição geopolítica, alimentada por meios econômicos, está sendo acompanhada por uma igualmente intensa competição econômica, alimentada por esses mesmos meios. Conforme observado por uma renomada instituição de pesquisa australiana em um relatório recente: “Caso se queira entender muitos dos acontecimentos estratégicos mais importantes que o mundo enfrentará nas próximas décadas, será preciso dedicar um tempo razoável para pensar no que está ocorrendo na economia internacional”⁴².

Em um sentido mais amplo, o poder econômico e os instrumentos geoeconômicos reforçam a segurança nacional de um país ao contribuírem para uma forte economia, possibilitando uma eficaz política econômica internacional e — retomando o foco dos autores, a terceira dimensão da geoeconomia — a aplicação da política (*statecraft*) econômica à consecução de objetivos geopolíticos.

Política Geoeconômica

Statecraft se refere aos meios pelos quais os governos conduzem sua política externa, podendo ser categorizado em quatro instrumentos principais: diplomacia

(negociações e acordos); informação (palavras e propaganda); força militar (armas e violência); e economia (bens e dinheiro)⁴³. Em uma série de discursos sobre o tema de *economic statecraft* [aqui traduzido por “política econômica”], a então Secretária de Estado Hillary Rodham Clinton identificou duas partes, sendo a primeira “o modo pelo qual exploramos as forças e utilizamos as ferramentas da economia global para fortalecer nossa diplomacia e presença no exterior” — o emprego de meios econômicos para alcançar fins geopolíticos. A segunda parte transformou os fins geopolíticos em meios para ajudar a alcançar os fins de prosperidade econômica nacional⁴⁴.

Blackwill e Harris enumeram sete ferramentas adequadas ao emprego geopolítico: política comercial; política de investimentos; sanções econômicas e financeiras; política financeira e monetária; assistência; cibernética; e energia e produtos básicos⁴⁵. As cinco primeiras ferramentas são prontamente reconhecidas como atividades econômicas, e energia e produtos básicos também podem ser facilmente considerados como um subconjunto da política comercial — possivelmente representando uma categoria mais crucial de bens comercializáveis. A inclusão da cibernética como um instrumento econômico parece um pouco problemática. Os instrumentos econômicos típicos são apresentados na figura, destacando várias aplicações normalmente destinadas a fornecer um estímulo positivo (recompensa) ou ações negativas (punição). As ações negativas são comumente denominadas medidas econômicas coercitivas⁴⁶.

O comércio continua a ser, possivelmente, a ferramenta econômica mais prontamente empregada tanto como um estímulo positivo, pela negociação de acordos de livre comércio e por meio das relações comerciais normais conferidas pela filiação de quase todos os países à Organização Mundial do Comércio, quanto como um instrumento coercitivo, como no caso de sanções que bloqueiem o livre fluxo de bens. Os acordos de livre comércio continuam a proliferar, tanto bilateral quanto regionalmente, com objetivos predominantemente voltados a questões econômicas, embora seja sempre possível que haja efeitos residuais geopolíticos de melhores relações econômicas. As sanções coercitivas que impõem embargos contra o livre fluxo de bens e serviços continuam a ser um aspecto central da política econômica, apesar de um forte consenso de que elas não funcionam. Os efeitos humanitários negativos das

sanções abrangentes impostas pela Organização das Nações Unidas (ONU) contra o Iraque nos anos 90 levaram à criação de sanções dirigidas contra indivíduos e grupos específicos. Essas sanções seletivas, também chamadas de “sanções inteligentes”, incluíram “congelamento de ativos, proibição de viagens, restrições a bens de luxo e embargos de armas”⁴⁷.

Os fluxos de investimentos internacionais hoje ultrapassam, de longe, os fluxos comerciais transfronteiriços e, segundo a ONU, a posição global de investimentos diretos no exterior era de US\$ 26 trilhões em 2016⁴⁸. Os países em desenvolvimento que precisam de capital para o crescimento hoje recorrem aos mercados internacionais para a grande maioria de suas necessidades. Tom Friedman descreve a combinação de investidores de curto prazo e multinacionais investindo no longo prazo (investimento estrangeiro direto [IED]) como “rebanho eletrônico” e os mercados que intermediam esses investimentos como “supermercados”. Ele conclui que os “supermercados substituíram as superpotências como fontes de capital para o crescimento”⁴⁹.

A maioria dos IED se baseia em decisões movidas pelo mercado e, assim, sua única consideração geopolítica é a estabilidade do mercado em que estão entrando. Contudo, o aparecimento de grandes e cada vez maiores empresas estatais, fundos soberanos e bancos estatais internacionalmente ativos começou a afastar do “campo de jogo” os processos decisórios puramente baseados nos fundamentos de mercado. Blackwill e Harris observam que as “empresas estatais são muito mais politicamente maleáveis do que a maioria das firmas privadas”, e motivações geopolíticas também podem ser operantes em certos fundos soberanos⁵⁰.

As firmas e nações ocidentais pedem por transparência nos processos decisórios financeiros para garantir que os investimentos sejam feitos com “base na lógica econômica e baseada no mercado”, e os fundos soberanos devem obedecer aos Princípios de Santiago, destinados a “aumentar a transparência e proteger contra investimentos políticos.” Entretanto, o grau de participação estatal nessas instituições não pode deixar de “conferir-lhes especiais alavancas políticas”⁵¹. Além do verdadeiro potencial para a exploração geopolítica associada a investimentos no exterior, o controle de um país sobre a entrada de investimentos pode servir de maneira semelhante. Um

país poderia negar acesso a setores críticos; controlar o grau de participação estrangeira permitido; ou conduzir um processo de aprovação caso a caso para os investimentos estrangeiros com base em considerações de segurança nacional, que poderiam ser reais ou inventadas⁵².

As sanções financeiras representam o próximo passo na evolução de regimes de sanções; destinam-se a restringir o acesso ao sistema bancário global e aos mercados de capitais internacionais⁵³. Após o 11 de Setembro, os EUA conduziram um esforço concentrado para perseguir os financiadores do terrorismo e acabaram convencendo a Sociedade de Telecomunicações Financeiras Interbancárias Mundiais (*Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunications — SWIFT*) — que é um órgão centralizador de mensagens que detém praticamente um monopólio, na qualidade de quadro de distribuição do sistema financeiro internacional — a cooperar. Conforme observa Juan Zarate, em seu excelente livro *Treasury's War*, a SWIFT e a onipresença do dólar norte-americano nos mercados internacionais tornaram-se a “base de nossa capacidade para conduzir a guerra financeira de maneira mais ampla”⁵⁴. Esse tema será abordado em mais detalhe na próxima seção.

Do mesmo modo que a força das sanções financeiras baseada na onipresença do dólar norte-americano, a eficácia de políticas financeiras e monetárias como uma ferramenta da geoeconomia depende, em grande medida, do papel da moeda de um país no sistema monetário internacional. Guerras cambiais são travadas entre bancos centrais, pela manipulação de suas moedas em busca da vantagem competitiva ou pela condução de políticas monetárias internas não convencionais mediante a implementação de programas de *quantitative easing* (flexibilização quantitativa)⁵⁵. Outra possibilidade é que um banco central, ao discutir o fim da flexibilização quantitativa, leve as taxas de juros dos mercados emergentes a aumentar, resultando em problemas de rolagem da dívida.

Uma semelhante cadeia de acontecimentos precedeu o colapso do governo de Yanukovich na Ucrânia em 2014, resultando na mais grave crise geopolítica da Europa desde o fim da Guerra Fria⁵⁶.

Esse é um tema extremamente importante e complexo. A atual projeção mundial do dólar norte-americano sustenta, totalmente, a força da

economia dos EUA e a capacidade de seu governo para manter sua crescente dívida nacional, além de possibilitar o significativo emprego de ferramentas geoeconômicas pelo país. A moeda chinesa — renminbi (RMB; ou yuan) — talvez seja a mais promissora rival, mas as probabilidades de sucesso não estão a seu favor. Retomaremos o dólar e o RMB na próxima seção⁵⁷.

A assistência econômica consiste em ajuda militar, ajuda humanitária e assistência de desenvolvimento econômico bilateral, também denominada assistência oficial ao desenvolvimento (AOD). É evidente que pode haver significativas condições geopolíticas ligadas à AOD e, além da China, outros importantes atores geoeconômicos que usam este instrumento incluem os membros do Conselho de Cooperação do Golfo e o Japão. A China utilizou a AOD para conquistar adeptos à política de “Uma China” por toda a África e América Latina, sendo também conhecida pelo fornecimento de assistência livre de condições, que não impõe considerações incômodas sobre boa governança ou exigências de avanços no campo dos direitos humanos. Também há vários bancos de desenvolvimento estatais que começaram a competir com o conjunto existente de bancos de desenvolvimento criados e financiados pelo Ocidente⁵⁸.

As políticas nacionais que regem a energia e os produtos básicos poderiam ser consideradas como um exemplo de política comercial, mas Blackwill e Harris optam por destacá-las como um instrumento coletivo separado. Recursos energéticos como o petróleo e o gás natural decerto representam recursos cruciais, necessários para movimentar a economia global e, desde a criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), as implicações geopolíticas do mercado energético têm sido bastante claras. A principal preocupação é a segurança energética: disponibilidade a um preço razoável⁵⁹. Os Estados dependentes de importações buscam mitigar sua vulnerabilidade por meio da diversificação de fontes e da rota de transporte⁶⁰.

O maior ator geopolítico deste setor é a Rússia, que planejou a suspensão do fornecimento de gás natural várias vezes no início deste século⁶¹. Contudo, apesar de muitas disputas geopolíticas que possam parecer fortes candidatas a ações geoeconômicas, o poderoso e globalmente integrado mercado energético, alimentado por mais ofertas graças à contínua marcha da tecnologia e inovação, parece ter dado a primazia às leis do mercado⁶².

Isso não significa que a geopolítica esteja completamente afastada do setor energético, mas os grandes fornecedores reconhecem o forte interesse em demonstrar confiabilidade aos seus clientes, para não induzi-los a buscar fontes alternativas. Blackwill e Harris dedicam um capítulo inteiro à “geoeconomia da revolução energética da América do Norte”, concluindo que os EUA estarão em uma forte posição para ajudarem aliados e amigos a resistirem à pressão geoeconômica de adversários; para interagirem com a China e com a Ásia em uma infraestrutura energética ampliada que incluirá a exportação de gás natural liquefeito e petróleo; e para apoiarem a economia global ao longo do século XXI⁶³.

O instrumento final é a cibernética. Os autores incluem uma longa seção para discutir e oferecer exemplos recentes de ataques cibernéticos. Observam que nem todos os ataques cibernéticos são geoeconômicos, propondo, assim, uma definição bem específica: “Os ataques cibernéticos geoeconômicos são aqueles que utilizam os mecanismos do mercado financeiro ou econômicos e buscam impor custos econômicos como parte de um plano geopolítico mais amplo”⁶⁴.

Essa definição, porém, parece divergir da abordagem mais estreita descrita anteriormente: instrumentos econômicos como meios de alcançar fins geopolíticos. A ideia de ataques cibernéticos destinados a provocar prejuízos econômicos que, por sua vez, apoiem um objetivo geopolítico parece semelhante a um exemplo citado anteriormente em seu livro, de que bombardear uma fábrica “deve ser excluído de qualquer concepção de geoeconomia”⁶⁵. Um ataque cibernético contra infraestrutura crítica pode, sem dúvida, prejudicar uma economia, mas não representa o emprego de meios econômicos para alcançar um fim geopolítico⁶⁶. A preocupação com o roubo de propriedade intelectual já foi abordada, mas, conforme mencionado, esses ataques parecem ser conduzidos para um fim econômico. Os ataques cibernéticos representam, claramente, uma significativa ameaça à segurança e, em muitos casos, esses ataques visam componentes essenciais da infraestrutura econômica e indústria, mas a análise desse aspecto da política (*statecraft*) deve contar com sua própria plataforma, não devendo ser considerado, necessariamente, um acontecimento geoeconômico.

A China e os EUA na Esfera Geoeconômica

A seção seguinte de *War by Other Means* analisa o desempenho geoeconômico da China e dos EUA. Deve ficar claro que há vários “atores” geoeconômicos exercendo seu papel (isto é, a Rússia e alguns membros do Conselho de Cooperação do Golfo), mas parece apropriado concentrar-se na China e nos EUA devido ao fato de que o relacionamento entre essas nações provavelmente definirá o século XXI.

Como a China se vê a uma distância menor em relação aos EUA no campo da geoeconomia, a disputa entre essas duas nações se dará nesse âmbito⁶⁷. Segundo Blackwill e Harris, há quatro características estruturais, ou atributos geoeconômicos, que determinam a eficácia e o grau de influência econômica que os países podem obter por meio de instrumentos geoeconômicos. A primeira característica é a capacidade de controlar investimentos no exterior. Os países com grandes setores estatais (isto é, empresas estatais, fundos soberanos e bancos estatais) têm uma distinta vantagem⁶⁸. A segunda é o tamanho e a capacidade de controlar o acesso ao seu mercado interno. Todas as empresas querem ter sucesso nos maiores mercados consumidores, estando, frequentemente, prontas a fazer de tudo para atender a exigências governamentais, como transferências de tecnologia, empreendimentos conjuntos e o estabelecimento de centros locais de pesquisa e desenvolvimento. A terceira é a influência sobre fluxos de produtos básicos e energia, e a quarta é a projeção global da moeda de um país⁶⁹. Conforme será demonstrado, a China tem algumas importantes vantagens na esfera geoeconômica, mas talvez não seja tão predominante quanto alegam os autores.

Blackwill e Harris usam seis estudos de caso para demonstrar a capacidade geoeconômica da China e para corroborar o argumento de que “Beijing desenvolve e exerce sua projeção de poder não pelo emprego de meios militares principalmente (exceto nos Mares do Sul e do Leste da China), e sim por meio de políticas geoeconômicas de coerção e incentivo para com os países vizinhos”⁷⁰. O caso mais interessante se refere à disputa territorial com o Japão em relação às Ilhas Diaoyu/Senkaku. É particularmente interessante porque coloca a segunda e terceira maiores economias do mundo uma contra a outra. Em 2010, os chineses reagiram a uma colisão em alto-mar com a suspensão

da exportação de metais de terras raras para o Japão. A China alegou que se tratava apenas de um atraso no processamento das ordens de exportação devido ao esgotamento de recursos e preocupações ambientais. Na época, a China produzia mais de 90% do suprimento global.

Embora essa ação tenha tido um efeito imediato de advertência ao Japão e outros consumidores de metais de terras raras, o resultante aumento de preço levou, sem querer, à revitalização da produção global de terras raras, diminuindo, assim, o poder de monopólio e de influência geopolítica da China. Conforme observou um relatório do Conselho de Relações Exteriores: “Beijing frequentemente subestima as forças de mercado”⁷¹.

O segundo incidente ocorreu dois anos depois, em 2012, quando o governo japonês comprou uma das ilhas sob disputa, e a China respondeu com manifestações de nacionalistas, que boicotaram os produtos japoneses e forçaram o fechamento de fábricas japonesas localizadas na China. Contudo, como afirmou Richard Katz, na revista *Foreign Affairs*, a interrupção foi relativamente curta, antes que começasse uma *produção mutuamente assegurada*. A China precisava urgentemente do que o Japão estava vendendo, porque seu “milagre econômico baseado nas exportações depende de importações. [...] A China não pode interromper esse fluxo, ou arriscar rompê-lo com conflitos, sem debilitar sua economia”⁷². A interdependência econômica pode prevalecer sobre a geopolítica.

A China também tem empregado instrumentos geoeconômicos em seu impasse com Taiwan. Tem usado a ajuda econômica e investimentos para cercar Taiwan, instigando outras nações a romperem relações diplomáticas com a Província dissidente e a apoiarem as posturas chinesas nas instituições internacionais, isolando Taiwan ainda mais. Também buscou penetração ao liberalizar as relações com o outro lado do Estreito, para aumentar a dependência econômica de Taiwan em relação à China. Contudo, há limites à penetração chinesa, porque os “cidadãos taiwaneses estão ficando cada vez mais conscientes de sua crescente vulnerabilidade à pressão geoeconômica da China”. Entretanto, apesar dessa resistência, Blackwill e Harris concluem que “Beijing inevitavelmente continuará a empregar ferramentas geoeconômicas para influenciar Taipé” em sua tentativa de conduzir a ilha rumo a uma futura reunificação⁷³.

Os incentivos geoeconômicos também estão em ação em apoio à “linha de nove traços” no Mar do Sul da China (MSC). A China se tornou a principal parceira comercial de todos os países vizinhos, suplantando os EUA na maioria dos casos. O recente pacote de empréstimos e investimentos que a China ofereceu ao Presidente Rodrigo Duterte, das Filipinas, é um excelente exemplo da geoeconomia em ação. A China ofereceu Manila mais de US\$ 9 bilhões em empréstimos a juros baixos para projetos de infraestrutura e de outros tipos, além de concluir acordos econômicos estimados em US\$ 13,5 bilhões. Em troca, Duterte concordou em pôr de lado a decisão da Corte Permanente de Arbitragem sobre o MSC e afirmou que a aliança de defesa de longo prazo com os EUA estava em risco⁷⁴.

David Shambaugh oferece uma perspectiva adicional sobre a posição geoeconômica chinesa no MSC: “Considerada de maneira mais ampla, a participação chinesa no comércio e investimentos regionais está longe de ser predominante. Os investimentos de Beijing em muitos países do Sudeste Asiático são inferiores aos investimentos do Japão, da União Europeia ou dos EUA, enquanto seu comércio não ultrapassa os 30% (ficando, normalmente, entre 15% e 20%) do total de qualquer nação asiática individual”⁷⁵. Além disso, conforme sustenta John Ikenberry, há limites para os incentivos geoeconômicos: “Os países querem os benefícios que advêm da ascensão da China. No entanto, também querem se proteger contra o domínio chinês da região. Essa, por sua vez, é uma importante razão pela qual o sistema de aliança estendido pelos EUA na região é bem-vindo”⁷⁶.

O estudo de caso seguinte se refere à Ásia Meridional, com uma breve análise das relações com a Índia e o Paquistão. Blackwill e Harris sustentam que o desejo da China de evitar intensificar tensões militares nessa região volátil a estimula a se concentrar mais em ferramentas geoeconômicas. O investimento chinês é a principal ferramenta nessa região, com ênfase no Corredor Econômico China-Paquistão como importante componente do projeto “Um Cinturão, Uma Estrada” (*One Belt One Road — OBOR*)⁷⁷. Um excelente resumo da iniciativa é fornecido pelo Lowy Institute, que conclui:

O OBOR é a mais ambiciosa iniciativa de política externa e econômica do Presidente Xi. [...] Resta pouca dúvida de que o objetivo

geral da iniciativa é ajudar a China a alcançar fins geopolíticos ao vincular os países vizinhos mais intimamente a Beijing. Contudo, existem muitos outros objetivos concretos e econômicos por trás do OBOR [também]⁷⁸.

O Corredor Econômico China-Paquistão prevê um investimento de US\$ 46 bilhões, e a rede inteira do OBOR terá projetos avaliados em mais de US\$ 890 bilhões⁷⁹. Além de significativas preocupações quanto ao financiamento, a “falta de confiança política entre a China e alguns países do OBOR, assim como ameaças de instabilidade e segurança em outros, são obstáculos consideráveis”⁸⁰. Outros países propuseram semelhantes redes de investimento em infraestrutura para a região Ásia-Pacífico, e a Índia alega que o OBOR “é uma iniciativa unilateral”, à qual ela não vai aderir “sem uma significativa análise”⁸¹. Blackwill e Harris sugerem que o empreendimento binacional “Corredor Econômico Indo-Pacífico”, dos EUA e Índia, pode ser uma forma de lidar com o receio indiano em relação aos planos da China e constituir uma rota da seda marítima própria da Índia⁸².

A Coreia é o último estudo de caso. A atual crise, gerada pela mais poderosa arma militar, transformou-a em um campo de batalha geoeconômico. A título de contextualização, a China deveria ter enorme influência sobre a Coreia do Norte, já que ela responde por quase 85% do volume total de comércio deste país. Ainda mais importante é o controle que a China detém sobre mais de 90% das importações energéticas do Norte⁸³. Apesar dessa posição geoeconômica praticamente insuperável, a China alega não ter uma influência efetiva. Segundo um documento de estratégia da Brookings Institution, a “China não tem poder de influência para convencer essa nação estrangeira a cessar seu programa nuclear”⁸⁴. Da perspectiva norte-americana, Obama chamou a Coreia do Norte de país “mais sujeito a sanções” do mundo⁸⁵.

Entretanto, a maioria dos analistas conclui que as sanções nunca convencerão a Coreia do Norte a desistir de suas armas nucleares. O primeiro “tiro” da atual batalha geoeconômica foi disparado pelos EUA na forma de uma formidável barganha, que propunha facilitar o comércio com a China em troca de sua pressão contra a Coreia do Norte. Recentemente, depois de considerarem esse esforço insuficiente, os EUA dispararam uma segunda vez ao iniciarem uma investigação comercial

contra as políticas de transferência de tecnologia e o roubo de propriedade intelectual chineses⁸⁶. Enquanto isso, a Coreia do Sul concordou com a implantação do sistema de defesa antimísseis balísticos conhecido como *Terminal High Altitude Area Defense* (THAAD) em seu território, e foi a vez de a China disparar um “tiro” geoeconômico. Os veículos de imprensa estatais instaram por boicotes contra produtos sul-coreanos, e agências de viagem da China continental cancelaram viagens de grupos para a Coreia do Sul⁸⁷. “As vendas da Kia e de sua companhia controladora Hyundai Motors Co. caíram 61% entre março e junho, na China”, e as fábricas estão operando com apenas 30% de sua capacidade⁸⁸. Mais uma vez, porém, o efeito geoeconômico “errou o alvo”, porque o sistema THAAD já está completamente operacional e a reação sul-coreana ao *bullying* chinês não foi nada boa. Pela primeira vez, as pesquisas de opinião indicaram que os sul-coreanos tem menos apreço pela China do que pelo Japão⁸⁹.

A atual previsão é de que os EUA pressionem a China a impor um embargo de petróleo à Coreia do Norte⁹⁰. Para atrelar incentivos a esse pedido, os EUA poderiam impor sanções secundárias para “induzir a China a cortar as ‘boias de salvamento’ econômicas internacionais da Coreia do Norte. Isso incluiria ameaçar bloquear o acesso ao sistema financeiro norte-americano por firmas estrangeiras que façam negócios” com a Coreia do Norte⁹¹. As batalhas são sempre imprevisíveis e, assim, não é possível saber, ao certo, como essa batalha geoeconômica vai terminar, mas esse breve relato demonstra, claramente, a tendência dos EUA e da China a se valerem da pressão geoeconômica.

Política Geoeconômica dos EUA

A análise anterior sobre o impasse em relação ao programa nuclear da Coreia do Norte indica que, ao contrário das alegações dos autores quanto à indecisão e ineficácia norte-americana na esfera geoeconômica, os EUA continuam a ser um ator bastante ativo nessa dimensão crucial. O IED procedente dos EUA é o maior do mundo e, ainda que não seja dirigido pelo governo norte-americano para fins geoeconômicos específicos, a presença global das empresas do país ajuda a manter seu poder relacional e reputacional⁹². Por exemplo, a preocupação expressa quanto à penetração econômica chinesa na América Latina é refutada pelo fato de que mais de 53% do IED total na região em

2016 foi oriundo da União Europeia e 20%, dos EUA. A China, por outro lado, contribuiu apenas 1%⁹³. Os EUA também estão ativamente envolvidos na verificação de investimentos vindos do exterior por meio do Comitê de Investimentos Estrangeiros nos EUA (CFIUS, na sigla em inglês)⁹⁴. O CFIUS é um órgão interagências encarregado de analisar os investimentos estrangeiros e suas implicações para a segurança nacional. Devido à preocupação de que o crescente número de investimentos chineses possa ser determinado e subsidiado pelo governo chinês, incluindo possíveis aquisições associadas a tecnologias sigilosas, e a uma falta de reciprocidade em permitir que firmas norte-americanas invistam livremente na China, o CFIUS aumentou, significativamente, o rigor de sua análise desses negócios⁹⁵.

Os EUA são a segunda maior nação comerciante do mundo e, devido à dimensão de sua economia de consumo interna, continuam sendo um mercado extremamente atrativo para os produtores globais. As políticas comerciais movidas pelo populismo do governo Trump causaram medo a entusiastas do livre comércio em todo o mundo, e a retirada do país do acordo comercial Parceria Transpacífico (TPP, na sigla em inglês) é considerada por muitos como um revés econômico e mais ainda como um erro geoestratégico. Blackwill e Harris incluem uma extensa análise do TPP, afirmando que ele deveria ter sido negociado com um foco muito mais geopolítico⁹⁶. Contudo, eles concluem, ainda assim, que “é bem mais provável que o fato de os EUA não concluírem esse acordo seja visto, tanto por nossos aliados quanto não aliados, principalmente como um fracasso geopolítico e um teste negativo do poder de permanência norte-americano na região”⁹⁷.

Um estudo recente sobre o comércio na região Ásia-Pacífico instou os EUA a reconsiderarem sua posição em relação ao TPP; incentivou outros países a seguirem os elevados padrões constantes desse acordo; e convidou outros países a tentarem implementar o acordo sem os EUA, se necessário⁹⁸. O governo dos EUA está ativamente envolvido em várias iniciativas comerciais; resta saber se suas atuais políticas serão abrandadas. O Presidente declarou: “Teremos muitos acordos comerciais”⁹⁹.

O aspecto de recompensa do instrumento comercial pode estar um pouco enfraquecido no momento, mas o de castigo está bastante ativo e cada vez mais eficaz. As sanções econômicas norte-americanas hoje

são associadas, principalmente, a sanções financeiras. Conforme mencionado acima, essas sanções se concentram em restringir o acesso ao sistema bancário global. O tamanho dos mercados de capitais norte-americanos e o papel do dólar norte-americano nas transações internacionais significam que os “EUA tiveram praticamente um monopólio sobre o uso de pressão financeira seletiva nos últimos dez anos”¹⁰⁰. As sanções financeiras também criaram estímulos consideráveis para que terceiros (ex.: bancos) obedecessem ou se arrisquem a sofrer graves consequências, em termos monetários e reputacionais¹⁰¹.

Uma extensão dessas sanções, as denominadas “sanções secundárias” ou “sanções extraterritoriais”, pode ser imposta a empresas estrangeiras que continuem o comércio com o país visado¹⁰². Sanções norte-americanas foram empregadas eficazmente contra o Irã e a Rússia recentemente¹⁰³. A falta de suficiente impacto contra a Coreia do Norte até a presente data se baseia em uma dependência excessiva em relação às minimamente efetivas resoluções do Conselho de Segurança da ONU. Conforme observado anteriormente na discussão sobre o campo de batalha geoeconômico da península coreana, sanções financeiras abrangentes, incluindo sanções secundárias, podem ajudar na obtenção de resultados favoráveis¹⁰⁴.

A prevalência e o êxito de sanções financeiras têm gerado importantes atividades de mitigação: os bancos estão eliminando riscos (encerrando contas ou retirando-se de relacionamentos com correspondentes em áreas de risco), e alguns países estão desenvolvendo alternativas ao dólar¹⁰⁵. Segundo Blackwill e Harris: “Certas sanções financeiras [...] são eficazes apenas porque essas entidades negociam em dólares norte-americanos. Mas os interesses em jogo mudariam, se os países comesçassem a realizar transações em [...] outras moedas”¹⁰⁶.

Em termos do atual foco nas possibilidades geoeconômicas dos EUA e da China, isso leva à discussão sobre o papel do dólar norte-americano e do RMB chinês. O dólar usufrui de uma posição extremamente privilegiada na economia global, por ser a moeda predominantemente utilizada nas transações internacionais e servir como principal moeda de reserva¹⁰⁷.

A primazia do dólar é ilustrada pelas seguintes circunstâncias: o preço do petróleo e da maioria dos produtos básicos é fixado em dólares; dois terços dos

empréstimos bancários internacionais são em dólares; 40% dos títulos de dívida internacionais são emitidos em dólares; e 60% das reservas de câmbio são em dólares¹⁰⁸.

A China, entre outras nações, se ressentiu do extremo privilégio concedido ao dólar e da significativa influência financeira que isso confere aos EUA, tendo iniciado, por isso, um programa para internacionalizar o RMB. A partir de 01 Out 16, o Fundo Monetário Internacional incluiu o RMB chinês entre as cinco componentes de seu conjunto de moedas de reserva. Entretanto, a China continua a resistir ao estabelecimento de uma taxa de câmbio totalmente determinada pelo mercado, além de não abrir sua conta de capital para permitir livres fluxos de capitais transfronteiriços¹⁰⁹. Em um excelente livro sobre a moeda chinesa, *Gaining Currency*, Eswar Prasad conclui: “[...] o RMB tem se deparado com restrições que resultam da estrutura de sua economia interna e que limitarão seu avanço como moeda de reserva. Ademais, devido à natureza de seu sistema político, é improvável que o RMB obtenha o *status* de uma moeda de refúgio. Portanto, embora seja provável que a ascensão do RMB continue, a ideia de que ele se transformará em uma moeda de reserva global predominante que chegue a rivalizar com o dólar é fantasiosa”¹¹⁰. A capacidade norte-americana para empregar armas financeiras geoeconômicas parece segura, pelo menos por enquanto.

Antes de deixar esse tema, há uma última questão a ser abordada, que tem implicações para a influência geoeconômica: a dívida norte-americana em poder da China. A China e o Japão estão emparelhados como principais detentores dos títulos do Tesouro dos EUA e, em junho de 2017, ela ultrapassou, por uma pequena margem, o Japão, com US\$ 1,1 trilhão em títulos¹¹¹. O cenário típico é que, em uma crise, a China buscaria abalar o dólar com a súbita venda de títulos do Tesouro dos EUA. Blackwill e Harris observam, porém, que há um consenso de que, devido à força do mercado de títulos norte-americanos e à prevista contraintervenção pela Reserva Federal dos EUA, o provável resultado de uma venda súbita pela China seria uma considerável desvalorização dos títulos restantes em sua posse. Assim, os “títulos em posse da China são, no cômputo geral, um passivo para Beijing”¹¹². Esse relacionamento é frequentemente denominado “destruição financeira mútua assegurada” — que evoca a expressão da Guerra

Fria referente à política norte-americana de destruição mútua assegurada, que envolveria uma maciça troca apocalíptica de ataques de armas nucleares com a União Soviética — e é bastante parecido com a menção feita anteriormente à “produção mútua assegurada.” Esses conceitos se fundem em uma noção de destruição econômica mútua assegurada, que reconhece que economias cada vez mais interdependentes tendem a diminuir o poder de influência geoeconômica¹¹³.

Tanto a China quanto os EUA são atores ativos na esfera geoeconômica, e cada um deles possui algumas vantagens singulares. Essa análise de casos e da aplicação de vários instrumentos econômicos valida a conclusão obtida por Zarate em *Treasury's War*: “Entramos em uma nova era de influência financeira em que ferramentas financeiras e econômicas têm assumido um lugar de honra como instrumentos de segurança nacional. Os conflitos desta era provavelmente serão travados com mercados, e não apenas com forças armadas, e nas salas de diretoria, e não apenas nos campos de batalha. A geopolítica hoje é um jogo que se joga melhor com armas financeiras e comerciais”¹¹⁴.

A Grande Estratégia Geoeconômica: Tática versus Estratégia

Blackwill e Harris concluem seu *tour de force* sobre geoeconomia abordando o futuro da grande estratégia dos EUA. Sustentam que os EUA precisam “empregar seu poder geoeconômico com muito mais determinação e habilidade” para resistir à coerção geoeconômica sendo praticada pela China e outros Estados com ideias afins¹¹⁵. Alegam que os EUA estão excessivamente focados na dimensão de segurança da política externa norte-americana e, assim, recorrem, automaticamente, a instrumentos militares e políticos, em vez de reconhecerem que vantagens econômicas intrínsecas deveriam ser empregadas mais prontamente em busca de resultados geopolíticos — adotando uma política externa mais centrada na economia¹¹⁶. Além disso, os EUA estão presos demais à ordem internacional baseada em regras, o que costuma refrear sua disposição a empregar instrumentos econômicos em busca de objetivos geopolíticos por medo de que a “mera invocação de ameaças à existente ordem baseada em regras” dará fim ao debate político sobre o uso de instrumentos geoeconômicos¹¹⁷.

Os EUA criaram e cultivaram, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, uma ordem internacional

baseada no liberalismo comercial, que defendia a disseminação do capitalismo e mercados abertos. Essa ordem mundial gerou o crescimento econômico, prosperidade e interdependência econômica global, sendo respaldada pelo estabelecimento de várias instituições (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e, posteriormente, a Organização Mundial do Comércio) e seu conceito operacional baseado em regras, que facilitava a cooperação e a resolução coletiva de problemas¹¹⁸.

O fim da Guerra Fria ampliou muito a aplicação geográfica da ordem internacional baseada em regras, incluindo até mesmo a adoção de políticas econômicas mais prescritivas a serem seguidas por cada país, conhecidas como o Consenso de Washington. Elas incluíam sólidas políticas macroeconômicas, estruturas nacionais baseadas no mercado e políticas de comércio e investimento integradas e abertas¹¹⁹. A ordem internacional baseada em regras e seus componentes econômicos se apoiam na proposição de que a economia é um jogo de soma positiva, ao contrário do jogo de soma zero da geopolítica. Contudo, isso só vale se o papel do Estado na economia for bastante reduzido; o liberalismo *laissez-faire* praticado; e as motivações geopolíticas minimizadas, quando se trata de influenciar a política econômica¹²⁰.

Entretanto, Blackwill e Harris se opõem a esse princípio. Afirmam que a ordem internacional baseada em regras está produzindo cada vez menos resultados e que as potências em ascensão a têm minado. As restrições autoimpostas sobre o emprego de abordagens geoeconômicas significam que “Washington provavelmente nunca será capaz de empregar ferramentas de comércio e investimento para promover os interesses de sua política externa em muitas das formas coercitivas ou *transacionais de curto prazo* que convêm a outros países [grifo do autor]”¹²¹. Em seu favor, cabe notar que essa questão é amplamente abordada no livro e que os autores fazem um trabalho louvável ao apresentarem os dois lados do argumento. Reconhecem que os EUA “podem, muito bem, ter um interesse geopolítico maior que outros Estados em manter em um nível mínimo o uso geopoliticamente motivado de certos instrumentos econômicos” e que, talvez, “manter o sistema baseado em regras continue a ser a melhor estratégia para maximizar os atuais objetivos geopolíticos dos EUA”¹²². No entanto, eles permanecem céticos, concluindo: “enquanto manter o sistema baseado em regras continuar a ser considerado geopoliticamente vantajoso para os EUA, as formas de poder geoeconômico

precisarão ser, em sua maioria, pelo menos neutras em seus impactos sobre o sistema baseado em regras para serem aceitáveis. Seguir esse padrão restringirá bem mais os EUA do que muitos outros Estados, especialmente em casos mais coercitivos e de curto prazo¹²³.

Há dois problemas com sua conclusão. Primeiro, sua suposta “grande estratégia” é fazer maior uso de instrumentos econômicos para alcançar objetivos geopolíticos (geoeconomia) em prol dos interesses nacionais dos EUA. O argumento do parágrafo anterior capta a ênfase nas aplicações de curto prazo, táticas e transacionais dos instrumentos econômicos. Trata-se totalmente de meios, e não fins estratégicos, e decerto não é uma grande visão estratégica. Com efeito, os autores introduzem a analogia de “small ball” (tática) *versus* “big ball (estratégia)¹²⁴. Não deve ser uma grande surpresa para o leitor que um livro intitulado *War by Other Means* tenha como foco os meios (*small ball*), e não os fins. Representa uma excelente análise dos diversos instrumentos econômicos da política e sua aplicação, mas contribui pouco para se considerar como empregar essas ferramentas em apoio a uma efetiva grande estratégia. O segundo problema é que seguir apoiando a ordem internacional baseada em regras continua sendo a grande estratégia mais apropriada (*big ball*) para os EUA. Instrumentos econômicos precisam ser empregados ocasionalmente em apoio a objetivos geopolíticos, mas sua utilização deve levar em consideração o possível impacto negativo que isso possa ter sobre a contínua aceitação da ordem internacional baseada em regras.

John Ikenberry, provavelmente o mais renomado estudioso da teoria, origens e atual natureza da ordem internacional baseada em regras, apresenta alguns argumentos convincentes sobre a eficácia da atual ordem internacional liberal. Primeiro, os componentes dessa ordem — instituições multilaterais, alianças, acordos comerciais e parcerias políticas — criaram as capacidades e ferramentas para vencer as lutas do século XXI com a geopolítica. Segundo, a China e a Rússia aceitam a lógica básica da ordem internacional baseada

em regras. “A abertura lhes confere acesso ao comércio, investimentos e tecnologia de outras sociedades. As regras lhes conferem ferramentas para proteger sua soberania e interesses¹²⁵. Em consequência, os EUA devem executar uma grande estratégia que “ligue [o país] às regiões do mundo por meio do comércio, alianças, instituições multilaterais e diplomacia. É uma estratégia em que os EUA estabelecem a liderança não apenas por meio do exercício do poder, mas também por meio de esforços contínuos dedicados à resolução de problemas e estabelecimento de regras globais¹²⁶.”

Conclusão

O leitor deve extrair três conceitos gerais deste artigo. Primeiro, a dimensão geoeconômica será, muito provavelmente, a esfera mais crucial da competição entre Estados-nação nas próximas décadas. Assim, é importante entender os instrumentos econômicos da política e seu emprego na busca de objetivos geopolíticos, mas também ter conhecimento de suas limitações. Segundo, os EUA devem continuar a apoiar a ordem internacional liberal e institucional baseada em regras, pós-Segunda Guerra Mundial. Conforme ponderou Cordell Hall, Secretário de Estado de Franklin D. Roosevelt, no final da Segunda Guerra Mundial: “se pudéssemos aumentar os intercâmbios comerciais entre as nações, com a redução de barreiras comerciais e tarifárias, e remover obstruções artificiais ao comércio, poderíamos ir bem longe em eliminar a própria guerra¹²⁷. Para concluir, duas reflexões finais de Blackwill e Harris: “O poder nacional depende, sobretudo, do desempenho da economia interna local e da capacidade de mobilizar seus recursos” e “Nada seria melhor para promover os interesses geoeconômicos e o futuro estratégico dos EUA do que o forte crescimento econômico do país¹²⁸. A posição dos EUA no mundo não depende do que aconteça ou não na China; ela depende da direção e políticas econômicas que estabelecemos para nós mesmos aqui no país. ■

Referências

Epígrafe. Sun Tzu, *The Art of War*, trans. The Sonshi Group, chap. 03.02, acesso em 20 nov. 2017, <https://www.sonshi.com/original-the-art-of-war-translation-not-giles.html>. [*O trecho traduzido

foi extraído de Sun Tzu, *A Arte da Guerra: Os Treze Capítulos Originais*, tradução de André da Silva Bueno, São Paulo: Jardim dos Livros, 2010. — N. do T.]

1. *Global Challenges and U.S. National Security Strategy, Hearing Before the Senate Comm. on Armed Services*, 114th Cong. (29 Jan. 2015) (depoimento de Henry Kissinger).
2. *Department of Defense Budget Posture, Hearing Before the Senate Comm. on Armed Services*, 115th Cong. (13 Jun. 2017) (depoimento de James Mattis, Secretário de Defesa dos EUA).
3. Max Bergmann e Carolyn Kenney, "War by Other Means: Russian Active Measures and the Weaponization of Information" (Washington, DC: Center for American Progress, Jun. 2017), acesso em 8 nov. 2017, <https://cdn.americanprogress.org/content/uploads/2017/06/08052859/RussiaDisinformation-report1.pdf>.
4. As reportagens continuam sendo produzidas. Para obter informações sobre as mais recentes, confira Scott Shane, "The Fake Americans Russia Created to Influence the Election", *The New York Times* (site), 7 Sept. 2017, acesso em 8 nov. 2017, https://www.nytimes.com/2017/09/07/us/politics/russia-face-book-twitter-election.html?ref=todayspaper&_r=0. Este artigo alega que os ataques informacionais russos criaram contas e identidades falsas no Facebook e Twitter, transformando essas ferramentas em instrumentos de dissimulação e propaganda.
5. Elisabeth Bumiller e Thom Shanker, "Panetta Warns of Dire Threat of Cyberattack on U.S.", *The New York Times* (site), 11 Oct. 2012, acesso em 8 nov. 2017, <http://www.nytimes.com/2012/10/12/world/panetta-warns-of-dire-threat-of-cyber-attack.html>.
6. *Worldwide Threat, Hearing Before the Senate Comm. on Armed Services*, 115th Cong. (23 May 2017) (depoimento de Daniel R. Coats, Diretor de Inteligência Nacional).
7. "China's Growing Pains", *The Economist*, 19 Aug. 2004, apud Ashley J. Tellis, "China's Grand Strategy: The Quest for Comprehensive National Power and its Consequences", in *The Rise of China: Essays on the Future Competition*, ed. Gary J. Schmitt (New York: Encounter Books, 2009), p. 25.
8. Graham Allison, em seu novo livro, começa com um capítulo que relata, de forma incisiva, o crescimento da China, particularmente em relação aos EUA. "The Biggest Player in the history of the World", chap. 1 in *Destined for War: Can America and China Escape Thucydides's Trap?* (New York: Houghton Mifflin Harcourt, 2017).
9. Joseph S. Nye Jr., *The Future of Power* (New York: PublicAffairs, 2011), p. 10–14.
10. Robert D. Blackwill e Jennifer M. Harris, *War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft* (Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press, 2016), p. 11; Leslie H. Gelb, "GDP Now Matters More Than Force: A U.S. Foreign Policy for the Age of Economic Power", *Foreign Affairs* 89, no. 6, (November/December 2010), acesso em 8 nov. 2017, <https://www.foreignaffairs.com/articles/usa/2010-10-21/gdp-now-matters-more-force>.
11. Nathan P. Freier et al., *Outplayed: Regaining Strategic Initiative in the Gray Zone* (Carlisle Barracks, PA: Strategic Studies Institute, June 2016), p. xiii.
12. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 1–2.
13. *Ibid.*, p. 4.
14. *Ibid.*, p. 7.
15. Além do excelente tratamento sobre o tema no corpo do livro, as referências detalhadas oferecem farto material para os que queiram se aprofundar no assunto.
16. Gelb, "GDP Now Matters More Than Force", p. 35.
17. John F. Troxell, "Strategic Insights: Economic Power: Time to Double Down", Strategic Studies Institute (website), 29 Sept. 2015, acesso em 8 nov. 2017, <http://ssi.armywarcollege.edu/index.cfm/articles/Economic-Power-Time-To-Double-Down/2015/09/29>.
18. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 8.
19. Edward N. Luttwark, "From Geopolitics to Geo-Economics: Logic of Conflict, Grammar of Commerce", *The National Interest*, no. 20 (Summer 1990): p. 17. Em um livro publicado quase uma década depois, Luttwark apresenta um excelente resumo comparando os meios e objetivos da política de força à geoeconomia, além de algumas implicações bastante visionárias sobre a transição de um sistema para o outro. Edward Luttwark, *Turbo-Capitalism: Winners and Losers in the Global Economy* (New York: HarperCollins, 1999), p. 134.
20. Samuel P. Huntington, "Why International Primacy Matters", *International Security* 17, no. 4 (Spring 1993): p. 72.
21. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 33–34. O agrupamento mais conhecido de potências em ascensão é o BRICS — Brasil, Rússia, Índia, China e, agora, a África do Sul. Outras concepções incluem o MIST — México, Indonésia, Coreia do Sul e Turquia (criado por Jim O'Neill da Goldman Sachs, que também criou o termo BRIC). Confira, também, Raymond Ahearn, *Rising Economic Powers and U.S. Trade Policy* (Washington, DC: Congressional Research Service [CRS], 3 Dec. 2012).
22. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 35.
23. *Ibid.*
24. "The Rise of State Capitalism", *The Economist* (site), 21 Jan. 2012, acesso em 21 nov. 2017, <http://www.economist.com/node/21543160>. Com a China como sua principal praticante e devido à sua estrutura autoritária de governo, o capitalismo estatal também é denominado capitalismo autoritário. Muitos outros países praticantes do capitalismo estatal têm tendências autoritárias, mas nem todos. A Noruega, por exemplo, detém o maior fundo soberano.
25. "The Global Economy: An Open and Shut Case", *The Economist* (site), 1 Oct. 2016, acesso em 8 nov. 2017, <https://www.economist.com/news/special-report/21707833-consensus-favour-open-economies-cracking-says-john-osullivan>.
26. Thomas L. Friedman, *The Lexus and the Olive Tree: Understanding Globalization* (New York: Anchor Books, 2000). Um escritor prolífico, esse livro continua a ser melhor descrição dos vários elementos da globalização e como eles afetaram o sistema internacional.
27. Wayne Morrison, *China-U.S. Trade Issues* (Washington, DC: CRS, 24 April 2017), p. 14.
28. Nye, *The Future of Power*, p. 55.
29. Luttwark, "From Geopolitics to Geo-Economics", p. 19.
30. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 20.
31. Hal Brands, "Rethinking America's Grand Strategy: Insights from the Cold War", *Parameters* 45, no. 4 (Winter 2015-16): p. 9.
32. Paul Kennedy, *The Rise and Fall of Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000* (New York: Vintage Books, 1987), p. 539.
33. A alocação de recursos dentro e fora do orçamento de defesa, além das políticas da aquisição de armas e da indústria de defesa, tem sido o escopo tradicional da economia de defesa. Veja Gavin Kennedy, *Defense Economics* (New York: St. Martin's Press, 1983). Uma excelente discussão sobre o

financiamento de iniciativas de segurança nacional dos EUA consta de Robert D. Hormats, *The Price of Liberty: Paying for America's Wars* (New York: Times Books, 2007).

34. Laura Bassett, "Adm. Mike Mullen: National Debt Is Our Biggest Security Threat", *Huffington Post*, last updated 25 May 2011, acesso em 8 nov. 2017, http://www.huffingtonpost.com/2010/06/24/adm-mike-mullen-national_n_624096.html; Yochi J. Dreazen, "For Top U.S. Military Officer, Economy Emerges As Major Concern", *National Journal*, 9 Dec. 2011, acesso em 8 nov. 2017, <https://www.nationaljournal.com/s/579055/top-u-s-military-officer-economy-emerges-major-concern> (assinatura requerida); Jim Garamone, "Dunford Discusses Challenges to the Joint Force, Need for Defense Reform", Department of Defense News, 29 March 2016, acesso em 8 nov. 2017, <https://www.defense.gov/News/Article/Article/707639/dunford-discusses-challenges-to-the-joint-force-need-for-defense-reform/>.

35. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 27-31.

36. "Lighthizer, Camera, Action: America's Trade with China", *The Economist*, 19 Aug. 2017, p. 62. Veja, também, Office of the Special United States Trade Representative, "USTR Announces Initiation of Section 301 Investigation of China", press release, Aug. 2017, acesso em 9 Nov. 2017, <https://ustr.gov/about-us/policy-offices/press-office/press-releases/2017/august/ustr-announces-initiation-section>.

37. Dennis C. Blair e Keith Alexander, "China's Intellectual Property Theft Must Stop", *The New York Times* (site), 15 Aug. 2017, acesso em 9 nov. 2017, <https://www.nytimes.com/2017/08/15/opinion/china-us-intellectual-property-trump.html>.

38. "Lighthizer, Camera, Action".

39. Scott Kennedy, "Made in China 2025", Center for Strategic and International Studies (CSIS) (site), 1 Jun. 2015, acesso em 9 nov. 2017, <https://www.csis.org/analysis/made-china-2025>.

40. Bob Davis e Eva Dou, "China Unleashes a Chip War", *The Wall Street Journal*, 28 Jul. 2017, p. 1. Segundo Robert Gilpin, política industrial se refere a "esforços deliberados, por parte de um governo, para determinar a estrutura da economia por meio de [...] subsídios financeiros, proteção comercial ou aquisição governamental". Robert Gilpin, *Global Political Economy: Understanding the International Economic World Order* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2001), p. 154.

41. Eva Dou, "Beijing Discreetly Backs a Drive for Chips", *The Wall Street Journal*, 31 Jul. 2017, B4. O fundo estatal China Integrated Circuit Industry Investment Fund Co. foi anunciado em 2014 com US\$20 bilhões em capital.

42. Mark P. Thirlwell, "The Return of Geo-economics: Globalisation and National Security" (Sydney: Lowy Institute for International Policy, September 2010), p. 2.

43. Benn Steil e Robert E. Litan, *Financial Statecraft: The Role of Financial Markets in American Foreign Policy* (New Haven, CT: Yale University Press, 2006), p. 1. O U.S. Army War College transforma, convenientemente, essa categorização no acrônimo DIME.

44. Hillary Rodham Clinton, "Sidebar on Economic Statecraft", U.S. Department of State (site), 15 Nov. 2011, acesso em 9 nov. 2017, <https://www.state.gov/s/d/rm/rls/perfrpt/2011/html/178731.htm>.

45. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 49.

46. Zachary K. Goldman e Elizabeth Rosenberg, *American*

Economic Power & the New Face of Financial Warfare (Washington, DC: Center for a New American Security [CNAS], 17 June 2015), p. 1.

47. Elizabeth Rosenberg et al., *New Tools of Economic Warfare: Effects and Effectiveness of Contemporary U.S. Financial Sanctions* (Washington, DC: CNAS, April 2016), p. 9–11. O Center for a New American Security publicou uma excelente série de reportagens sobre sanções financeiras e política econômica, disponível on-line por meio de sua Economic Statecraft Series: <https://www.cnas.org/research/energy-economics-and-security/economic-statecraft>.

48. James K. Jackson, *U.S. Direct Investment Abroad: Trends and Current Issues* (Washington, DC: CRS, 29 June 2017), p. 1. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 53.

49. Friedman, *The Lexus and the Olive Tree*, p. 114–16.

50. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 54.

51. *Ibid.*, p. 53-57.

52. *Ibid.*, p. 57.

53. Rosenberg et al., *New Tools of Economic Warfare*, p. 10.

54. Juan C. Zarate, *Treasury's War: The Unleashing of a New Era of Financial Warfare* (New York: PublicAffairs, 2013), p. 44.

55. Para entender o papel do dólar norte-americano nas relações financeiras e monetárias globais, confira Eswar S. Prasad, *The Dollar Trap: How the U.S. Dollar Tightened Its Grip on Global Finance* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2014).

Outra boa fonte de informações sobre o dólar e políticas monetárias é Benjamin Cohen, *Currency Power: Understanding Monetary Rivalry* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2015). Por fim, para uma excelente discussão sobre bancos centrais, confira Neil Irwin, *The Alchemists: Three Central Bankers and a World on Fire* (New York: Penguin Books, 2013).

56. Benn Steil, "Taper Trouble: The International Consequences of Fed Policy", *Foreign Affairs* 93, no. 4 (July/August 2014): p. 54–55. Veja, também, Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 21.

57. Blackwill e Harris incluem algumas seções que abordam questões monetárias: p. 74–84, p. 140–46, p. 190–92.

58. *Ibid.*, p. 68-74.

59. "What Is Energy Security?", International Energy Agency (site), acesso em 9 nov. 2017, <http://www.iea.org/topics/energysecurity/subtopics/whatisenergysecurity/>.

60. Angel Saz-Carranza e Marie Vandendriessche, "Routes to Energy Security: The Geopolitics of Gas Pipelines between the EU and Its Southeastern Neighbors", in *The New Politics of Strategic Resources: Energy and Food Security Challenges in the 21st Century*, eds. David Steven, Emily O'Brien e Bruce Jones (Washington, DC: Brookings Institution Press, 2015), p. 118.

61. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 85.

62. Uma análise detalhada do setor energético mundial consta de Daniel Yergin, *The Quest: Energy, Security, and the Remaking of the Modern World* (New York: Penguin Books, 2010).

63. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 219; Kurt M. Campbell, *The Pivot: The Future of American Statecraft in Asia* (New York: Twelve, 2016), p. 270.

64. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 60.

65. *Ibid.*, p. 28.

66. *Ibid.*, p. 29. Os autores sustentam que um ataque cibernético contra a infraestrutura deve ser considerado geoeconomia, mas isso ampliaria muito a gama de possíveis instrumentos e ações, a ponto de fazer a distinção de geoeconomia perder

o sentido.

67. Ibid., p. 180.
68. Morrison, *China-U.S. Trade Issues*, p. 27–31. Há uma seção bastante esclarecedora sobre o “capitalismo estatal” chinês, que fornece detalhes sobre empresas estatais e bancos estatais.
69. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 87-91.
70. Ibid., p. 110.
71. Damien Ma, “China Digs It: How Beijing Cornered the Rare Earths Market”, *Foreign Affairs* (site), 25 Apr. 2012, acesso em 9 Nov. 2017, <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2012-04-25/china-digs-it>. Veja, também, Marc Humphries, “Rare Earth Elements: the Global Supply Chain” (Washington, DC: CRS, 6 Sept. 2011); Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 108–9.
72. Richard Katz, “Mutual Assured Production: Why Trade Will Limit Conflict Between China and Japan”, *Foreign Affairs* 92, no. 4 (July/August 2013): p. 18–21.
73. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 95-102.
74. Ben Blanchard, “Duterte Aligns Philippines with China, Says U.S. Has Lost”, *Reuters*, 19 Oct. 2016, acesso em 9 nov. 2017, <http://www.reuters.com/article/us-china-philippines/duterte-aligns-philippines-with-china-says-u-s-has-lost-idUSKCN12K0AS>.
75. David Shambaugh, *China's Future?* (Cambridge, UK: Polity, 2016), p. 143.
76. G. John Ikenberry, “Between the Eagle and the Dragon: America, China, and Middle State Strategies in East Asia”, *Political Science Quarterly* 131, no. 1 (March 2016): p. 17.
77. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 121-25.
78. Peter Cai, “Understanding China’s Belt and Road Initiative” (Sydney: Lowy Institute for International Policy, May 2017), p. 17.
79. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 124.
80. Cai, “Understanding China’s Belt and Road Initiative”, p. 15, p. 17.
81. O site “Reconnecting Asia” (<https://reconnectingasia.csis.org/analysis/competing-visions/>), apoiado pelo CSIS, mostra visões concorrentes de planos para desenvolver infraestrutura na região. Concorrentes incluem Japão, Coreia do Sul, Rússia, Índia, ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático), Irã e Turquia. Ibid., p. 15.
82. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 177.
83. Ibid., p. 103.
84. Fu Ying, “The Korean Nuclear Issue: Past, Present, and Future—A Chinese Perspective”, Strategy Paper 3 (Washington, DC: Brookings Institution, John L. Thornton China Center, May 2017), p. 1. Os chineses consideram esse relatório como a descrição definitiva sobre a perspectiva chinesa. Todos os analistas estratégicos chineses creem que os EUA sobrestimam a influência econômica que a China exerce sobre a Coreia do Norte e subestimam a resiliência do regime de Kim. (Com base em várias discussões com o autor durante uma recente viagem de pesquisa a Beijing e Xangai.)
85. David Feith, “The North Korea Sanctions Myth”, *The Wall Street Journal*, 27 Mar. 2017, apud Edward Fishman, Peter Harrell e Elizabeth Rosenberg, “A Blueprint for New Sanctions on North Korea” (Washington, DC: CNAS, July 2017), p. 3.
86. Andrew Browne, “Trump Walks Dangerous Line with Beijing on Two Fronts”, *The Wall Street Journal*, 16 Aug. 2017.
87. Javier C. Hernández, Owen Guo e Ryan McMorrow, “South Korean Stores Feel China’s Wrath as U.S. Missile System Is Deployed”, *The New York Times* (site), 9 Mar. 2017, acesso em, 9 nov. 2017, https://www.nytimes.com/2017/03/09/world/asia/china-lotte-thaad-south-korea.html?_r=0.
88. Trefor Moss, “Korea-Goods Boycott Hits China Workers”, *The Wall Street Journal*, 24 Aug. 2017, A7.
89. “China’s Bullying Is Backfiring in South Korea’s Presidential Race”, *The Economist* (site), 29 April 2017, acesso em 9 nov. 2017, <https://www.economist.com/news/asia/21721372-their-hostility-making-front-runner-more-hawkish-chinas-bullying-backfiring-south>.
90. Jane Perlez, “U.S. Desire for North Korea Oil Cutoff Puts China in a Tight Spot”, *The New York Times* (site), 5 Sept. 2017, acesso em 9 nov. 2017, https://www.nytimes.com/2017/09/05/world/asia/north-korea-china-us-oil-fuel-exports.html?ref=todayspaper&_r=0.
91. Fishman, Harrell e Rosenberg, “A Blueprint for New Sanctions on North Korea”, p. 5.
92. Jackson, *U.S. Direct Investment Abroad*, p. 1.
93. “Economic Influence in Latin America Isn’t All About Trade”, Stratfor Worldview, 8 Sept. 2017, acesso em 9 nov. 2017, <https://worldview.stratfor.com/article/economic-influence-latin-america-isnt-all-about-trade>.
94. Andrew Hunter e John Schaus, “CSIS Review of the Committee on Foreign Investment in the United States”, A Report of the CSIC International Security Program (Washington, DC: CSIS, December 2016).
95. Kate O’Keefe, “U.S. Stymies China Deals”, *The Wall Street Journal*, 22 Jul. 2017, A1, A6.
96. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 181-84. Eles sustentam que deveria ter havido dispositivos mais fortes quanto às empresas estatais e proibições contra a manipulação cambial.
97. Ibid., p. 191.
98. Wendy Cutler, “Charting a Course for Trade and Economic Integration in the Asia-Pacific” (Washington, DC: Asia Society Policy Institute, March 2017), p. 13; um breve resumo das vantagens da Parceria Transpacífico consta de Michael R. Auslin, *The End of the Asian Century* (New Haven, CT: Yale University Press, 2017), p. 210–12.
99. “Trump Says Plans Lots of Bilateral Trade Deals with Quick Termination Clauses”, *Reuters*, 26 Jan. 2017, acesso em 19 dez. 2017, <https://www.reuters.com/article/us-usa-trump-trade/trump-says-plans-lots-of-bilateral-trade-deals-with-quick-termination-clauses-idUSKBN15A2MP>.
100. Zarate, *Treasury’s War*, p. 385.
101. Rosenberg et al., *New Tools of Economic Warfare*, p. 10.
102. Fishman, Harrell e Rosenberg, “A Blueprint for New Sanctions on North Korea”, p. 1.
103. Quanto ao Irã, veja *ibid.*, 8; quanto à Rússia, veja “Sanctions on Russia: The Punishment Continues”, *The Economist*, 5 Aug. 2017, p. 37–38; Peter E. Harrell et al., *The Future of Transatlantic Sanctions on Russia* (Washington, DC: CNAS, June 2017).
104. Fishman, Harrell e Rosenberg, “A Blueprint for New Sanctions on North Korea”, p. 3, p. 8.
105. Rosenberg et al., *New Tools of Economic Warfare*, p. 34–35.
106. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 143.
107. Barry Eichengreen, *Exorbitant Privilege: The Rise and*

Fall of the Dollar and the Future of the International Monetary System (New York: Oxford University Press, 2011).

108. "The World Economy: The Sticky Superpower", *The Economist* (site), 3 Oct. 2015, acesso em 9 nov. 2017, <https://www.economist.com/econ2015>. Este é um excelente relatório especial com 14 páginas sobre o papel do dólar na economia mundial.

109. Eswar Prasad, "A Middle Ground: The Renminbi is Rising, But Will Not Rule", *Finance & Development*, March 2017, p. 30–31.

110. Eswar Prasad, *Gaining Currency: The Rise of the Renminbi* (New York: Oxford University Press, 2017), p. 245.

111. U.S. Treasury Department, Major Foreign Holders of Treasury Securities (site), 17 Oct. 2017, acesso em 9 nov. 2017, <http://ticdata.treasury.gov/Publish/mfh.txt>.

112. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 144.

113. Ian Bremmer e David Gordon, "Where Commerce and Politics Collide", *The New York Times* (site), 7 Oct. 2012, acesso em 9 nov. 2017, <http://www.nytimes.com/2012/10/08/opinion/08iht-edbremmer08.html>.

114. Zarate, *Treasury's War*, p. 384.

115. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 256-57.

116. Ibid., p. 25.

117. Ibid., p. 186.

118. G. John Ikenberry, *Liberal Leviathan: The Origins, Crisis, and Transformation of the American World Order* (Princeton,

NJ: Princeton University Press, 2011), p. 61–65. Veja, também, Robert Kagan, *The World America Made* (New York: Alfred A. Knopf, 2012).

119. Gilpin, *Global Political Economy*, p. 314–15. Thomas Friedman, em *The Lexus and the Olive Tree*, referiu-se ao Consenso de Washington como a "camisa de força de ouro" que as nações vestem voluntariamente para terem sucesso na economia global (p. 101–11).

120. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 7; Gilpin, *Global Political Economy*, p. 315.

121. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 14, p. 187.

122. Ibid., p. 14, p. 184.

123. Ibid., p. 15.

124. Ibid., p. 184.

125. G. John Ikenberry, "The Illusion of Geopolitics: The Enduring Power of the Liberal Order", *Foreign Affairs* 93, no. 3 (May/June 2014): p. 88.

126. Ibid., p. 90.

127. Cordell Hull, *The Memoirs of Cordell Hull* (New York: Macmillan, 1948), p. 84, apud Eduardo Porter, "Trump and Trade: Extreme Tactics in Search of a Point", *The New York Times* (site), 31 Jan. 2017, acesso em 9 nov. 2017, <https://www.nytimes.com/2017/01/31/business/economy/trump-and-trade-extreme-tactics-in-search-of-a-point.html>.

128. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 221, p. 226.



Gen Valery Gerasimov, Chefe do Estado-Maior Geral das Forças Armadas da Federação Russa, parabeniza militares e veteranos durante discurso no Dia das Forças Terrestres da Rússia, 01 Out 16, ressaltando sua significativa contribuição à proteção dos interesses nacionais. (Foto cedida pelo Ministério da Defesa da Federação Russa)

A Guerra Contemporânea e os Problemas Atuais para a Defesa do País

Gen Ex Valery Gerasimov, Chefe do Estado-Maior Geral das Forças Armadas da Federação Russa

Tradução baseada na versão em inglês de Harold Orenstein, Ph.D.; Prefácio de Timothy Thomas

Prefácio

Em março de 2017, o Chefe do Estado-Maior Geral Russo Valery Gerasimov discorreu sobre o tema “A Guerra Contemporânea e os Problemas Atuais para a Defesa do País” durante uma conferência realizada na Academia de Ciências Militares. A presente tradução é baseada em uma versão direta do russo para o inglês (sem adaptação para o inglês corrente)¹.

Gerasimov examina vários elementos que caracterizam a guerra atualmente e quais tarefas devem ser abordadas. Primeiro, ele enumera os elementos que caracterizam os conflitos militares contemporâneos. Entre eles estão as operações sem contato, o custo de armas, o uso da robótica, as várias formas de emprego de forças e o uso de efeitos informacionais psicológicos e informacionais técnicos, além de outros fatores. Segundo, ele aborda as operações híbridas e o “outro lado”, que ele chama de nova percepção dos tempos de paz, em que a segurança e a soberania são ameaçadas por outros meios que não as medidas violentas (isto é, por meios não militares). Terceiro, ele relaciona as tarefas a serem estudadas pela Academia de Ciências Militares, incluindo as atuais formas de enfrentamento e os métodos para combatê-las; a criação de contramedidas para os meios de guerra híbrida utilizados pelo Ocidente contra a Rússia; a elaboração de formas e métodos de operações em várias condições; e os problemas relacionados à organização de reagrupamentos da força. Quarto, ele observa que as capacidades militares da Rússia foram aperfeiçoadas por meio do desenvolvimento equilibrado de todas as Forças Singulares e de todas as armas, quadros e serviços. Ele destaca cinco áreas especificamente: o desenvolvimento de armas de alta tecnologia, novos meios de comunicação, Inteligência, comando e controle automatizado e guerra radioeletrônica. Quinto, ele enfatiza um pensamento em várias ocasiões: que o emprego da força militar ainda é a melhor forma de descrever a “guerra”. Além disso, Gerasimov adverte que os estudiosos militares não têm dedicado suficiente atenção a certos temas, incluindo “operações de combate contra tropas irregulares inimigas; emprego de agrupamentos compostos de forças regulares e destacamentos de milícias nacionais; combate em condições urbanas, incluindo locais onde os combatentes detenham civis como ‘escudos humanos’; e normalização pós-conflito”.

Por fim, vale observar que o discurso de Gerasimov ofereceu um bom exemplo de “como pensar como um oficial russo”, pois ele menciona importantes elementos relacionados à ciência militar do país: tendências; previsões; a

correlação entre tipos de luta; e formas e métodos. Cabe notar, em especial, o modo pelo qual Gerasimov caracteriza “operações híbridas” como uma atividade dos Estados Unidos da América (EUA) e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e “guerra híbrida” como uma expressão sendo promovida pelos veículos de comunicação em massa, cujo emprego “como termo consagrado, é, no momento, algo prematuro”. É significativo que, ao afirmar que “o Exército russo tem demonstrado habilidade [na Síria] em conduzir o novo tipo de guerra”, entende-se por “novo tipo de guerra” a descrição que vem surgindo para o pensamento russo sobre ela.

Timothy Thomas, Foreign Military Studies Office

Comentários do Gen Ex Valery Gerasimov, “A Guerra Contemporânea e os Problemas Atuais para a Defesa do País”

A guerra sempre foi uma companheira constante da humanidade. Nasceu antes do surgimento do Estado e é um dos fatores de seu desenvolvimento.

É natural que o problema de definir a natureza e essência da guerra sempre tenha sido foco das atenções de estudiosos nacionais e estrangeiros. Clausewitz destacou a natureza política da guerra, tratando-a como uma continuação da política por outros meios. Entendia “outros meios” como meios violentos. Comparou a guerra a um “duelo em grande escala”, definindo-a como “um ato de força para obrigar o nosso inimigo a fazer a nossa vontade”^{*}.

Snesarev e Svechin — ilustres teóricos militares russos e soviéticos do início do século XX — contribuíram de maneira significativa ao desenvolvimento da “ciência da guerra”. As principais tendências da condução da guerra, que são fruto de relações não apenas políticas, como também econômicas e sociais, são um exemplo de sua pesquisa.

No começo dos anos 90, havia se formado um sólido entendimento da guerra como um meio de alcançar objetivos políticos exclusivamente com base no emprego de meios de luta armada.

A guerra como fenômeno ocupa as mentes de especialistas militares nacionais e estrangeiros. Atualmente, os EUA têm uma classificação de conflitos

[*Trecho da obra *Da Guerra*, de Clausewitz, extraído da tradução do inglês para o português de CMG (RRm) Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle, a partir da versão em inglês de Michael Howard e Peter Paret. — N. do T.]

militares, que inclui a guerra tradicional e a guerra não tradicional. No início do século XXI, os teóricos norte-americanos propuseram a inclusão da “guerra híbrida” nessa classificação. Isso se refere a ações que ocorram em um período que não possa ser associado puramente com a guerra ou com a paz.

Na ciência e na prática nacional russa, estabeleceu-se uma abordagem mais convincente em relação à classificação dos conflitos militares contemporâneos. Ela leva em consideração um número maior de atributos das guerras e conflitos armados.

Segundo a *Doutrina Militar da Federação Russa*, as guerras, assim como os conflitos armados, constituem o conteúdo geral dos conflitos militares. São “uma forma de resolver conflitos interestatais ou intraestatais com o emprego da força armada.” Ao mesmo tempo, não há uma definição de “guerra” em documentos oficiais internacionais ou nacionais.

O termo “guerra” é utilizado na ciência militar nacional. É definido na *Enciclopédia Militar*. Atualmente, a comunidade militar e científica está debatendo, vigorosamente, questões relacionadas a um esclarecimento do conceito de guerra.

Alguns estudiosos e especialistas seguem o tratamento clássico da natureza e conteúdo da guerra. Nesse contexto, a objetividade do desenvolvimento evolutivo da guerra como fenômeno e a necessidade de introduzir mudanças em sua

teoria não são rejeitadas. Outros recomendam uma revisão fundamental de perspectivas sobre a natureza e conteúdo do conceito de guerra, levando em consideração o fato de que a luta armada não é um atributo obrigatório.

Atualmente, é possível encontrar, em publicações e no debate público, expressões como “guerra de informação”, “guerra econômica”, “guerra híbrida” e uma multiplicidade de outras variantes do

emprego da palavra “guerra.” Tudo isso precisa ser analisado e discutido. É evidente que um saudável debate acadêmico certamente seria algo bom para a ciência militar do nosso país.

O Estado-Maior Geral tem dedicado a necessária atenção à resolução dessa questão. Em 2016, um debate sobre a natureza do conceito de guerra nas condições contemporâneas foi realizado na Academia Militar de Estado-Maior Geral.

Uma reunião da seção de assuntos de segurança militar do comitê científico do Conselho de Segurança também examinou essa questão. Durante o debate, foram desenvolvidas diretrizes gerais sobre a necessidade de analisar as características e elementos dos conflitos militares contemporâneos e esclarecer sua origem e evolução.

Os conflitos militares do final do século XX e início do século XXI divergem uns dos outros com respeito à composição de participantes, armas empregadas e formas e métodos de atividades das tropas. Ao mesmo tempo, os conflitos militares não ultrapassaram os limites da natureza convencional da guerra; seus componentes são tipos de luta como a luta armada direta, a luta política, a luta diplomática, a luta informacional, etc. Surgiram novos aspectos neles, como uma mudança do grau de contribuição de cada tipo de luta em relação a outro para o sucesso político geral de uma guerra, a superioridade sobrepujante de um dos lados em força militar e poderio econômico, etc.

Há uma série de elementos que são característicos dos conflitos militares contemporâneos.

A experiência das operações da OTAN na Iugoslávia, que anunciaram a era da chamada guerra “sem contato” ou “remota”, não recebeu ampla circulação. Há uma razão objetiva para isso: restrições de natureza geográfica e econômica foram impostas à consecução dos objetivos da guerra. O fator custo das armas e da guerra passou a exercer um importante papel na seleção de métodos para a condução de operações militares.

Um aspecto considerável dos conflitos militares contemporâneos é o crescente emprego dos mais recentes sistemas robóticos e veículos aéreos não tripulados, com várias designações e ações. Surgiram novas formas de emprego de diferentes forças e meios. Por exemplo, durante as operações na Líbia, uma zona de exclusão aérea foi estabelecida e um bloqueio naval executado juntamente com as operações conjuntas de empresas

O Gen Ex Valery

Gerasimov é o Chefe do Estado-Maior Geral das Forças Armadas da Federação Russa e Vice-Ministro de Defesa. Kursou a Escola Militar Superior (Carros de Combate) de Kazan, a Academia Militar de Forças Blindadas Malinovsky e a Academia Militar de Estado-Maior Geral das Forças Armadas da Rússia. Serviu em várias funções de comando e estado-maior antes da atual designação, incluindo o comando do 58º Exército durante as operações de combate na Tchetchênia.

militares privadas de países da OTAN e grupos armados da oposição política local.

Os países líderes do mundo têm declarado que obter a superioridade de informações é uma condição indispensável para as operações de combate em seus conceitos sobre o emprego de forças militares. Para cumprir essa tarefa, são utilizados recursos das redes sociais e meios de informação de massa. Ao mesmo tempo, as forças e os meios de efeitos informacionais psicológicos e informacionais técnicos são envolvidos. Assim, em conflitos no Oriente Médio, as capacidades mobilizadas pelas redes sociais *Facebook*, *Twitter* e outros efeitos informacionais técnicos foram amplamente utilizados pela primeira vez.

O conflito na Síria foi um exemplo do emprego de métodos “híbridos” de operação. Operações tradicionais e não tradicionais, de natureza militar e não militar, foram utilizadas simultaneamente nesse conflito. Em seu primeiro estágio, os conflitos internos da Síria foram transformados em ataques armados pelos grupos de oposição. Então, com o apoio de assessores estrangeiros e efeitos informacionais dinâmicos, essas ações adquiriram um caráter organizado. Em consequência, organizações terroristas, abastecidas e dirigidas do exterior, uniram-se à oposição ao governo.

Os EUA e países da OTAN vêm introduzindo, efetivamente, as “operações híbridas” no âmbito internacional. De modo geral, isso foi condicionado pelo fato de que essa variante operacional não se enquadra na definição de agressão.

Os veículos de comunicação em massa estão chamando esses métodos de “guerra híbrida”. Entretanto, o emprego da expressão “guerra híbrida” como termo consagrado é, no momento, algo prematuro.

Uma análise dos conflitos do início do século XXI aponta para uma série de tendências com respeito à sua transformação.

Atualmente, o obscurecimento da distinção entre estado de guerra e de paz é óbvio. O outro lado das “operações híbridas” consiste em uma nova percepção do tempo de paz, quando medidas militares ou outras medidas violentas visíveis não são empregadas contra um determinado Estado, mas sua segurança nacional e soberania são ameaçadas e podem ser violadas.

O espectro de razões e abordagens para o emprego da força militar está se ampliando. Vem sendo

usada, com uma frequência cada vez maior, para apoiar os interesses econômicos de um Estado, sob o *slogan* de proteger a democracia ou inculcar valores democráticos em algum país.

A ênfase no conteúdo dos métodos de enfrentamento está mudando em direção ao amplo emprego de medidas políticas, econômicas, diplomáticas, informacionais e outras medidas não militares, implementadas com o envolvimento do potencial de protesto de uma população.

Formas e meios não militares de luta têm sido objeto de um desenvolvimento sem precedentes, adquirindo um caráter perigoso e, às vezes, violento. O uso prático de métodos e meios não militares pode provocar um colapso nas dimensões energética, bancária, econômica, informacional e em outras áreas das atividades diárias de um Estado. É possível citar, como exemplo, os resultados dos ataques cibernéticos contra a infraestrutura energética do Irã em 2015.

Uma análise dos elementos, atributos e tendências característicos na evolução dos conflitos militares contemporâneos indica que um aspecto geral é intrínseco a todos eles, de uma maneira ou de outra: o emprego da força militar. Em alguns conflitos, como nas duas guerras dos EUA contra o Iraque ou na operação da OTAN contra a Iugoslávia, isso foi quase a luta armada clássica. Em outros conflitos, como na Síria, a luta armada é conduzida por um lado na forma de operações antiterroristas e, pelo outro, na forma de operações por grupos armados irregulares e ilícitos e organizações terroristas.

Assim, o conteúdo principal da guerra contemporânea e guerra do futuro próximo continua a ser igual ao de antes, e seu principal indicador será a presença da luta armada.

Levando todos esses fatores em consideração, ainda é prático manter a definição de “guerra” conforme apresentada pela *Enciclopédia Militar*.

Além disso, a questão de determinar a essência da guerra não está encerrada; é atual e requer contínuo estudo e cuidadosa consideração. Com esse objetivo, uma mesa redonda sobre o tema, “A Guerra e os Conflitos Armados Contemporâneos: Elementos e Atributos Característicos”, será realizada em agosto deste ano [2017], no contexto do programa do fórum tecnológico militar internacional ARMIIA-2017. Os estudiosos da Academia de Ciências Militares devem participar vigorosamente dessa mesa redonda e desse fórum. É

necessário continuar o trabalho de padronização interdepartamental de termos e definições político-militares e militares.

O crescimento do potencial de conflito no mundo enfatiza a urgência de uma série de tarefas no campo da defesa do país. A principal continua sendo a mesma de antes: a repulsão garantida de uma possível agressão vinda de qualquer direção ao relacionamento da Federação Russa e seus aliados. Em tempo de paz, ao se executarem medidas de dissuasão estratégica, é necessário efetuar a neutralização de ameaças à segurança do país apoiando-se nas forças e meios disponíveis.

Nesse sentido, o papel e a importância de prever e avaliar perigos e ameaças militares estão crescendo. É vantajoso implementá-los junto com uma avaliação das ameaças econômicas, informacionais e de outra natureza à Federação Russa.

As capacidades das Forças Armadas estão sendo aperfeiçoadas por meio de um desenvolvimento equilibrado de todas as Forças Singulares e de todas as armas, quadros e serviços e por meio do desenvolvimento de armas de alta tecnologia, meios de comunicação modernos, Inteligência, comando e controle automatizado e guerra radioeletrônica.

Atualmente, está em curso um aparelhamento em larga escala das Forças de Foguetes Estratégicos com modernos complexos de mísseis. A Marinha está adquirindo novos submarinos atômicos com mísseis balísticos e de cruzeiro sem paralelo no mundo. As aeronaves da aviação estratégica — nos lendários *TU-160* e *TU-95MS* — estão sendo modernizadas. Isso possibilitará que, no total, 90% das forças nucleares estratégicas estejam dotadas de equipamentos modernizados até 2020.

O potencial de ataque das armas de alta tecnologia nas Forças Armadas será quadruplicado até 2021. Isso tornará possível defender a segurança da Rússia ao longo de todo o perímetro da fronteira. A porcentagem de armas e equipamentos militares modernos nas Forças Terrestres atingirá não menos que 70% até 2021. As Forças Aeroespaciais vão adquirir aeronaves de nova geração, o que aumentará as capacidades de combate da aviação em 1,5 vezes. A Marinha será provida de navios modernos, equipados com foguetes de alta tecnologia e longo alcance.

A robótica desempenha um papel significativo na ampliação das capacidades de combate. O emprego em larga escala, mas razoável, de vários tipos de sistemas robóticos aumentará a efetividade das operações das tropas e possibilitará uma redução considerável de perdas de pessoal.

As Forças Armadas têm, hoje, uma oportunidade única para verificar e testar novos modelos de armas e equipamentos militares sob complexas condições climáticas.

É necessário continuar a expandir a experiência de combate dos meios da luta armada nos acontecimentos na Síria e extrair lições para aperfeiçoá-los e modernizá-los.

A vitória, em qualquer guerra, é obtida não apenas pelos recursos materiais, mas também pelos recursos espirituais da nação, sua coesão e tentativas por todas as forças de se opor à agressão. Portanto, a liderança político-militar da Federação Russa vem envidando consideráveis esforços para restaurar a fé do povo no Exército. Hoje as Forças Armadas estão alcançando um nível fundamentalmente novo de aprestamento para o combate, e isso tem recebido o apoio integral da sociedade russa.

Para aumentar ainda mais o prestígio das Forças Armadas, é importante forjar laços entre o Exército e a sociedade. Para tanto, é preciso melhorar os sistemas de instrução dos militares e de educação patriótica militar dos jovens.

Sem um estudo cuidadoso e avançado das atuais tarefas para proteger a segurança militar do país, a resolução delas é impossível.

Ao mesmo tempo, como tem demonstrado a experiência na Síria, hoje realizamos muitas tarefas por meio da experiência prática, sem termos a oportunidade de nos valermos das recomendações da ciência militar.

Assim, os estudiosos militares não têm dedicado a necessária atenção aos problemas da condução de operações de combate contra forças irregulares inimigas; emprego de agrupamentos compostos de forças regulares e destacamentos de milícias nacionais; combate em condições urbanas, incluindo locais onde os combatentes detenham civis como “escudos humanos”; e normalização pós-conflito.

Durante a operação para estabilizar a situação na Síria, as missões que eram novas para as tropas foram

frequentemente resolvidas imediatamente, levando em consideração a experiência que havia sido adquirida e a conveniência. Nesse aspecto, o Exército russo tem demonstrado habilidade em conduzir esse novo tipo de guerra, organizar coalizões e atuar com aliados.

O crescente poder de combate da Rússia e as capacidades das Forças Armadas para executar missões estratégicas em um teatro de operações distante foram demonstrados perante a comunidade mundial.

Adquiriu-se experiência prática no planejamento e condução de operações aéreas, lançamentos maciços de foguetes e ataques aéreos e emprego de armas de alta tecnologia de base aérea, marítima e terrestre.

As aeronaves do navio-aeródromo *Almirante Kuznetsov* participaram pela primeira vez das operações de combate, concluindo mais de 60 sortidas.

Sob a orientação de assessores militares russos e com o contínuo apoio da aviação das Forças Aeroespaciais da Rússia, grandes gangues foram sobrepujadas nas Províncias de Latakia, Aleppo e Damasco. Foi restabelecido o controle sobre Palmira.

É extremamente importante que a experiência de combate adquirida seja usada ao máximo no desenvolvimento e preparação para o combate dos órgãos de comando e controle e das tropas.

No todo, o papel da ciência militar continua a ser, como sempre, fundamentalmente importante,

devendo-se recorrer aos seus resultados na prática. Nesse aspecto, gostaria de me alongar sobre as tarefas prioritárias da Academia de Ciências Militares e da ciência militar como um todo.

Em primeiro lugar está o estudo de novas formas de enfrentamento interestatal e o desenvolvimento de métodos efetivos para combatê-las.

É preciso dedicar especial atenção à definição de medidas preventivas para combater o desencadeamento da “guerra híbrida” contra a Rússia e seus aliados.

É necessário estudar, efetivamente, os elementos dos conflitos militares contemporâneos e, a partir disso, desenvolver formas e métodos eficazes de operações de tropas e forças sob várias condições.

Os problemas de organizar e implementar reagrupamentos de forças em teatros de operações distantes requerem uma pesquisa à parte.

Tampouco as tarefas gerais da ciência militar perderam sua urgência. Também requerem trabalho adicional, desenvolvimento de novas ideias e aquisição de novos conhecimentos.

Estou certo de que os estudiosos da Academia de Ciências Militares, junto a representantes dos complexos de ciência militar da Rússia, estão fazendo uma importante contribuição à resolução desses e de outros problemas, o que possibilitará aumentar as capacidades defensivas e a segurança de nosso país. ■

Referência

1. "Sovremenniaia voyny i aktual'nye voprosy oborony strany" ["A Guerra Contemporânea e os Problemas Atuais para a Defesa do País"], *Journal of the Academy of Military Sciences* 2, no. 59

(2017). Tradução baseada na versão em inglês de Harold Orenstein Ph.D. O artigo aparece sob o tópico geral de "Conferência Científica Militar na Academia de Ciências Militares".



O Presidente da República Árabe da Síria Bashar al-Assad (*segundo à esquerda*), o Presidente russo Vladimir Putin (*centro*), o Ministro de Defesa russo General de Exército Sergei Shoigu (*segundo à direita*) e o Chefe do Estado-Maior Geral das Forças Armadas da Federação Russa General de Exército Valery Gerasimov (*à direita*) se reúnem em Sochi, Rússia, para discutir as fases finais do apoio russo às operações na Síria, 21 Nov 17. (Foto cortesia do Governo da Rússia)

Que Tipo de Vitória a Rússia Está Obtendo na Síria?

Michael Kofman

Matthew Rojansky, JD

A guerra na Síria tem se arrastado por mais de meia década. Centenas de milhares de pessoas têm morrido, cidades e municípios inteiros têm sido destruídos e bilhões de dólares em

infraestrutura têm sido dizimados. Milhões de refugiados têm inundado os Estados vizinhos do Oriente Médio, que mal conseguem abrigá-los, enquanto outros têm buscado segurança em lugares longínquos como a

Europa e a América do Norte, exacerbando as controversas disputas sobre a imigração, o emprego e a identidade cultural nas democracias ocidentais.

A Síria tem testado todos os líderes mundiais, de forma individual e coletiva, e tem exposto o fracasso das instituições internacionais em lidar, efetivamente, com os problemas que essas instituições foram planejadas para controlar e prevenir. Apesar do prolongado comprometimento de recursos militares e diplomáticos dos EUA no conflito, uma resolução pacífica permanece distante, e o regime sanguinário de Assad permanece firmemente no controle dos centros populacionais ao longo do litoral mediterrâneo. A iminente derrota do Estado Islâmico (EI) no campo de batalha, no interior desértico da Síria e do Iraque, é justificada pelo fato de que seus combatentes têm se juntado e inspirado evasivas células terroristas fora da região.

Entretanto, a coalizão liderada pela Rússia, incluindo as forças sírias, o Irã e várias milícias aliadas, parece estar atingindo seus próprios objetivos militares e políticos. É provável que o conflito na Síria embarque em uma nova fase em 2018, conforme tanto o EI quanto a oposição síria deixem de ser forças relevantes e as duas coalizões busquem negociar uma resolução pós-conflito. Embora esteja longe de ser assegurado que qualquer resolução aceitável para os principais atores domésticos e internacionais possa ser possível, por enquanto, o resultado principal desta guerra é que o Presidente Bashar al-Assad irá continuar no poder, mas a Síria que existia antes da guerra não voltará a existir.

A Rússia envolveu-se diretamente neste conflito somente a partir de setembro de 2015, mas a sua intervenção tem mudado radicalmente o resultado da guerra. A pergunta natural é se a Rússia tem, de fato, conseguido uma vitória. A resposta a essa pergunta depende, primeiro, do que Moscou planejava realizar — em outras palavras, como a Rússia definia e atualmente define a vitória na Síria, quais são seus interesses permanentes lá e se esses interesses têm sido assegurados ou alavancados?

Embora a campanha russa possa ser considerada um sucesso do ponto de vista dos objetivos próprios do Kremlin, o real desempenho da Rússia, tanto em termos militares quanto políticos, precisa de uma análise mais profunda. Como é que os russos alcançaram seus sucessos, tanto no campo de batalha quanto nos mais amplos palcos diplomáticos e políticos? Finalmente,

armado com uma melhor consciência de como a campanha da Rússia na Síria foi medida em termos de objetivos russos e capacidades, quais lições os EUA devem aprender para engajamentos futuros na Síria, no Oriente Médio e além?

As Origens da Intervenção Russa

É uma espécie de acidente histórico que os poderes militares dos EUA e da Rússia tenham se encontrado no solo e nos céus da Síria, em 2015. O país não era, nem de perto, o ponto central da estratégia global ou mesmo das respectivas políticas regionais de qualquer um desses Estados.

As relações entre a Rússia e a Síria têm suas origens no legado da Guerra Fria, desde que Moscou começou a apoiar a Síria, depois da Guerra do Suez, em 1956. No entanto, até 1971, a Síria não tinha se tornado um Estado cliente da União Soviética. A União Soviética ganhou uma bem localizada base naval em Tartus, na costa mediterrânea da Síria, para apoiar sua Quinta Eskadra — uma frota operacional — junto com instalações de coleta de informações no continente.

Depois da queda da União Soviética, em

Michael Kofman é cientista pesquisador senior da CNA Corporation, onde serve como Diretor do Programa de Estudos Russos. Também, é bolsista global do Kennan Institute, em Washington D.C., e bolsista a distância do Modern War Institute, em West Point, Nova York. Anteriormente, trabalhou como gerente de programa na National Defense University. Sua pesquisa se concentra em assuntos de segurança na Rússia e na antiga União Soviética, especializando em análise militar e de defesa. É bacharel pela Northeastern University e mestre pela School of Foreign Service da Georgetown University.

Matthew Rojansky é Diretor do Kennan Institute no Woodrow Wilson Center, em Washington, D.C., e Professor Adjunto na School of Advanced International Studies, da Johns Hopkins University. É bacharel pela Harvard College e possui doutorado em direito pela Stanford Law School. Anteriormente, era Vice-diretor do Programa da Rússia e da Eurásia, na Fundação Carnegie para a Paz Internacional. Serviu, também, com especialista de políticas de embaixada na Embaixada dos EUA em Kiev, Ucrânia, e como acadêmico convidado na Divisão de Pesquisa, do Defense College da OTAN.

1991, as frotas soviéticas partiram do Mediterrâneo, e a importância das bases sírias rapidamente diminuíram. Moscou tinha bem menos fundos disponíveis para sustentar sua rede de patrocínio de Estados clientes e

ao emprego da força pelos EUA para avançar o que a Rússia considerava uma agenda de “mudança de regime”. O Ministro do Exterior Sergei Lavrov aplicou diretamente a lógica da Líbia à Síria, em maio de 2011,

“ ... medo [da Rússia] de mais uma intervenção militar dos EUA, esta vez muito mais próximo à própria Rússia e sendo o alvo seu único cliente restante no Oriente Médio, parece ter sido justificado quando o Presidente Barack Obama exigiu que Assad renunciasse.”

a Síria se tornou, decididamente, um parceiro transacional, conforme a Rússia exigia o pagamento pela contínua venda de armas. Os navios russos continuavam a explorar o porto de Tartus como um ponto de reabastecimento menor, mas com pouca importância militar. Tartus era, de qualquer forma, inadequada para a atracação dos navios russos e, por um período prolongado, havia pouca atividade naval russa para justificar seu uso. Isso mudou na sequência da intervenção russa, em 2015. Agora, o porto expandido de Tartus é muito mais capacitado para apoiar as operações e reabastecer a frota mediterrânea russa, que foi reativada, em 2013, com a finalidade de apoiar a Síria.

Em geral, a Rússia não conquistou bases na Síria, ela teve que estabelecê-las e expandir a infraestrutura existente para salvar o regime sírio. Encorajada pelo notável êxito, e desejando ficar, a Rússia assinou um contrato de arrendamento do porto de Tartus por 49 nove anos, em 2017. O porto, ainda está no processo para ser transformado em uma base naval utilizável. O que a relação com a Síria realmente ofereceu à Rússia pós-soviética foi uma posição no Oriente Médio, que a ajudou a conferir o status de um grande poder nas políticas internacionais. A confluência de eventos levou ao que se tornaria o empreendimento militar mais significativo de Moscou fora do espaço pós-soviético imediato, em mais de um quarto de século.

Embora a Rússia tivesse interesses permanentes na Síria, o contexto variável das relações entre os EUA e a Rússia, a partir de 2011, foi o fator mais influente sobre como Moscou veria aquele conflito. A resposta da Rússia à intervenção liderada pelos EUA na Líbia, naquele mesmo ano, era totalmente negativa e Moscou queria riscar uma linha no chão, na Síria, opondo-se

quando disse, “O cálculo é que os ‘atores’ estrangeiros ficarão envolvidos com esse problema e não apenas irão condenar o país à violência, mas, subsequentemente, irão repetir o cenário líbio, incluindo o emprego de força”¹.

O ponto central da política russa na Síria se tornou evitar que os EUA realizassem uma intervenção do tipo líbio para derrubar Assad. Lavrov avisou, “Alguns líderes das forças da coalizão e, depois, o secretário-geral da OTAN, chamaram a operação na Líbia de um ‘modelo’ para o futuro. Quanto à Rússia, não permitiremos que algo como isso ocorra de novo no futuro”². O medo de mais uma intervenção militar dos EUA, esta vez muito mais próximo à própria Rússia e sendo o alvo seu único cliente restante no Oriente Médio, parece ter sido justificado quando o Presidente Barack Obama exigiu que Assad renunciasse³. A Rússia estava determinada a impedir o intervencionismo dos EUA, inicialmente ao fornecer armas e equipamentos ao regime e ao bloquear esforços para pressionar o regime no Conselho de Segurança da ONU.

Igualmente importante era a convicção firme entre as elites russas de que a queda de Assad resultaria na ascensão dos afiliados do EI e da Al Qaeda ao controle do país, significando um desastre para a região e a criação de uma autoestrada potencial para extremistas sunitas entrarem na Turquia e no Cáucaso. Essa preocupação foi confirmada, em parte, conforme a guerra civil em andamento se combinou com o deslocamento de civis, devido ao surgimento do EI, resultando em um fluxo massivo de refugiados para a Turquia, países vizinhos e Europa central, causando incerteza e ameaçando a estabilidade da região (veja a Figura 1). Diferente da longínqua Líbia, uma implosão completa da Síria não

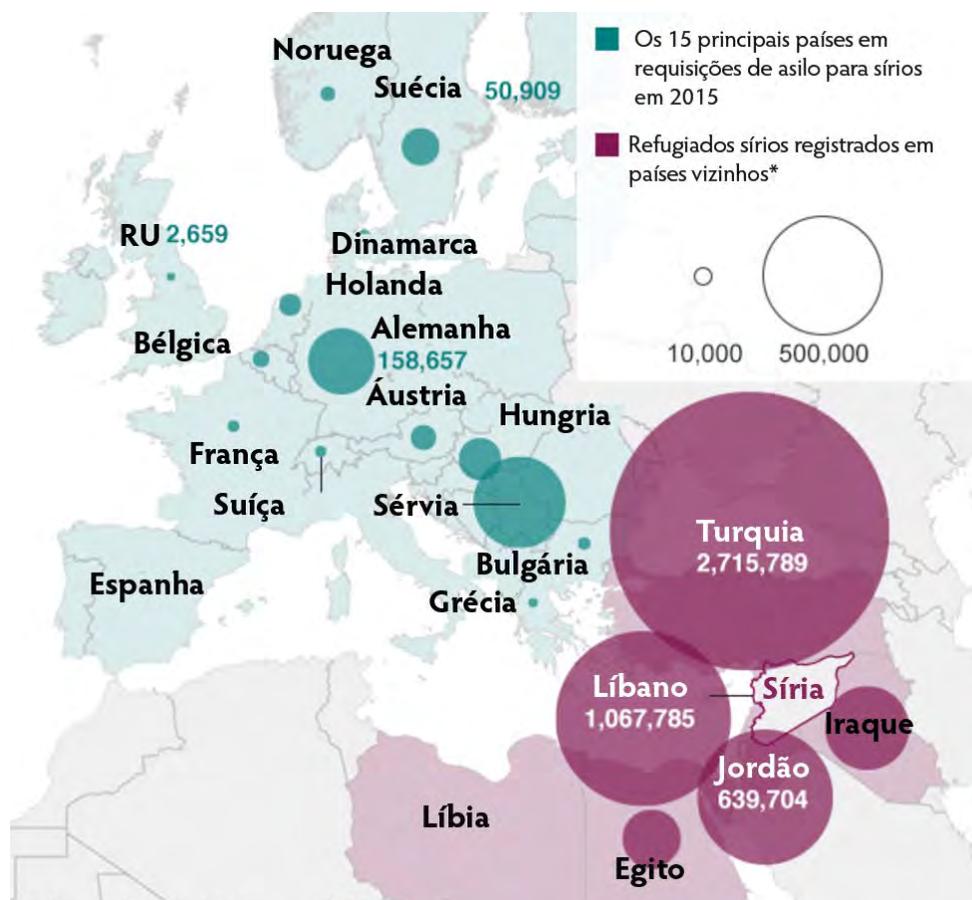
era apenas demasiadamente próxima, mas milhares de civis russos e outros milhares de falantes do Russo entorno já tinham se juntado a militantes de grupos extremistas combatendo no país⁴. Moscou temia que, no caso de uma vitória do EI, alguns desses combatentes entrariam na Rússia e juntar-se-iam a insurgências no norte do Cáucaso ou planejariam ataques contra o núcleo central da Rússia. Consequentemente, alguns russos descreveram a entrada no conflito na Síria como o lançamento de uma guerra preventiva contra o terrorismo.

Os interesses e os objetivos russos na intervenção síria se originam, também, da queda dos laços entre a Rússia e o Ocidente após a invasão do leste da Ucrânia e a anexação da Crimeia por Moscou, em 2014. Nesse sentido, as sanções e a pressão diplomática dos EUA e da Europa desencadearam a decisão russa de intervir na Síria. Ao invés de ceder à pressão ocidental e oferecer concessões sobre a Ucrânia, Moscou olhou para a Síria como um motivo de ampliar o confronto em

termos mais favoráveis para eles. Consequentemente, a Rússia esperava que sua intervenção na Síria forçasse o abandono das sanções relacionadas à Ucrânia e o isolamento diplomático por parte de Washington e seus aliados europeus, baseado no interesse de conseguir uma resolução negociada com a Rússia sobre a Síria.

As considerações políticas domésticas da Rússia foram também um fator, embora seu papel não deva ser exagerado. As Forças Armadas da Rússia desferiram um duro golpe na Ucrânia na batalha de Debaltseve, em fevereiro de 2015, levando ao segundo acordo de cessar-fogo de Minsk, que parecia ser uma vitória

política para Moscou. O acordo, contudo, rapidamente fracassou e as sanções ocidentais permaneceram em pleno vigor, sobrecarregando a economia russa, durante um tempo de preços da energia continuamente baixos. Ao lutar para estabilizar a situação econômica em casa e com uma política na Ucrânia progressivamente à



(Gráfico cortesia da BBC; última atualização dos dados em 3 Mar 16. Fonte: Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados)

Figura 1. Sírios em Países Vizinhos e na Europa

deriva, havia pouca probabilidade de que a liderança russa obtivesse mais vitórias domésticas e nos países fronteiriços da Rússia. Embora Moscou dificilmente considerasse a entrada em uma sangrenta guerra civil no Oriente Médio como um caminho para ganhos fáceis, a tolerância russa para os riscos ligados com a intervenção cresceu drasticamente, em face dessas pressões domésticas e internacionais.

Uma intervenção limitada na Síria, calibrada para reduzir o risco político doméstico, se tornou a proposta menos perigosa. Em meados de 2015, Moscou tinha poucas alternativas ao uso de força se quisesse sustentar

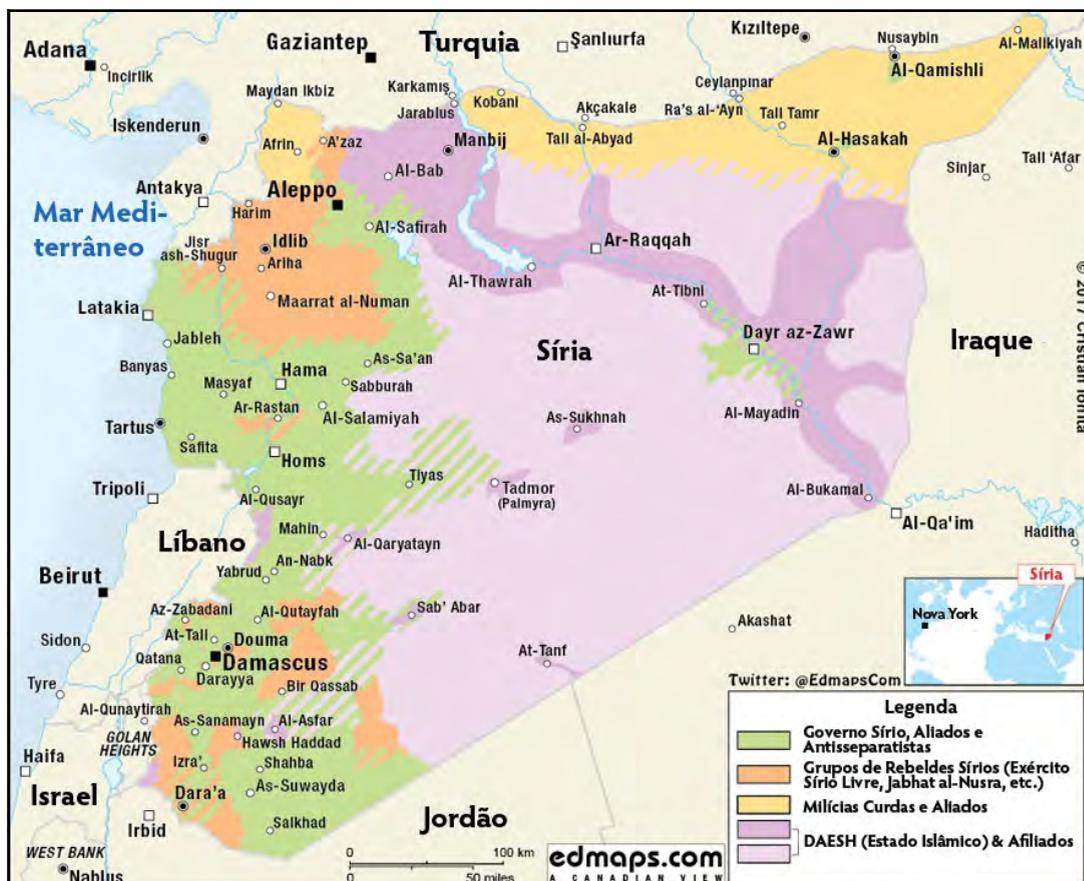
o Regime Assad, seu aliado em Damasco. Em abril, a situação para as forças de Assad era grave. O afiliado da Al Qaeda na Síria, Jabhat al-Nusra, tinha reunido uma coalizão de combatentes em um “Exército de Conquista,” que repeliu as forças do regime no noroeste e ameaçou os grandes centros populacionais mais ao sul. Ao mesmo tempo, o EI estava avançando para o oeste e tinha capturado a cidade histórica de Palmira. As forças de Assad estavam sendo espremidas e recuando em quase todas as frentes. Naquele verão, o chefe da Força Quds do Irã, Qassem Soleimani, junto com autoridades de alto escalão da Síria, fizeram várias viagens a Moscou em um esforço para coordenar uma intervenção militar russa⁵.

Já em agosto daquele ano, havia indicações claras de que a Rússia estava se preparando para intervir, e quando a aviação tática russa começou a chegar à Base Aérea Hmeimim, em setembro de 2015, a decisão já estava tomada. A Figura 2 mostra a situação aproximada na Síria, em termos de território controlado pelos participantes no conflito, perto do início das operações russas em apoio ao Regime Assad.

O Enquadramento da Intervenção Russa

Embora limitada pelas necessidades táticas, a entrada de Moscou no conflito sírio foi, também,

estrategicamente ambiciosa. Uma intervenção bem-sucedida poderia oferecer a vitória em três frentes: prevenir uma mudança de regime apoiada pelos EUA na Síria; sair do isolamento político e forçar Washington a tratar a Rússia como um parceiro igualitário; e demonstrar para seu próprio povo que a Rússia era uma grande



(Gráfico por edmaps.com; Twitter, @edmapscom; © 2017 Cristian Ionita)

Figura 2. Guerra Civil Síria: Mapa de Controle Territorial em Novembro de 2015

potência no palco principal das políticas internacionais. Moscou esperava que a Síria oferecesse uma frente nova e mais favorável, onde os Estados Unidos poderiam ser superados estrategicamente no confronto mais amplo, o qual, até 2015, se concentrava quase exclusivamente nas ações russas na Ucrânia.

Uma vez iniciadas as operações militares, como é frequentemente o caso com as campanhas militares, a intervenção abrangeria objetivos adicionais, refletindo interesses declarados secundários ou terciários. O “lento crescimento da ambição” é uma doença comum que aflige a maioria das grandes potências quando

desdobram forças militares. A Rússia talvez não tenha entrado na Síria com esperança de reconquistar poder e status no Oriente Médio como sua prioridade, mas as aspirações regionais cresceram com cada sucesso no campo de batalha. Como consequência, a Rússia tem se tornado um potencial detentor de poder e, talvez, um fator de equilíbrio contra a influência dos EUA, mesmo se não que não tenha embarcado na campanha síria com essas metas em mente.

Quaisquer que fossem as expectativas russas de sucesso — e há indicações que a liderança síria enganou Moscou no início sobre as verdadeiras condições das suas forças (historicamente, isso não é uma prática incomum para Damasco) — Moscou conduziu uma campanha com os objetivos políticos e militares em alinhamento bastante estreito. Esses esforços se fortaleciam mutuamente, mas um caminho para a vitória tinha que superar desafios significativos.

No terreno, as forças russas tinham que encontrar uma maneira para alterar, de forma rápida e dramática, o equilíbrio em favor de Assad, ao destruir a capacidade

da oposição de continuar a luta, enquanto trabalhando sob severas limitações de recursos. Paralelamente, a Rússia tinha que mudar as expectativas e as políticas dos seus principais oponentes nesse conflito, incluindo a Turquia, os Estados Unidos e a Arábia Saudita, enquanto entrava em acordos com outros atores potenciais na região. Caso contrário, os ganhos militares rapidamente desapareceriam na areia, e uma vitória política seria efêmera. Ao mesmo tempo, a Rússia precisava, também, de um processo político em vigor para consolidar os ganhos militares no terreno, tendo em vista o que Mao Tsé-Tung escreveu, o “poder político cresce do cano de uma arma”.

As relações com aliados, como o Irã e cobeligerantes na forma de milícias locais, e com potenciais fontes de problemas, como Israel, tinham de ser cuidadosamente controlados. Os riscos de incentivos políticos e objetivos operacionais conflitantes entre esses interessados criaram um campo de batalha complexo. O risco da situação escalar até um conflito direto entre os poderes intervenientes era considerável, como



Os militares sírios que desertaram para juntar-se ao Exército Sírio Livre controlam uma rua em Saqba, um pouco ao leste de Damasco, na Síria, 27 Jan 12. Os diversos grupos livremente associados sob a denominação de Exército Sírio Livre se tornaram os alvos principais iniciais das operações russas na Síria, porque ameaçavam, de forma mais direta e imediata, a autoridade do Presidente sírio Bashar al-Assad. (Foto cortesia de Freedom House, Flickr)



ressaltado pelo uso de armas químicas pela Síria, em março de 2017, resultando em um rápido ataque de mísseis de cruzeiro dos EUA, ou o abate de um Su-24M2 russo pelos turcos, em novembro de 2016. A Rússia liderou a coalizão, mas nunca a controlou. Assim, ela tinha que ficar confortável com a incerteza e o risco associado de ter tipos como Síria, Irã e Hezbollah na sua equipe.

O êxito para a Rússia envolvia a obtenção de um compromisso dos outros participantes para seguir uma resolução política baseada principalmente em seus termos. Isso significava que a Arábia Saudita e a Turquia tinham que ser convencidas de que seus representantes tinham pouca chance de vitória na guerra e que os Estados Unidos tinham que abandonar suas políticas que favoreciam uma mudança de regime. Ao longo do tempo, Moscou obteve sucesso tanto nas frentes militares quanto políticas, coagindo adversários e negociando mudanças das suas posições, uma a uma, embora o caminho para esse resultado não fosse nem um pouco fácil ou óbvio. O êxito da Rússia não é injustificado, mas quando da redação deste artigo,

Combatentes militantes islamistas desfilam nas ruas da Província de Raqqa, no norte da Síria, para comemorar a declaração de um "califado" islâmico, depois do grupo ter capturado território no vizinho Iraque, 30 Jun 14. As forças russas, depois de apoiar Assad na sua vitória sobre as forças do Exército Sírio Livre que controlavam Aleppo, uma cidade no norte, voltaram a maioria da sua atenção à derrota do Estado Islâmico. (Reuters stringer)

parece que se a campanha na Síria não é uma vitória para a Rússia, é certamente uma derrota para aqueles contrários à coalizão liderada pelos russos.

A Estratégia Russa na Síria

Para conseguir esse sucesso, a Rússia tinha que obter alguma vantagem na Síria, que, por sua vez, dependia da capacidade de destruir a oposição síria e compelir seus oponentes a mudarem suas políticas, forçando-os à mesa de negociações, juntamente com seus representantes no conflito, em termos favoráveis para a coalizão da Rússia. Ainda, Moscou aproveitou a oportunidade para se identificar como uma força positiva na batalha contra o terrorismo e pressionar os Estados Unidos a entrarem em uma cooperação militar. As autoridades russas esperavam que, com o tempo, isso rompesse a

coesão ocidental relacionada às medidas punitivas impostas sobre a Ucrânia e concedesse ao Presidente russo Vladimir Putin reconhecimento como um participante proeminente em assuntos internacionais.

Esses eram os objetivos desejados, porém a estratégia russa não era uma “estratégia deliberada.” Pelo contrário, a Rússia seguiu uma estratégia “emergente” ou “eficiente.” Essa é um método caracterizado pelo princípio de indução de negócios “fracassar rápido, fracassar barato”, com repetidos ajustes à operação. O ponto central dessa estratégia era a flexibilidade, com preferência para a adaptação em vez de uma estratégia mais estruturada. Nas estratégias emergentes, o êxito produz êxito, enquanto o fracasso nunca é final ou excludente. Vários vetores são seguidos simultaneamente e, às vezes, podem parecer até contraditórios. Os recursos são acrescentados ao método que mostra o maior progresso, enquanto outros são descartados, sem sofrer com “custos irrecuperáveis”⁶.

Para ser bem-sucedido na implementação de uma estratégia eficiente, a liderança precisa ser ágil, não limitada politicamente e não comprometida com qualquer método particular no campo de batalha (i.e., disposição para improvisar e ajustar). No caso da Rússia, realmente ajudou o fato de ser um sistema autoritário e possuir relativamente poucos aliados ou outras limitações geopolíticas sobre a tomada de decisões. No entanto, a Rússia, também, tinha poucas outras opções. Considerando as limitações de recursos e os altos níveis de incerteza, incluindo informações deficientes fornecidas por seus aliados sobre a realidade no terreno, a Rússia não estava em posição de seguir uma estratégia mais deliberada. No final, essa limitação jogou em favor da Rússia em relação às outras potências, que gastaram consideravelmente mais sangue e dinheiro por meio de métodos mais estruturados e deliberados, mas, no final, menos bem-sucedidos. A estratégia eficiente da Rússia funcionou porque, quando as premissas falhas foram provadas erradas, durante o conflito, ela pôde mudar rapidamente e adaptar-se.

No entanto, as limitações das Forças Armadas russas impunham limitações duras sobre sua operação geral. As Forças Armadas Russas tinham quase nenhuma experiência com operações expedicionárias depois da retirada do Afeganistão, em 1989; a própria Síria tinha capacidade limitada para acomodar uma grande

presença militar; as capacidades logísticas de longo alcance e de apoio eram fracas; e as Forças Armadas Russas estavam passando por grandes reformas e modernização. A coordenação com o Irã e as suas milícias xiitas, como o Hezbollah, era uma complexidade adicional em um campo de batalha já lotado, enquanto os comandantes russos tinham, em geral, uma opinião negativa sobre o desempenho das forças sírias em combate. Em resumo, não ficou claro como as forças que a Rússia poderia desdobrar causariam o impacto necessário para inverter o conflito. Desde o início, observadores externos duvidavam da possibilidade de que a Rússia viesse a intervir, especialmente considerando as experiências recentes do Ocidente em operações expedicionárias no Oriente Médio.

A campanha prevista pela Rússia seria baseada em uma pequena presença para manter sua exposição baixa, reduzindo as chances de ser envolvida paulatinamente em um conflito onde os participantes locais obtêm vantagem progressiva sobre um benfeitor internacional mais forte. Em vez disso, a liderança russa buscou alguma margem de manobra, mantendo a flexibilidade e a opção de uma retirada rápida, no caso da situação piorar. Nos dias iniciais da intervenção russa, as restrições físicas limitaram sua presença. Tartus não era uma base naval de verdade. Na Base Aérea Hmeimim faltava espaço na área de estacionamento para um grande contingente de aeronaves russas. As outras bases sírias estavam expostas, cercadas ou inadequadamente equipadas e haveria limitações de tráfego para o apoio logístico russo.

Em resumo, a realidade ajudou a determinar uma abordagem mais conservadora e no final mais inteligente, para o campo de batalha. Não foram a habilidade ou a experiência de Moscou, mas a ausência de abundância de recursos e as opções limitadas que fizeram com que as Forças Armadas russas fossem mais cuidadosas em como lidavam com o conflito. Dito isso, mesmo depois de expandir a base aérea síria e fazer grandes investimentos na instalação naval, o Estado-Maior Geral da Rússia continuou a calibrar a presença militar, no mínimo necessário. Já em 2017, ficou evidente que, apesar da aumentada capacidade local para acomodar as forças russas e a melhoria da infraestrutura, Moscou estava relutante em utilizá-la. A oportunidade para expandir os meios adjudicados a esse conflito existia, mas a Rússia não



Um caça-bombardeiro Su-34 russo lança uma KAB-500S, uma bomba guiada por satélite, contra uma posição inimiga na região de Alepo ou de Raqqa, na Síria, 9 Out 15. (Foto cortesia do Ministério de Defesa da Federação Russa)

queria isso, avaliando que a campanha da Síria não seria vencida com um método baseado em meios, a bem conhecida escola filosófica “mais é mais”.

A estratégia russa se baseava no combate realizado pelas milícias sírias, iranianas e xiitas enquanto os russos forneciam apoio, não o contrário. A campanha da Síria continuou a mostrar as preferências da Rússia em usar, primeiro, as forças locais; segundo, mercenários e representantes russos; e, no final, suas próprias forças, apenas para o efeito decisivo no campo de batalha. O poder militar russo pulsaria, atingindo o seu auge quando necessário em apoio às missões de ataque, e retirando-se, quando desnecessário.

As Operações de Combate Russas na Síria

Quando as forças russas chegaram à Síria pela primeira vez, em setembro de 2015, elas introduziram inerentemente uma nova dinâmica, implementando o que se tornou um diálogo sobre arranjos de “resolução de conflitos” com os Estados Unidos. Vários caças de múltiplo emprego Su-30SM estavam expostos na pista na Base Aérea Hmeimim enquanto os bombardeiros

Su-24M2 começavam a ser desdobrados. Ao aproveitar uma cúpula vindoura da Assembleia Geral do Conselho de Segurança das Nações Unidas, Moscou pressionou para uma reunião bilateral de alto nível entre Putin e Obama — uma ruptura do que tinha sido mais de um ano de “isolamento” diplomático imposto pelos EUA contra a Rússia, depois da sua anexação da Crimeia.

Embora o Governo Obama se irritasse com a aparência de que fora coagido a restaurar o diálogo militar, o risco de um incidente militar entre as duas maiores potências nucleares nos céus acima da Síria sobrepunha as outras considerações⁷. Durante uma discussão de 90 minutos, os dois lados concordaram em continuar os esforços para “resolver os conflitos” das operações. Em poucos dias, a Rússia tinha alcançado seus primeiros ganhos políticos da intervenção, ainda que não tivesse conduzido uma única sortida.

No entanto, foi evidente que não havia nenhum acordo sobre o caminho político a seguir na Síria e a escolha inicial de alvos pelos russos na campanha aérea, que foi lançada em 30 de setembro de 2015, mostrou que a Força Aérea da Rússia se concentraria na oposição síria “moderada”, sob a rubrica da luta contraterrorista. As regras de engajamento de Moscou eram relativamente simples: havia pouca ou nenhuma

distinção entre os vários grupos armados não governamentais na Síria, considerando que todos, menos os curdos e as milícias pró-regime, seriam considerados “terroristas”. Putin declarou na Assembleia da ONU, “Pensamos que é um grande erro recusar cooperar com o Governo Sírio e as suas forças armadas, que lutam corajosamente, cara a cara, contra o terrorismo. Devemos finalmente reconhecer que ninguém, além das forças armadas do Presidente Assad e das milícias curdas, está realmente lutando contra o Estado Islâmico e as outras organizações terroristas na Síria”⁸.

Isso não era apenas um assunto de conveniência, pela questão de estabelecer uma zona de fogos livres. De fato, pela perspectiva russa, não existia algo como uma oposição “moderada” na Síria, e o termo era uma invenção ocidental equivocada, visando a legitimar os extremistas opostos a Assad. As estratégias políticas doméstica e externa da Rússia eram enquadrar o conflito como binário — apenas o regime de Assad tinha legitimidade, e todos os outros eram, de fato, grupos

terroristas de vários tipos, aliados ao EI ou a Jabhat al-Nusra⁹. Ao longo do tempo, a Rússia buscava, também, criar uma oposição sistêmica, juntando forças que seriam receptivas ao compartilhamento de poder com o regime Assad.

No aproveitamento do êxito, em 2015, a Rússia estabeleceu um centro de compartilhamento e de coordenação de Inteligência em Bagdá, que incluía Síria, Irã, Iraque e Israel. O objetivo do centro era resolver os conflitos entre as operações aéreas russas e os países vizinhos. Ainda, Moscou esperava criar o sentimento geral de que ela estava liderando uma coalizão de países em um esforço de contraterrorismo, não menos legítima do que a coalizão liderada pelos EUA contra o EI. A liderança russa buscou aproveitar essa posição e o diálogo de resolução de conflitos entre os EUA e a Rússia para obter reconhecimento mais formal da cooperação entre os dois países, na Síria. De fato, Moscou solicitou de Washington o reconhecimento da coalizão liderada



Uma captura de tela de um vídeo do YouTube mostra o lançamento de mísseis de cruzeiro de uma frota russa no Mar Cáspio. O Ministro de Defesa russo Sergei Shoigu reportou o lançamento de uma salva de 18 mísseis de cruzeiro, atingindo sete alvos terroristas na Síria. (Captura de tela de vídeo RT YouTube)



pelos russos como um parceiro legítimo no conflito sírio, que teria sido o equivalente do reconhecimento da Rússia como um ator geopolítico “igual” a Washington, pelo menos nesse contexto.

As operações de combate iniciais da Rússia foram planejadas para mudar o ritmo no campo de batalha, proporcionando um impulso significativo à moral das forças sírias e das milícias aliadas. A Rússia esperava, também, que os Estados Unidos cedessem o espaço aéreo do campo de batalha, pelo menos por omissão, concentrando-se nas suas próprias operações de combate contra o EI no norte do Iraque e nos seus aliados curdos na Síria. Isso significaria o rápido abandono do apoio dos EUA à oposição moderada e a outros representantes que buscavam a queda de Assad, que seriam incapazes de lidar com o poder aéreo russo e o progressivo isolamento no campo de batalha. Em muitos aspectos, esse objetivo foi alcançado, conforme a Rússia e os Estados Unidos estabeleceram uma divisão do trabalho na Síria e nas campanhas complementares.

Um homem sírio carrega suas duas filhas para segurança através de escombros causados por um ataque de bomba contra rebeldes que controlam o bairro de Al-Kalasa, em Aleppo, uma cidade no norte da Síria, 7 Set 2015. Antigamente o motor econômico da Síria, Aleppo foi devastada por combate depois dos rebeldes capturarem a parte leste da cidade, em 2012, confinando as forças do governo no oeste. Como resultado das mortes de civis divulgadas devido a bombardeios como esse, a Rússia e a Síria receberam uma condenação global pelos ataques aéreos contra Aleppo e outros alvos urbanos. (Karam al-Masri, Agence France-Presse)

O primeiro desdobramento de forças russas na Síria consistia em 33 aeronaves e 17 helicópteros. Essas incluíam 12 bombardeiros Su-24M2, 12 caças de ataque Su-25SM/UB, quatro caças-bombardeiros Su-34, quatro caças pesados de múltiplo emprego Su-30SM e um avião de reconhecimento Il-20M1. O contingente de helicópteros consistia em 12 helicópteros de ataque Mi-24P e cinco transportes Mi-8AMTSh¹⁰. Depois, em 2015, esse número cresceu com mais quatro caças-bombardeiros Su-34 e mais quatro caças de superioridade aérea Su35S. Os helicópteros de ataque Mi-35M e os transportes Mi-8 chegaram nos meses seguintes. Uma esquadra no mediterrâneo

liderada pela Frota do Mar Negro apoiaria as operações do mar, embora a marinha russa se preocupasse principalmente com o fornecimento de suprimentos logísticos à intervenção, por meio de navios de desembarque de tanques, durante o que foi chamado de “Expresso da Síria” [Syrian Express]. Para suplementar a limitada capacidade de transporte pelo mar e os equipamentos trazidos pelo ar, por meio de cargueiros Ruslan An-124, a Rússia comprou oito navios cargueiros turcos e utilizou quatro deles nesse esforço.

Os objetivos iniciais russos se concentravam na retomada do acesso às estradas principais, conectando infraestrutura, rompendo o cerco de bases sírias isoladas e debilitando as forças oponentes, ao destruir o máximo de equipamentos possíveis — muitos dos quais capturados anteriormente do Exército Sírio. Embora nos meses iniciais a Rússia tivesse, supostamente, apenas ajudado a Síria a reconquistar o controle de 2% do seu território, já em fevereiro de 2016, ficou evidente que a campanha aérea tinha provocado

um grande efeito na preparação do campo de batalha e, com isso, mudado a sorte política da oposição síria. Com o ritmo de combate da oposição quebrado, a moral síria começou a se recuperar.

O controle territorial na Síria era sempre efêmero, conforme os líderes locais se juntavam a quem estivesse vencendo. Assim, o “controle” podia oscilar rapidamente para o lado que tinha a vantagem clara, e as forças russas supervisionaram múltiplos “acordos de cessar-fogo” entre as forças sírias e os líderes dos vilarejos. Na realidade, as forças de Assad tinham controle sobre a maioria da população da Síria, enquanto grandes áreas do território controlado pela oposição e pelos extremistas estavam despovoadas devido aos combates. Por isso, levaria menos de dois anos para a coalizão liderada pela Rússia dar o salto de controlar apenas 2% do território para parecer ser o vencedor do conflito.

As tripulações aéreas russas realizavam sortidas em um ritmo acelerado, em uma média de 40 a 50 por



Engenheiros militares russos removem minas das rotas de acesso à antiga cidade de Palmira, 2 Abr 16. A Rússia enviou poucas tropas terrestres para a Síria para manter uma pequena “presença” russa. Em vez disso, dependia das forças do Exército da Síria, milícias xiitas e “voluntários” iranianos para atuarem como as forças terrestres principais nas operações interaliadas, planejadas, preponderantemente, pelos russos. (Valery Sharifulin, TASS)



dia, mas atingindo o auge de 100 sortidas durante os períodos de pico do combate, como em janeiro de 2016. Duas tripulações por cada aeronave foram necessárias para manter a intensidade das operações, junto com uma pequena cidade de civis contratados para apoiar as plataformas mais novas que estavam sendo enviadas para a Síria. O poder aéreo russo na Síria nunca excedeu 30 a 50 aeronaves de combate e 16 a 40 helicópteros de vários tipos, um desdobramento muitas vezes menor do que o grupo de aviação de combate que a União Soviética desdobrou no Afeganistão¹¹. O índice de falhas mecânicas ou de perdas em combate era, também, em magnitudes muito menores do que as operações aéreas russas ou soviéticas anteriores.

Durante o conflito, as forças aeroespaciais russas eram apoiadas por aproximadamente 3.000 combatentes terrestres, com talvez 1.500 sediados apenas em Hmeimim. Esses incluíam Fuzileiros Navais da 810ª Brigada sediada na Crimeia; elementos da 7ª Divisão de

Cidadãos de Aleppo exibem retratos de militares russos mortos em combate na Síria durante um desfile em Aleppo, Síria, 22 Dez 17. Os sírios demonstraram gratidão pelas contribuições da Federação Russa durante o primeiro aniversário da captura da cidade. (Foto cortesia da conta de Twitter da Embaixada da Rússia, @EmbassyofRussia)

Assalto Aeroterrestre; companhias blindadas com carros de combate T-90A; artilharia rebocada MSTA-B; e uma variedade de unidades de defesa antiaérea, incluindo as Buk-M2, Pantsir-S1 e S-400. Equipamentos sofisticados de guerra eletrônica também foram distribuídos, junto ao Comando de Operações Especiais da Rússia. Depois da captura de Palmira, na primavera, e de Aleppo, no outono de 2016, a Rússia introduziu unidades de remoção de minas e unidades especializadas de Polícia do Exército oriundas do norte do Cáucaso.

O Comando de Operações Especiais da Rússia mostrou-se proeminente por todo o conflito, conduzindo operações diversionárias, eliminações seletivas e reconhecimento. Mais de dois mil contratados militares

privados (CMP), dos quais o maior grupo é conhecido como o Wagner Group, fortaleceram as forças sírias e sofreram a maioria das baixas no campo de batalha. Com o poder aéreo russo em apoio, os veteranos transformados em CMP fizeram a diferença contra as milícias inadequadamente adestradas, assumindo o risco por um salário de US\$ 4.000–5.000, por mês.

De modo geral, Moscou buscou manter uma presença pequena. A força inicial não incluía defesa antiaérea de longo alcance ou caças dedicados à superioridade aérea; em vez disso, a chegada desses meios foi provocada por um incidente inesperado com a Turquia, quando um Su-24M2 russo foi abatido por um F-16 turco, em novembro de 2015. O bombardeiro russo estava atacando milícias turcomanos na Síria e tinha entrado por engano em espaço aéreo turco. De fato, a Força Aérea Russa violava, repetidamente, o espaço aéreo turco, em um esforço para coagir a Turquia a mudar suas políticas na Síria e chegar a um *modus vivendi* com a coalizão liderada pela Rússia. Pode-se argumentar que a crise entre a Rússia e a Turquia foi o momento mais perigoso de toda a intervenção e, provavelmente, o mais próximo a um conflito militar com a Rússia que um país da OTAN chegou em décadas.

A reação russa ao incidente foi impor fortes sanções econômicas e políticas contra a Turquia, enquanto mostrou no campo de batalha que as forças apoiadas pelos turcos tinham pouca esperança de uma vitória sobre Assad. Já no verão de 2016, Ancara cedeu, emitindo uma meia desculpa para restaurar relações normais com Moscou. Um por um, a Rússia buscava mudar as posições dos grandes atores que apoiavam as forças anti-Assad na Síria. Primeiro, Moscou pressionou Washington a conceder que uma política de mudança de regime não era apenas irrealista, mas que seu apoio para a oposição síria não tinha chance de sucesso. Tudo isso ao mesmo tempo que ofereceu a possibilidade de um cessar-fogo e de ajuda humanitária aos civis no conflito. Os Estados Unidos se moveram lentamente para uma aceitação tácita da intervenção russa e da vitória de fato de Assad sobre os radicais, bem como sobre a oposição apoiada pelos EUA.

As ambições russas estavam, também, bem servidas pela competição entre os aliados dos EUA na região, que discordavam vocalmente, e com frequência, contra a abordagem de Washington. A Turquia estava mais hostil contra os combatentes curdos na Síria do que

contra Assad ou o EI, porém os curdos eram o aliado principal de Washington contra o EI, no terreno. Da mesma forma, Washington não tinha interesse em apoiar os grupos extremistas sunitas, preferidos pelos sauditas e pelos outros Estados árabes, tampouco os extremistas eram considerados como uma alternativa viável para o sangrento regime sírio. No final, depois de esmagar os representantes apoiados pelos turcos na Síria, a Rússia conseguiu a cooperação que buscava com Ancara. A Arábia Saudita também começou a mostrar flexibilidade e, em outubro de 2017, o rei saudita visitou a Rússia, pela primeira vez, em reconhecimento à crescente importância de Moscou no Oriente Médio.

Ainda, a Rússia considerava a Síria como um campo de provas para novas armas e plataformas, concedendo, tanto quanto possível, às suas forças armadas a oportunidade de participar no conflito. Isso incluía o rodízio de inúmeras tripulações pelo teatro de operações, dando a navios e bombardeiros a oportunidade de lançar mísseis de cruzeiro, bem como o desdobramento de uma pequena força terrestre. Após um período de reformas militares, entre 2008 e 2012, e um grande programa de modernização, iniciado em 2011, Moscou queria testar sua força aérea durante um conflito.

A campanha da Síria tem tido um impacto profundo nas Forças Armadas Russas, conforme inúmeros oficiais têm passado pela campanha, em rodízios de três meses, para obter experiência em combate. Segundo o Chefe de Estado-Maior Geral da Rússia, Valery Gerasimov, os comandantes dos distritos militares; dos corpos de exército de armas combinadas; dos exércitos da força aérea e da defesa antiaérea; e muitos dos comandantes de divisão têm obtido experiência na Síria¹². As promoções de 2017 privilegiaram mais aqueles que serviram na Síria. A experiência moldará o pensamento militar russo e as decisões sobre os recursos humanos pelos anos vindouros.

Junto com esses objetivos de treinamento, a Rússia usou a operações de combate na Síria como uma demonstração tecnológica para a venda de armas no exterior, exibindo a última geração da tecnologia russa ao lado dos equipamentos soviéticos confiáveis tradicionais, que realizavam a maioria das ações de combate.

Ao começar com um ataque inicial, em 7 de outubro de 2015, no decurso do conflito, navios e submarinos russos lançaram numerosos mísseis de cruzeiro de ataque terrestre Kalibr do Mar Cáspio e do leste

Mediterrâneo. Da mesma forma, a aviação de longo alcance da Rússia entrou na luta, em novembro de 2015, e, desde então, os bombardeiros estratégicos Tu-95MS e Tu-160 têm feito uma grande quantidade de sortidas, disparando os mísseis de cruzeiro lançados do ar Kh-555 e os mais novos Kh-101 contra alvos na Síria¹³. A força de bombardeiros médios Tu-22M3 suplementou as sortidas de combate a partir da Base Aérea Hmeimim, embora essas aeronaves lançassem exclusivamente as bombas não dirigidas FAB de média a alta altura. Depois, Moscou distribuiu os sistemas de míssil balístico Iskander-M de curto alcance, os mísseis antinavio Bastion-P e outras armas avançadas, em um esforço para demonstrar sua capacidade.

Embora as munições guiadas de precisão envolvidas no conflito representassem uma pequena parte do conjunto total das armas usadas, talvez menos de 5%, a Rússia demonstrou a capacidade de empregar armas guiadas de longo alcance de várias plataformas. A Síria foi um palco para exibir os avanços que as forças do poder aéreo russo alcançaram desde sua performance deplorável durante a Guerra Russo-Georgiana, em 2008, bem como as limitações ainda existentes das Forças Armadas Russas. Muitos dos bombardeios foram feitos pelas aeronaves mais antigas Su-24M2 e Su-25SM e quase todos com munições não guiadas de efeito por área. Com a exceção dos sistemas do Su-34, que foi usado para lançar a bomba guiada por satélite KAB-500S, entre outras armas de precisão, os aviões de asa fixa russos, como um todo, careciam de ferramentas de designação de alvos (targeting pods), para empregar efetivamente as munições guiadas de precisão¹⁴.

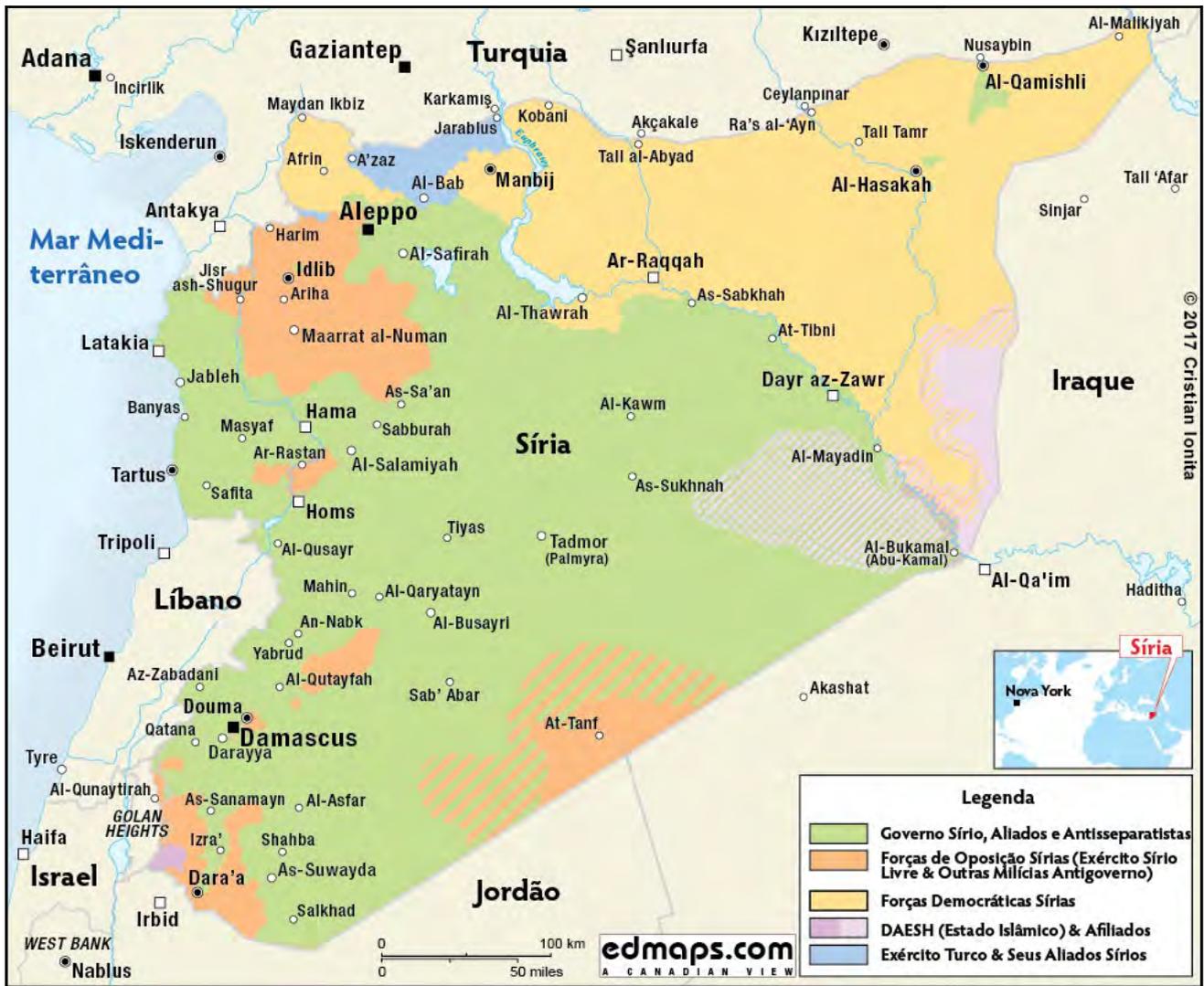
A aviação naval russa não foi impressiva. O grupo de aviação enviado a Síria, transportado pelo antiquado navio-aeródromo Kuznetsov, em 2016, era um desastre publicitário, perdendo um Su-33 e um MiG-29K devido a falhas de equipamento. Fora disso, é notório que poucas aeronaves russas se perderam, com a maioria das baixas entre as tripulações de helicópteros. Os técnicos russos mantinham as aeronaves no céu, tanto as da antiga geração quanto as da geração mais nova, com apenas um Su-24M2 perdido devido à falha técnica.

Sem dúvida, os ataques aéreos eram eficazes, mas incrivelmente custosos em termos de baixas civis e de danos colaterais infligidos, alguns dos quais pareciam intencionais. Muito do material bélico usado era para efeito por área e a ogiva era grande demais para os alvos

na Síria. As Forças Aeroespaciais da Rússia, como um todo, ainda estão limitadas a uma forma de combate dos anos iniciais da década de 1990 (embora tenham pulado uma geração desde 2008), mas dependiam quase totalmente das armas não guiadas e, mais importante ainda, careciam dos meios de inteligência, reconhecimento e vigilância (IRV) necessários para conduzir operações de combate baseadas em informações. As Forças Aeroespaciais da Rússia careciam, também, dos meios para engajar pequenos alvos em movimento com precisão guiada, dependendo das armas e munições não guiadas, que realmente destroem mais do que necessário¹⁵. Da mesma forma que sua antecessora, a União Soviética, as Forças Armadas Russas trituram brutalmente outras forças no combate aproximado, mas continuam tendo dificuldades em encontrar e ver seu alvo.

A Rússia recorreu em grande medida aos veículos aéreos não tripulados (VANT) para suplementar sua campanha aérea tripulada, conduzindo avaliações dos efeitos e reconhecimento. Há rumores que os VANT russos realizaram mais sortidas sobre a Síria do que a aviação tripulada. Os melhores VANT eram variantes de produtos licenciados de modelos israelenses — um produto da cooperação em defesa entre os dois países. Apesar dos gastos substanciais no desenvolvimento, a Rússia ainda não possui VANTs armados e, assim, carece de uma opção de reconhecimento e ataque em tempo real para suas plataformas VANT (tipo drone). A Síria ressaltou a necessidade para as Forças Armadas Russas de investir mais no desenvolvimento de sistemas não tripulados de ataque e desenvolver um maior repertório de armas guiadas para as Forças Aeroespaciais, em particular para o emprego tático.

Independente dessas limitações, Moscou usou a campanha síria efetivamente como parte de um engajamento diplomático e político mais abrangente com os Estados Unidos, demonstrando a capacidade e a determinação de utilizar armas guiadas de longo alcance, muitas das quais possuem variantes com ogivas nucleares. As ações na Síria fizeram muito para elevar a credibilidade da coerção russa, pintando um quadro claro sobre a capacidade de ressurgimento das suas forças armadas, sua capacidade de infligir danos na OTAN em um conflito convencional e da capacidade de atingir alvos, a longo alcance, colocando, assim, grande parte da Europa em risco, se for necessário. Os ataques de longo



(Gráfico por edmaps.com; Twitter, @edmapscom; © 2017 Cristian Ionita)

Figura 3 Guerra Civil Sírio Mapa de Controle Territorial até Novembro de 2017

alcance feitos por bombardeiros estratégicos, navios e submarinos não devem ser considerados simplesmente como testes de combate para obter experiência; eles foram planejados, também, como mensagens estratégicas para aumentar a credibilidade russa em geral.

Vai Levar Muito Mais Tempo

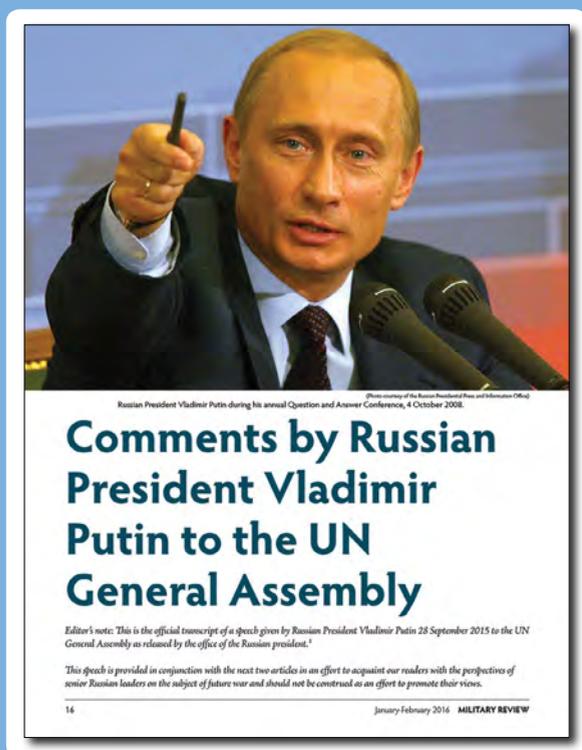
Ao entrar no conflito, as Forças Armadas Russas descobriram rapidamente que a intervenção levaria muito mais tempo do que inicialmente esperado ou desejado. O Exército da Síria tinha se degenerado em milícias armadas que estavam unificadas formalmente sob a bandeira de Assad, mas já não representavam uma força de combate coesa. O comando russo ficou

espantado com a grande quantidade de equipamentos sírios e iraquianos capturada pela oposição e por vários grupos militantes, enquanto o regime Assad mal conseguia controlar 10% do território. Algumas unidades sírias ainda eram capazes de combater, mas oficiais russos tiveram que ser incorporados a essas unidades para conduzir as operações militares e começar a reconstruir o potencial de combate do Exército Sírio.

Apesar de um fluxo de tropas iranianas e do Hezbollah, em outubro de 2015, foi evidente que os dois lados em conflitos estavam maximizando o uso de seus representantes no campo de batalha com uma baixa densidade de forças. Sua eficácia de combate era inadequada e as forças sírias pediam, continuamente,

Military Review

NÓS RECOMENDAMOS



Para aqueles interessados em pesquisar a motivação da liderança russa em relação à decisão de conduzir operações de combate na Síria, lhes convidamos a prestar atenção aos comentários feitos pelo Presidente Vladimir Putin na Assembleia Geral da ONU, em 28 Set 15, como divulgados pelo gabinete do presidente russo.

Para ver a transcrição oficial, publicada como um artigo na edição January-February de 2016, da versão em inglês, visite http://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/English/MilitaryReview_20160228_art007.pdf. Para uma versão em português, veja http://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/Portuguese/MilitaryReview_20160430_art008POR.pdf.

Outros artigos que discutem os pontos de vista evolutivos sobre a guerra moderna e o envolvimento na Síria são destacados no site Hot Spots, da *Military Review*, disponível em: <http://www.armyupress.army.mil/Special-Topics/World-Hot-Spots/Russia/> ou <http://www.armyupress.army.mil/Special-Topics/World-Hot-Spots/Russia-Syria/>.

ataques aéreos russos, avançando um pouco e se retirando à primeira vista de contraofensivas pelo bem motivado Jabhat al-Nusra ou por outros grupos combatentes.

Com o tempo, a Rússia treinou os oficiais sírios de baixo escalão e estabeleceu o 5º Corpo de Exército de Assalto de Voluntários, liderado por comandantes russos e munidos com equipamentos russos mais avançados. O 5º tem sido a força de assalto principal da Síria durante o último ano. A combinação de combatentes sírios, de CMP e da liderança russa para montar ofensivas tem produzido vitórias no campo de batalha, com custo mínimo.

Os objetivos operacionais russos estavam adequados para sua estratégia: obter ganhos decisivos onde for possível, fragmentar a oposição síria e buscar traduzir as vitórias na Síria em objetivos políticos mais amplos com os Estados Unidos. Para esse fim, o Estado-Maior Geral russo buscou evitar as batalhas exaustivas pelos centros populacionais, especialmente considerando que as forças sírias não tinham as tropas necessárias para manter qualquer coisa que capturassem. Tal abordagem iria resultar em ter que reconquistar o mesmo terreno várias vezes, e isso realmente ocorreu, como no caso de Palmira. Também, a Rússia realmente queria direcionar a luta para o leste, para o EI, em um empreendimento para solidificar seu esforço de cooperação com os Estados Unidos. A Síria e o Irã não estavam interessados. Em vez disso, buscavam a vitória quase completa sobre a oposição e a recaptura de todos os principais centros populacionais, no ocidente.

Enquanto a Rússia mantinha a imagem de um detentor de poder e do líder da coalizão, na realidade, seus aliados e co-beligerantes não aceitavam tal estratégia, tampouco Moscou podia compeli-los a aceitar. Neste sentido, a Rússia sofreu do mesmo déficit que os Estados Unidos. Ambos eram poderes externos, que estavam intervindo na Síria, sem a influência necessária sobre os aliados locais e regionais para mediar grandes acordos.

Essas diferenças vieram à tona em março de 2016, quando a Rússia declarou sua retirada da Síria, enquanto voltou a atenção das suas forças para Palmira. De fato, Moscou não tinha intenção de se retirar, simplesmente queria diminuir sua exposição e se preparar para uma luta mais longa, enquanto Assad se concentrava na reconquista de Aleppo.

Com essa declaração feita em março, a Rússia buscou redefinir a intervenção na Síria como uma presença de segurança sustentável de longo prazo, em apoio a uma resolução política, em vez de combate, per se. A ideia era normalizar as operações aos olhos do público doméstico da Rússia e declarar a vitória, de alguma forma. Medalhas foram entregues e um pequeno contingente foi enviado de volta para casa, mas, entretanto, a Rússia se preparava para transformar a campanha síria em uma série de “campanhas” menores para evitar a percepção de que a intervenção poderia levar anos. O primeiro segmento foi concluído com a captura de Palmira pelos russos, em março de 2016. As forças sírias e iranianas depois se voltaram para Aleppo, uma batalha que, no final, afundou as tentativas russas de negociar um grupo de integração conjunto com os Estados Unidos. A segunda conclusão ocorreu em janeiro de 2017, depois da captura de Aleppo, e uma terceira “vitória” tem sido estabelecida ao final de 2017, conforme as forças sírias capturaram Deir ez-Zor e o EI parecia se encontrar à beira da derrota.

Essa última declaração de vitória, antes da eleição presidencial de março de 2018, está repleta de risco, considerando que as forças russas não apenas ficarão, mas irão expandir ainda mais a infraestrutura em Tartus e Hmeimim. Como Gerasimov disse durante uma entrevista recente, “não vamos a lugar algum”. Um pouco depois, em 31 de dezembro, um ataque de morteiro danificou várias aeronaves e matou um certo número de militares russos na base aérea de Hmeimim. Isso foi seguido por um ataque de VANT executado por grupos militantes contra ambas as bases, em 6 de janeiro. Os dois ataques foram uma lembrança vívida de que os desfiles de vitória são um pouco prematuros e que as forças russas no teatro de operações permanecem em perigo. A Figura 3 mostra a situação aproximada na Síria, em novembro de 2017, em termos de território controlado pelos participantes do conflito, perto da conclusão oficial das

operações russas iniciadas em apoio ao regime Assad (veja a Figura 1, para uma comparação da situação no início da campanha).

Uma Resolução Pós-conflito e Além

Agora que a maioria do território sírio e dos centros populacionais foi tirada das mãos de grupos de oposição ao regime, a Rússia pode prestar toda a sua atenção à resolução pós-conflito. É verdade que Assad tinha se comprometido a retomar “cada polegada” de território sírio e que, mesmo que a Rússia não apoie essa ambição, terá pouca escolha além de respaldar os esforços continuados do regime para controlar os recursos de água e de energia no norte e no sul do país. Contudo, o foco principal tanto das ações militares quanto das políticas da Rússia se concentrará na resolução diplomática e nas condições de apoio no território.

Mais importante ainda, aparentemente a Rússia tem obtido a aceitação de Washington sobre seu papel como um intermediário principal no futuro da Síria. Durante sua reunião de cúpula no Vietnã, em novembro, os Presidentes Trump e Putin confirmaram não apenas a continuação do diálogo de resolução de conflitos entre os EUA e a Rússia e de apoio para “zonas de desescalada”, uma iniciativa principalmente russa, mas também ressaltaram a centralidade do processo político para a negociação de um futuro pós-conflito na Síria. Esse processo está alinhando-se com os principais interesses estratégicos da Rússia.

Primeiro, a Rússia tem rompido o monopólio do processo de Genebra e da liderança diplomática dos EUA. Ela tem integrado, com sucesso, ambas as negociações baseadas em Astana, que ela iniciou em 2016, no processo internacional formal respaldado pela ONU e tem regularmente convocado reuniões de vários grupos da oposição na tentativa de fomentar a formação de um agrupamento comum da oposição, que será mais receptivo a compromissos com o regime de Assad. O progresso de Moscou na frente política é intermitente, mas a altura desta escrita esse parece ser o único caminho plausível a seguir.

Segundo, a Rússia tem conseguido manter ligações produtivas com cada um dos outros principais participantes regionais, variando da Arábia Saudita em um lado do espectro ao Irã, no outro. De fato, apesar dos desacordos contínuos com a Arábia Saudita sobre a composição da oposição síria “legítima”, que será

representada em Genebra, e com a Turquia sobre o papel das forças de autodefesa curdas, a diplomacia russa (respaldada pela força militar) tem obtido reconhecimento de ambas, um fato que é especialmente bem visto em Moscou, na véspera da eleição presidencial da Rússia, em março de 2018. O Irã tem sido um aliado difícil para a Rússia; contudo, a relação entre os dois países permanece, em grande medida, estável, desde que aceita a expectativa iraniana de manter sua dominância do terreno, de fato, em grande parte da Síria, solidificando seu corredor de poder do Iraque ao Líbano.

Finalmente, a Rússia manterá seu aliado em Damasco, porque em um futuro previsível, o regime Assad parece ter reconquistado o controle. De fato, sua sorte tem crescido tanto desde a intervenção russa, há dois anos, que ele pode, em grande medida, estabelecer os termos da sua participação no processo de Genebra. A oposição pode gritar em protesto, mas o regime tem simplesmente recusado a se engajar em negociações se a questão da sua própria saída estiver na agenda.

Isso é, também, claramente uma vitória para a Rússia, considerando que Moscou tem tirado proveito das suas conquistas para obter contratos de arrendamento de longo prazo de instalações militares em Hmeimim e Tartus, bem como a posição das empresas russas para exercer potencialmente papéis proeminentes e lucrativos na reconstrução síria, especialmente nos setores de energia e de transporte de produtos de energia. A Rússia não precisa dessas bases apenas para continuar seu apoio às forças sírias, mas o conflito é atualmente parte, também, de uma tentativa maior de tornar-se um detentor de poder no Oriente Médio, e um contrapeso para aqueles que busquem uma opção contra a influência dos EUA.

A principal área na qual a campanha na Síria estava aquém dos objetivos iniciais era no esforço para ampliar a plataforma para engajamento diplomático com a Europa e os Estados Unidos, na esteira da crise ucraniana e das sanções do Ocidente associadas.

Embora Moscou conseguisse romper a política de isolamento estabelecida no governo Obama, ao forçar que Washington conduzisse negociações para resolução de conflitos, essas negociações não têm se expandido até a completa cooperação entre a Rússia e os EUA esperada pelo Kremlin. Além disso, não tem havido nenhuma vontade por parte das capitais ocidentais de pensar na Síria e na Ucrânia em termos *quid pro quo*. Embora as pessoas do Ocidente lamentem muito a taxa de mortalidade e a inundação de refugiados da guerra civil síria, o conflito na Ucrânia é simplesmente muito mais perto e os governos europeus têm se mantido firmes em seu apoio às sanções vinculadas aos acordos de Minsk, enquanto os Estados Unidos têm, na realidade, aumentado drasticamente as sanções, após as aparentes tentativas da Rússia de intrometer-se na eleição norte-americana de 2016.

Em resumo, parece que a Rússia tem conseguido uma vitória parcial na Síria, e tem feito isso com eficiência, flexibilidade e coordenação impressionantes, com ações militares e políticas. Por um lado, a aceitação pela Rússia do Regime Assad e de seus aliados iranianos, sua relativa indiferença às baixas civis e sua hostilidade geral para os grupos de oposição ao regime são, fundamentalmente, conflitantes com as posições gerais dos EUA sobre a Síria. Por outro lado, a estratégia “eficiente”, táticas adaptáveis e coordenação entre as iniciativas militares e diplomáticas da Rússia oferecem lições importantes para a condução de qualquer intervenção militar em um ambiente tão complexo e volátil como o Oriente Médio. Depois de mais de uma década e meia de envolvimento norte-americano no Iraque e no Afeganistão, com conflitos continuados na Líbia e Iêmen e inúmeros outros focos de tensão que poderiam desencadear um conflito regional mais amplo, que ameaçaria os interesses dos EUA, Washington deve prestar muita atenção à intervenção russa e como Moscou atingiu seus objetivos na Síria. ■

Referências

1. Sergei Lavrov e Russian Media, “On Syria and Libya,” Monthly Review (website), 17 May 2011, acesso em: 15 dez. 2017, <https://mronline.org/2011/05/17/on-syria-and-libya/>. O texto é um

extrato da “Transcript of Russian Foreign Minister Sergey Lavrov’s Interview to Russian Media Following Attendance at Arctic Council Meeting, Nuuk, May 12, 2011”, publicada no website do

Ministério do Exterior russo, em 13 Mai. 2011.

2. "Sergey Lavrov's Remarks and Answers to Media Questions at Joint Press Conference with UAE Foreign Minister Abdullah Al Nahyan," The Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation (website), 1 Nov. 2011, acesso em: 10 jan. 2018, http://www.mid.ru/en/vistupleniya_ministra/-/asset_publisher/MCZ7HQUMdqBY/content/id/186758.

3. Macon Phillips, "President Obama: The Future of Syria Must Be Determined by Its People, but President Bashar al-Assad Is Standing in Their Way," White House Press Office (website), acesso em: 19 dez. 2017, <https://obamawhitehouse.archives.gov/blog/2011/08/18/president-obama-future-syria-must-be-determined-its-people-president-bashar-al-assad>.

4. Vladimir Frolov, "Signing In is Easier than Quitting," Vedomosti (website), 29 Sep. 2016, acesso em: 19 dez. 2017, <https://www.vedomosti.ru/amp/a00ffd6a64/opinion/articles/2016/09/29/658952-voiti-legche-viiti>.

5. "Iran Quds Chief Visited Russia despite U.N. Travel Ban: Iran Official," Reuters, 7 Aug. 2015, acesso em: 19 dez. 2017, <http://www.reuters.com/article/us-russia-iran-soleimani-idUSKCN-0QC1KM20150807>; Michael Kofman, "A Tale of Two Campaigns: U.S. and Russian Military Operations in Syria," *Pathways to Peace and Security* 1, no. 52 (2017): p. 163–70.

6. Michael Kofman, "The Moscow School of Hard Knocks: Key Pillars of Russian Strategy," War on the Rocks (website), 17 Jan. 2017, acesso em: 19 dez. 2017, <https://warontherocks.com/2017/01/the-moscow-school-of-hard-knocks-key-pillars-of-russian-strategy/>.

7. Teresa Welsh, "Obama, Putin Meet in New York," *U.S. News & World Report* (website), 28 Sep. 2015, acesso em: 19

dez. 2017, <http://www.usnews.com/news/articles/2015/09/28/obama-putin-meet-in-new-york>.

8. Washington Post Staff, "Read Putin's U.N. General Assembly speech," *Washington Post* (website), 28 Sep. 2015, acesso em: 19 dez. 2017, https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2015/09/28/read-putins-u-n-general-assembly-speech/?utm_term=.48d2be2b7823.

9. Nikolas K. Gvosdev, "Moscow's War in the Air: Russia Sends a Message in Syria," *The National Interest* (website), 1 Oct. 2015, acesso em: 19 dez. 2017, <http://nationalinterest.org/feature/moscows-war-the-air-russia-sends-message-syria-13983>.

10. Ruslan Pukhov, "Russian Military, Diplomatic and Humanitarian Assistance" in *Syrian Frontier*, ed. M. U. Shepovalenko, 2nd ed. (Moscow: Center for Analysis of Strategies and Technologies, 2016), p. 105–7, acesso em: 9 jan. 2018, <http://cast.ru/upload/iblock/686/6864bf9d4485b9cd83cc3614575e646a.pdf>.

11. Ruslan Pukhov, "The War that Russia Won," *Izvestia* (website), 13 Oct. 2017, acesso em: 10 jan. 2018, <https://iz.ru/652856/ruslan-pukhov/voina-kotoruiu-rossiya-vyigrala>.

12. Valery Gerasimov, "We Broke the Back of Terrorists," entrevista por Victor Baranets, *Komsomolskaya Pravda* (website), 26 dez. 2017, acesso em: 10 jan. 2018, <https://www.kp.ru/daily/26775/3808693/>.

13. O emprego inicial da aviação de longo alcance foi uma resposta ao atentado terrorista ao voo da empresa aérea russa Metrojet, saindo do Egito.

14. Pukhov, "The War that Russia Won."

15. Ruslan Pukhov, "Polygon Budushego," *Russia in Global Affairs* (website), 8 Mar. 2016, acesso em: 10 jan. 2018, <http://www.globalaffairs.ru/number/Poligon-budushego-18032>.

Repensando os Grupos de Exército dos EUA

Maj Hassan Kamara, Exército dos EUA



Combate da Infantaria do

Não devemos considerar qualquer coisa do passado como sagrada, exceto o conceito da vitória. A estrutura e a organização do nosso Exército, tanto a operacional quanto a institucional, podem mudar radicalmente, e devemos ser imparciais nessa mudança.

—Gen Ex Mark A Milley

As mudanças na guerra, no pensamento militar e na sociedade, desde os anos 40, bem como as projeções sobre o combate do futuro, invalidam substancialmente muitos dos argumentos, fatos e premissas fundamentais que deram origem ao grupo de

combate (GC) tradicional da Infantaria, justificando, assim, uma reforma. Este artigo ressalta isso e recomenda uma alternativa para reformar o GC.

O Exército dos EUA adotou o GC de nove fuzileiros em substituição ao GC de 12 fuzileiros que usava durante a Segunda Guerra Mundial, com base nas discussões e nas descobertas da Conferência sobre Infantaria ocorrida em 1946, no Fort Benning, Geórgia¹. Embora tenha se evoluído um pouco, o GC atual ainda é composto por 9 militares (duas esquadras de quatro integrantes, incluindo seus comandantes, subordinadas ao comandante do GC). O Gen Ex

Integrantes da 25ª Divisão de Infantaria participam em um exercício no terreno de armas combinadas, em Schofield Barracks, Havaí, 6 Dez 17. O exercício permitiu que os militares adestrassem com múltiplos elementos das armas combinadas, incluindo artilharia, apoio aéreo e morteiros para estabelecer poder de fogo superior no campo de batalha. (Sgt David N. Beckstrom, Exército dos EUA)



Robert B. Brown concorda que o GC tem permanecido fundamentalmente o mesmo ao longo do tempo, com pequenas alterações, ao declarar que “apesar dos novos equipamentos dos soldados e dos avanços tecnológicos que empregamos no Afeganistão e no Iraque, os grupos de combate operam da mesma maneira do que seus predecessores no Vietnã e na Coreia”².

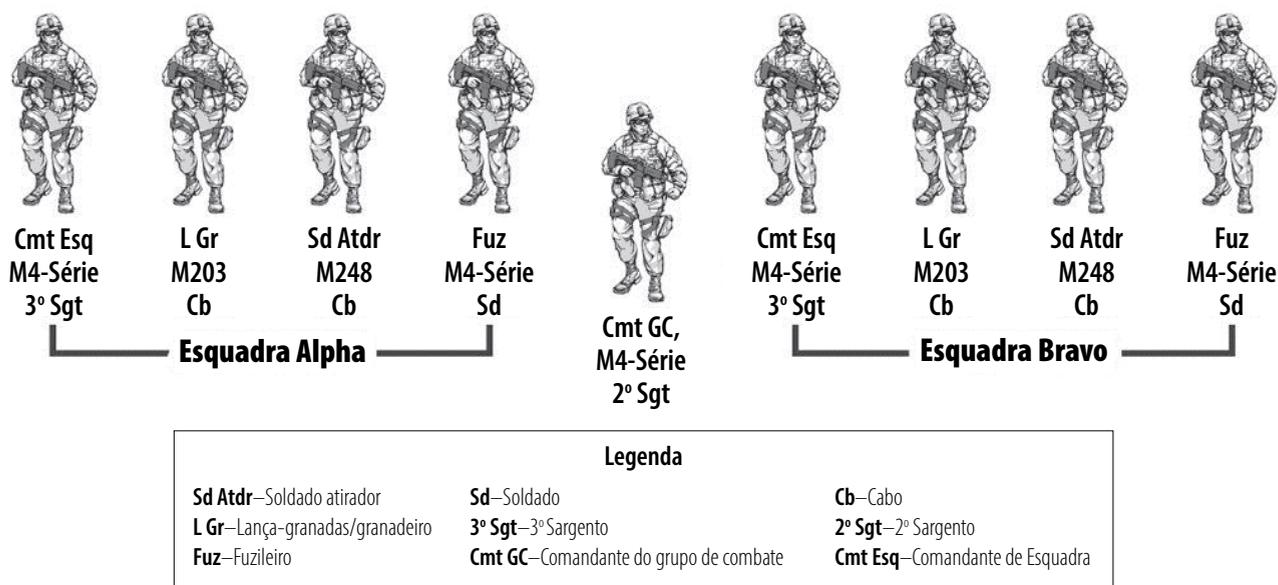
O especialista em mudanças John Kotter destaca a importância da avaliação e do controle de sistemas organizacionais, estruturas [como o grupo de combate] e conceitos para acompanhar o ritmo das mudanças no mundo atual. Kotter escreve, “O mundo está mudando em uma velocidade em que os sistemas básicos, estruturas e culturas construídos ao longo do último século não conseguem acompanhar as novas exigências impostas a eles”³. No caso do GC, a afirmação de Kotter sugere que os profissionais e acadêmicos militares devem analisar a estrutura do GC tradicional para verificar se ela continua relevante.

Então, quão relevantes são os argumentos, fatos e premissas fundamentais que deram origem ao GC em relação às evoluções na guerra, nos assuntos militares e na sociedade, desde 1946, bem como às projeções sobre o combate do futuro? Essas evoluções invalidam suficientemente muitos dos argumentos, fatos e premissas fundamentais que sustentam a

configuração atual e o emprego dos grupos de combate de fuzileiros, justificando a necessidade de uma reorganização e reforma.

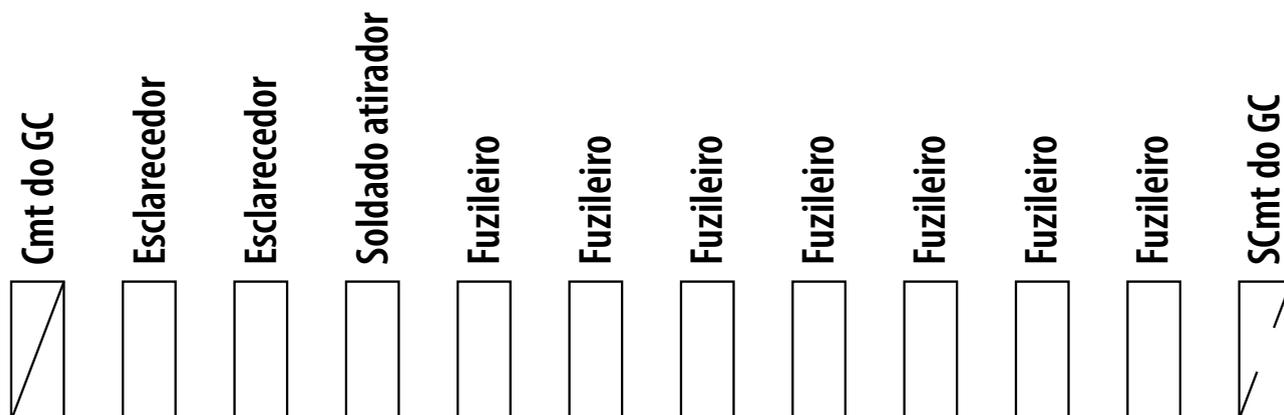
Sendo assim, por que se concentra no GC, que é apenas uma pequena parte da grande estrutura organizacional para o combate? Este artigo se concentra no grupo de combate de fuzileiros básico da Infantaria (não nas diferentes variações da Infantaria Stryker e blindada [corresponde à Infantaria mecanizada — N. do T.]) porque é a formação básica da força decisiva do futuro. Além disso, considerando as mudanças no combate desde que ele foi adotado, é provável que a configuração atual do GC passe por problemas desnecessários nas operações futuras, que podem ser mitigados se o GC for reconfigurado e readaptado antes de ser empregado (a Figura 1 mostra a configuração atual do grupo de combate de fuzileiros)⁴. Essa desconcertante possibilidade já está se manifestando conforme as mudanças continuadas na tecnologia e na guerra têm acrescentado novas capacidades, equipamentos (e.g., veículos aéreos não tripulados [VANT] e guerra eletrônica) e funções de combate à estrutura do GC tradicional.

Ao ressaltar essa preocupação relativa à base da força decisiva do futuro, esta análise ajudará a promover estudos subsequentes que irão analisar, criticamente, toda a estrutura da força tradicional ou a ordem de



(Gráfico da Army Techniques Publication 3-21.8, *Infantry Platoon and Squad*, April 2016)

Figura 1. O GC de Infantaria Moderno (Formações Blindadas e Stryker Modificam o GC para Operações com as Viaturas)



(Gráfico do Field Manual 22.5, Infantry Drill Regulations, July 1939)

Figura 2. O GC de Fuzileiros com Arma Automática durante a Segunda Guerra Mundial

batalha do Exército dos EUA (incluindo configurações dos GC blindados, aeroterrestres, Stryker e aeromóveis) para avaliar o grau de obsolescência, baseada nas mudanças ocorridas no combate e no pensamento militar, desde que essa estrutura e ordem de batalha foram adotadas.

As dimensões da guerra (operacional, tecnológica, logística e social), de Sir Michael Howard, são usadas como unidades de análise para ressaltar como as mudanças nos assuntos militares e na sociedade ocorridas desde a criação do grupo de combate, bem como as projeções sobre as guerras futuras, dão motivos para uma reconsideração e mudança⁵. Este modelo, além de englobar as dimensões militares típicas (operacional, logística), invoca a consideração das dimensões social e tecnológica da guerra, que são tão intrínsecas à guerra quanto as dimensões operacional e logística. Pode-se argumentar que esse modelo é o melhor para ressaltar, de forma abrangente, como mudanças nos assuntos militares e na sociedade, desde os anos 40 — bem como as projeções sobre a guerra do futuro — justificam uma reavaliação institucional e uma reforma do GC.

As Dimensões da Guerra

Uma breve discussão sobre as dimensões da guerra é necessária para enquadrar e entender a subsequente análise. Howard emprega as dimensões da guerra como um modelo para analisar a estratégia militar, mas elas são, também, ferramentas adaptáveis, úteis e transformadoras da Força para avaliar, holisticamente,

o impacto das alterações operacionais, logísticas, sociais e tecnológicas a longo prazo nas organizações de combate.

A dimensão operacional. Pela perspectiva de transformação da Força, a implementação cuidadosa do planejamento e das mudanças na dimensão operacional melhorará o emprego decisivo das forças e de suas capacidades contra um adversário. Porém, ao planejar e implementar as mudanças nas organizações de combate, as forças militares precisam assegurar que se concentrem em todas as dimensões da guerra, não apenas na dimensão operacional.

A dimensão logística. Quando o modelo é usado para analisar a transformação militar, a dimensão logística ajuda a identificar e ressaltar as considerações de mudanças críticas na logística (abastecimento, manutenção, apoio de saúde, etc.).

A dimensão social. Quando o modelo

O Maj Hassan Kamara, do Exército dos EUA, é componente do Grupo de Estudos Estratégicos do Comandante do Exército, atuando no grupo de Estudos Futuros do Exército e na Força-Tarefa de Modernização do Exército. É bacharel em Ciência Política pela Arizona State University e mestre em Estudos de Segurança pela U.S. Naval Postgraduate School e mestre em Aquisição pela Webster University. É um graduado com distinção do U.S. Naval War College Command and Staff Course. Comandou uma companhia de Infantaria Stryker no Fort Bliss, Texas, e uma companhia blindada em Kirkuk, Iraque.

das dimensões da guerra é aplicado à transformação da Força, a dimensão social destaca a interação das organizações de combate com as sociedades, culturas e ambientes (considerando superpopulação e megacidades) na execução das guerras e na tentativa de concluí-las. Essa dimensão também provoca perguntas como, “Quais serão as implicações para as organizações militares no caso de uma convocação militar em massa, que é característica da guerra convencional?”

A dimensão tecnológica. Pela perspectiva de transformação da Força, a dimensão tecnológica fomenta consideração e comprometimento aos desenvolvimentos tecnológicos que podem proporcionar a superioridade operacional contra adversários potenciais ao mesmo tempo que facilita a logística e a interação estrategicamente benéfica com a população local em uma zona de conflito. Segundo Howard, desde o Século XX, o papel da tecnologia “como uma dimensão independente e significativa, já não pode ser desconsiderado”⁶.

O Grupo de Combate e as Transformações das Dimensões da Guerra

A guerra e os assuntos militares têm evoluído consideravelmente desde 1946, apresentando transformações que motivam uma reavaliação e uma reforma na estrutura tradicional do grupo de combate da Infantaria. Ressaltadas dentro de cada uma das dimensões da guerra, tais descontinuidades mudam suficientemente e (na maioria dos casos) invalidam os argumentos, fatos e premissas por trás da criação do GC de infantaria.

O GC na Dimensão Operacional da Guerra

A Conferência sobre a Infantaria de 1946 foi organizada para estudar as experiências do Exército durante a Segunda Guerra Mundial pela perspectiva da Infantaria e compilar lições que ajudariam a superar os problemas organizacionais, de treinamento e de equipamentos, bem como estimular a inovação e a reforma institucional. O Cel A. O. Connor concordava com isso e, durante seu discurso na conferência, disse, “O propósito dessa Conferência sobre a Infantaria é chegar a decisões sólidas em relação à resolução dos muitos problemas atuais e futuros da Infantaria”⁷. Oficiais e praças de todos os teatros de operações da Segunda Guerra

Mundial participaram da conferência. Os participantes foram organizados em comitês; o Comitê A se concentrou sobretudo nos equipamentos, enquanto o Comitê B — sob a liderança do Gen Bda James M. Gavin — focou principalmente nos assuntos organizacionais. Naturalmente, a doutrina foi debatida extensivamente nos dois comitês. Os comitês votaram nas propostas de transformação da Força, que foram apresentadas no relatório final da conferência ao Comandante da Escola da Infantaria — Gen Bda John Wilson O’Daniel, o “Mike de Ferro”.

A base do Grupo de Combate Tradicional. O Comitê B recomendou mudar o GC de 12 fuzileiros, da era da Segunda Guerra Mundial, para um de nove fuzileiros com base em argumentos relacionados ao comando e controle; sobrevivência organizacional; e fôgos e manobra.⁸ O GC de 12 fuzileiros usado durante a Segunda Guerra Mundial incluía um comandante, um subcomandante, uma peça de arma automática composta por três combatentes (atirador de metralhadora, assistente do atirador e remuniador) e sete fuzileiros, dois dos quais eram designados como esclarecedores (veja a Figura 2)⁹. O GC proposto de nove fuzileiros incluía um comandante, dois esclarecedores, um atirador de arma automática (operador de metralhadora), um assistente do atirador e quatro fuzileiros (incluindo um granadeiro)¹⁰. O comitê propôs a nova organização do GC porque acreditava que essa era a quantidade máxima de militares que um comandante de GC podia controlar, durante o combate.

A conferência definiu o GC como “um grupo de praças organizado como uma equipe: a menor unidade tática, consistindo em apenas quantos homens que um comandante possa comandar facilmente no campo de batalha”, e com base nessa definição, ela escolheu “limitar o tamanho do GC ao número de homens que um comandante possa controlar pessoalmente com sinais verbais ou com a mão”¹¹. No seu relatório, o Comitê B declarou claramente que “um homem sob condições favoráveis não pode controlar mais do que oito homens no campo de batalha”¹².

A sobrevivência do GC como uma organização de combate exposta a alto atrito foi outro fator por trás do recém-proposto GC, mas foi secundária em relação ao comando e controle. Os participantes da Conferência da Infantaria observaram que os GC operavam tipicamente com números abaixo do efetivo completo



durante a Segunda Guerra Mundial e buscou garantir que qualquer mudança no GC de 12 fuzileiros permitisse que ele fosse capaz de sobreviver e manter efetividade após sofrer um pouco de atrito. Coerente com esse fundamento lógico, o comitê decidiu que o GC de nove homens era a estrutura que tinha o maior potencial de sobrevivência que um comandante de GC podia controlar com sinais verbais e com a mão durante o combate. Em outras palavras, os participantes da conferência concordaram em sua maioria que o GC proposto, de nove homens, embora menor, ainda seria capaz de apoiar as manobras de pelotão, depois de passar por algum atrito no campo de batalha¹³.

Além disso, com base na sua experiência obtida durante a Segunda Guerra Mundial, os participantes da Conferência de Infantaria acreditavam que a menor unidade capaz de fogos e manobras orgânicos era o pelotão. Os proponentes do novo GC — que eram na maioria do Comitê B — argumentaram que durante

Integrantes do 501º Regimento de Infantaria Paraquedista dispararam um morteiro de 81mm para apoiar militares afegãos, durante a operação *Maiwand 10* na Província de Helmand, Afeganistão, 26 Dez 17. Os militares dispararam múltiplos foguetes de iluminação para esclarecer a área vizinha de Marjah, onde militares afegãos haviam sofrido uma emboscada noturna. (Sgt Justin T. Updegraff, CFN dos EUA)

a Segunda Guerra Mundial “o grupo de combate de fuzileiros nunca empregou manobras táticas durante o ataque, i.e., os elementos Able, Baker e Charlie [do velho alfabeto fonético, significando os aspectos básicos — N. do T.] de esclarecedores, base de fogos e manobra”¹⁴. Durante seu discurso sobre a organização da Infantaria, Connor declarou que “as guerras são vencidas pelos pelotões” e acrescentou que “no combate, o fogo e movimento é um trabalho do pelotão”¹⁵. Subsequentemente, os participantes da conferência consideravam que o GC tinha capacidade de fogo e manobra apenas incluído no pelotão — ou estabelecendo uma base de fogos para apoiar a manobra de outros



O VANT Joint Tactical Autonomous Air Resupply System lança um pequeno pacote durante o exercício *Maneuver Fires Integrated Experiment*, no Fort Sill, Oklahoma, 12 Abr 17. (Foto por Monica Wood)

GC dentro do pelotão, ou manobrando como um todo, enquanto outro GC proporciona apoio de fogo. Muitos dos participantes da conferência, especialmente aqueles no Comitê B, não acreditavam que o GC era capaz de realizar fogo e manobra no nível grupo de combate (uma esquadra apoiando as manobras da outra esquadra, com os fogos). Assim, eles racionalizaram que era desnecessário manter o GC de 12 fuzileiros devido à sua maior capacidade de fogo e manobra.

As transformações desde 1946 e as preocupações futuras. Muita coisa tem mudado na dimensão operacional desde 1946 que invalida os argumentos, fatos e premissas mencionados anteriormente para a adoção do GC de nove homens. Em termos de comando e controle, os equipamentos modernos de comunicação pessoal disponíveis aos infantes hoje em dia fazem com que seja possível para os comandantes de grupo de combate se comunicar e orientar os comandantes subordinados e — se necessário — qualquer integrante do GC. Capacitados pela tecnologia, por comandantes de esquadra capazes e pelo amadurecimento da filosofia do Comando de Missão, os comandantes de GC da atualidade podem

controlar as manobras de mais de oito homens. Além disso, as ferramentas que ajudam a obter o conhecimento da situação disponíveis aos militares, sob iniciativas como o programa *Warfighter Information Network–Tactical*, possibilitam que comandantes possam controlar as manobras de formações bem além dos alcances verbais, visuais e dos sinais com a mão¹⁶.

Embora considerado irrelevante durante a Conferência de 1946, o fogo e manobra de nível GC é uma parte integral das manobras de Infantaria nos dias atuais e as melhorias obtidas na precisão do tiro pelos adversários dos EUA de poder de combate equiparados parecem exigir ajustes para garantir o emprego do GC como a menor unidade principal de manobras em batalhas no futuro. Esse último exigiria uma expansão do tamanho do GC para aumentar os fogos durante manobras e invalidaria qualquer necessidade de manter o GC pequeno para que possa ter mais mobilidade, como um elemento monolítico único, no fogo e manobra do pelotão.

Com respeito à dimensão operacional, os argumentos, fatos e premissas fundamentais para a criação do GC de nove fuzileiros estão desatualizados ou invalidados. Em outras palavras, as preocupações da Conferência sobre a Infantaria de 1946 que levaram ao desenvolvimento da estrutura do GC tradicional têm sido invalidadas, em grande medida, pelas mudanças na guerra, nos assuntos militares e na sociedade. Isso exige uma reavaliação total da sua estrutura e sua subsequente reforma.

O GC na Dimensão Logística da Guerra

Como mencionado anteriormente, essa dimensão trata do recrutamento, dos equipamentos e dos aspectos de sustentação do esforço de guerra. Pela perspectiva de transformação do GC, se concentra na alocação de pessoal, no equipamento e no ressuprimento.

A base do Grupo de Combate Tradicional. Com respeito à transformação do GC, a alocação de pessoal e os equipamentos eram os aspectos predominantes dessa dimensão durante a Conferência de Infantaria de 1946. Em termos de alocação de pessoal, a integração de substitutos durante o combate parecia ser a principal preocupação logística que sustentava a recomendação de um GC de nove homens. A logística do GC em termos de apoio continuado (suprimentos, manutenção, etc.) não parecia ser parte do diálogo da conferência, o que era compreensível porque os comandantes de Infantaria na época tinham uma perspectiva centrada no pelotão para as operações de pequena unidade.

Os participantes da conferência pareciam gravitar em torno do GC de nove homens porque eles raciocinaram que seria mais fácil para novos recrutas e substitutos entenderem e lutarem em um GC menor. Os participantes estavam influenciados em grande medida pela sua observação, em tempos de combate, da dificuldade experimentada pelos graduados oriundos do alistamento em liderar o GC de 12 fuzileiros durante a Segunda Guerra Mundial. O consenso parecia ser manter a estrutura do GC simples, com nove pessoas, para que os recrutas e os substitutos de um exército mobilizado em massa pudessem rapidamente entender e lutar dentro da nova organização, no combate. O Marechal Omar Bradley citou essa preocupação durante sua palestra na conferência. Bradley apoiou a recomendação para o GC de nove homens, citando observações sobre

os problemas dos sargentos que não eram de carreira que tinham que assumir o papel de comandante de grupo de combate devido ao alto atrito. Ele disse, “Com a promoção rápida devido às baixas, encontramos, às vezes, com pessoas em comando dos grupos de combate que têm bastante dificuldade em comandar um grupo de combate de tal tamanho”¹⁷.

As transformações desde 1946 e as preocupações futuras. A guerra, os assuntos militares e a sociedade têm evoluído suficientemente com respeito a essa dimensão para minar o fundamento lógico para a criação do GC de nove homens. Restringir o GC a nove pessoas para que seja mais fácil integrar os conscritos, no caso de uma mobilização em massa, já não é um argumento válido. Além do treinamento prático em campanha, que é tipicamente intensivo em termos de recursos (e.g., munição, combustível) e, assim, não podendo ser realizado frequentemente, o Exército atual tem simulações de realidade virtual que utiliza para o treinamento. Pode-se argumentar que esse método de treinamento econômico capacita o Exército a adestrar os soldados com mais efetividade do que podia durante a era da Segunda Guerra Mundial, porque pode proporcionar a eles a prática continuada (repetida) nos ambientes de combate imersivos e simulados. Isso ajuda a mitigar a preocupação que o Exército seria menos capaz de treinar e integrar os conscritos, se o GC fosse aumentado.

O assunto de ressuprimento no nível GC, embora ausente do diálogo da Conferência de Infantaria de 1946, pode crescer e dificultar a infraestrutura logística do Exército devido à aumentada dispersão de forças — possivelmente até o nível GC — nos campos de batalha do futuro. Por exemplo, os desenvolvimentos em sensores, seleção de alvos e fogos precisos de longa distância por potenciais adversários equiparados em poder de combate provavelmente provocarão a necessidade de aumentada dispersão das forças dos EUA, nos campos de batalha do futuro.

O GC na Dimensão Social da Guerra

O alistamento em massa foi um importante fator para a vitória dos EUA na Segunda Guerra Mundial. As fileiras do Exército dos EUA engrossaram relativamente rápido com cidadãos-soldados que eram extremamente inexperientes, em comparação com soldados regulares, mas que estavam ávidos para treinar e lutar.

A base do Grupo de Combate Tradicional. A experiência em tempos de guerra com o treinamento e a integração dos conscritos no Exército Regular compeliu muitos dos participantes da Conferência sobre a Infantaria de 1946 a exaltarem o GC menor, de nove homens. Com base em suas próprias experiências pessoais, esses veteranos acreditavam que seria mais fácil treinar e integrar os conscritos ao novo GC de nove homens do que ao GC de 12 homens, da Segunda Guerra Mundial, simplesmente porque o comando e controle dos conscritos inexperientes seria melhor no GC menor. Assim, os participantes escolheram o GC de nove homens.

As transformações desde 1946 e as preocupações futuras. Graças às capacidades inerentemente maiores de aprender na era da informação, pode-se argumentar que o Exército está mais capaz, hoje em dia, de efetivamente treinar conscritos no caso de uma mobilização em massa para uma guerra do que estava na ocasião da entrada dos EUA na Segunda Guerra Mundial. Isso elimina a necessidade de manter o GC com nove pessoas para melhor ajudar o civil comum alistado a aprender rapidamente como ele opera. Além disso, a Tecnologia da Informação — na forma de jogos e de mídias — tem exposto o povo americano ao combate em um nível muito maior do que experimentava durante os anos entre guerras (o período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial). Graças à tecnologia, o jovem norte-americano comum no Século XXI tem, na média, gastado mais tempo em algum tipo de combate aproximado simulado (jogos, realidade virtual, paintball, etc.) do que seu equivalente durante o período entre as guerras. Em seu estudo de como os artistas “de nível mundial” se desenvolvem, Geoff Colvin mostra, de forma convincente, pelo uso de estudos de caso sucessivos sobre os melhores artistas altamente bem sucedidos, em campos diferentes, que o desempenho excepcional é desenvolvido por meio da prática continuada ou deliberada. Isso sugere que, com base na prática continuada ou deliberada que eles obtêm, pelas simulações em realidade virtual de combate antes de juntar-se ao Exército, os jovens atuais talvez sejam inerentemente mais capazes de ser treinados (em termos de habilidade tecnológica e de instintos de combate) do que seus equivalentes do período entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra da Coreia¹⁸. Esse interessante desenvolvimento da

sociedade norte-americana pode servir bem à Nação, no caso de mais uma guerra em que seja necessário empregar a mobilização em massa, e é mais uma razão para reconsiderar o raciocínio de 1946, de limitar o GC a nove pessoas, pela questão de treinamento e integração rápidos de conscritos.

O crescimento da população como um fator determinante. Além disso, mudanças na sociedade, particularmente o crescimento de megacidades, desafiam a decisão da Conferência de Infantaria de reduzir o tamanho do GC para conseguir melhor comando e controle. Ao olhar para o futuro, o surgimento e a crescente onipresença das megacidades por todo o mundo significam que as guerras futuras provavelmente serão travadas em ambientes urbanos, extremamente congestionados e restritos. Segundo o Exército dos EUA, “é bem provável que as megacidades sejam o acidente capital do terreno estratégico, em qualquer crise futura que exija a intervenção militar dos EUA”. Isso ocorre principalmente porque os fatores como “a população, a urbanização e as tendências relacionados aos recursos que contribuem ao surgimento das megacidades não têm mostrado sinais que estão diminuindo ou revertendo”¹⁹.

Parece que o Gen Ex Mark A. Milley compartilha dessa perspectiva, declarando que “é quase certo que as guerras do futuro serão travadas principalmente nas cidades, o que tem implicações significativas para as Forças Armadas”²⁰. Essa evolução dos ambientes urbanos aumentará o atrito de pessoal, equipamentos e munição nas operações de combate do futuro. A batalha pela cidade alemã de Aachen, em outubro de 1944, durante a Segunda Guerra Mundial, proporciona discernimentos sobre como o combate urbano futuro contra um adversário convencional, nas megacidades, pode afetar os grupos de combate. John C. McManus escreveu que apesar dos admiráveis esforços dos enfermeiros do Exército em Aachen:

As baixas ainda estavam erodindo o poder de combate das companhias de fuzileiros. Em poucos dias, a maioria operava com a metade ou dois-terços do efetivo. Cada noite, as equipes de logística de pessoal forneciam substitutos para as companhias. Isso mantinha as companhias de fuzileiros em operação, mas sempre abaixo do efetivo total, em uma constante necessidade de reforços²¹.

Em Aachen, os GC de 12 homens provaram, decididamente, que sua maior sobrevivência organizacional (capacidade de sobreviver e manter eficácia no combate em situações de atrito) era uma vantagem no combate urbano de alto atrito, contra um adversário convencional muito competente. Da mesma forma que em Aachen, bem como em outras batalhas travadas no terreno densamente urbanizado, no combate futuro contra um adversário de poder de combate equiparado em uma megacidade, os GC provavelmente perderão bem mais pessoal do que perderam contra os insurgentes nas cidades iraquianas. Então, eles precisarão ser maiores para permanecer efetivos após sofrer atritos. A sobrevivência organizacional provará ser especialmente importante nesse sentido, porque o sistema de substituição de tropas durante o combate não tem sido testado de tal maneira, desde a Guerra do Vietnã, há mais de meio século.

O GC na Dimensão Tecnológica da Guerra

A tecnologia deve ser um fator relevante na estrutura e na operação do GC do futuro. O desenvolvimento tecnológico e a automação têm aumentado a capacidade de maiores cargas de trabalho enquanto reduzem a necessidade de pessoal, no setor comercial. No entanto, o oposto é a verdade para o GC de fuzileiros. Parece que a tecnologia e a automação têm aumentado a carga de trabalho do GC nos campos de batalha contemporâneos, com mais equipamentos para os mesmos nove homens controlar e operar, além das funções de combate tradicionais.

A base do Grupo de Combate Tradicional. Os participantes da conferência apoiaram a recomendação de um GC de nove homens com base nas premissas sobre a tecnologia. Alguns raciocinaram que os avanços contemporâneos e futuros nos sistemas de armas, como os fuzis e metralhadoras aperfeiçoadas e mais leves, eliminaram a necessidade do poder de fogo fornecido pelos três integrantes adicionais de um GC de 12 homens. Em outras palavras, os participantes acreditavam que o melhor sistema de armas atual equiparia o poder de fogo de um GC de nove homens ao de um GC de 12 homens, que usavam armas mais antigas, assim justificando sua recomendação de um grupo de combate menor. Por exemplo, durante seu depoimento na conferência, Bradley declarou que ele pensava que o GC da

Segunda Guerra Mundial era demasiadamente grande e era favorável à nova estrutura menor, declarando, “Com melhores armas, poderia ser melhor não ter muitos [fuzileiros] em uma equipe”²². Como projetado em 1946, as armas do GC melhoraram e o poder de fogo do GC aumentou. Contudo, devido à proliferação de avanços semelhantes entre os adversários potenciais, tais avanços já não são justificativas válidas para manter o GC de tamanho reduzido, de nove pessoas.

As transformações desde 1946 e as preocupações futuras. Embora a tecnologia militar desde 1946 tenha ajudado a aumentar o poder de fogo do GC ao seu nível atual e, sem dúvida, continuará a aprimorá-lo no futuro, já não é razão suficiente para manter o GC com seu efetivo atual ou reduzi-lo. De fato, muito pelo contrário, a tecnologia militar emergente que irá crescer e aprimorar a capacidade do GC, como VANT armados e outros sistemas robotizados, é um argumento convincente para o aumento do número de soldados no grupo de combate de infantaria, com mais uma esquadra de fuzileiros.

As Razões para Mudança

As transformações ressaltadas nos assuntos militares e na sociedade, bem como as projeções sobre a guerra do futuro, exigem que repensemos e reformemos o grupo de combate. Pela perspectiva operacional, já que o comando e controle é agora possível para um GC maior, o Exército deve aumentar o GC para expandir sua capacidade de sobreviver à destruição completa durante combates de elevado atrito com adversários de poder de combate equiparado.

Em termos de logística, o combate disperso nos campos de batalha futuros, para neutralizar a precisão do tiro do inimigo, exigirá maneiras inovadoras para reabastecer os GC remotos, sem sobrecarregar a infraestrutura logística no teatro de operações. A adaptação do GC para aproveitar novas tecnologias, como os VANT para suprimentos e logística, pode ajudar o Exército a lutar dispersado e dificultar a precisão do tiro pelo inimigo, nos conflitos convencionais futuros. Curiosamente, antecipando tais desenvolvimentos futuros, o Exército experimentou múltiplos protótipos de veículos aéreos não tripulados chamados *Joint Tactical Autonomous Air Resupply Systems* (Sistemas Táticos Conjuntos de Ressuprimento Aéreo), em abril de 2017²³.

Com base nas mudanças na dimensão social da guerra — o crescimento da população e as megacidades — e na possibilidade real de se envolver em combate urbano de alto atrito nas megacidades, uma ampliação no efetivo do GC aumentará sua capacidade de sobreviver no combate. Além disso, os desenvolvimentos tecnológicos no treinamento e a aumentada exposição ao combate entre os cidadãos civis chamados para o serviço obrigatório eliminam a necessidade de manter o GC pequeno, já que os recrutas aprenderão de maneira mais fácil como o GC opera.

Pela perspectiva tecnológica, o acréscimo de mais uma esquadra ao GC pode otimizá-lo para obter as capacidades de realizar reconhecimento por meio de sistemas não tripulados armados, de cibernética e de guerra eletrônica. Junto com a crescente filosofia do Comando de Missão, a expansão do GC para aproveitar as tecnologias mencionadas acima irá melhor prepará-lo a operar independentemente dos escalões superiores (pelotão e companhia), nos campos de batalha do futuro. No conflito futuro entre Estados, contra um adversário de poder de combate igual ou equivalente, os líderes do Exército visualizam campos de batalha onde as pequenas unidades (muito provavelmente os grupos de combate) lutarão dispersas para dificultar a precisão do tiro das armas e dos fogos do inimigo enquanto mantêm a capacidade de se reagrupar, quando necessário. Segundo Milley, haverá forte utilização de sensores nos campos de batalha do futuro e,

com sensores em todo lugar, a probabilidade de ser visto é muito elevada ... se puder ser visto, será atingido. Então isso significa que, simplesmente para sobreviver, nossas formações provavelmente terão que ser pequenas. Terão que deslocar-se constantemente. Terão que agrupar e dispersar rapidamente²⁴.

Pode-se argumentar que a capacidade orgânica de combate mais essencial que os GC precisarão, quando lutarem independente dos escalões superiores (pelotão e companhia), é o reconhecimento. Em um campo de batalha futuro cheio de sensores, a importância de localizar o inimigo primeiro, por meio de reconhecimento, e rapidamente empregar fogos para destruí-lo, não pode ser subestimada.

Recomendações

O Exército deve considerar a restauração de uma forma modificada da equipe de reconhecimento de esclarecedores que usava durante a Segunda Guerra

Mundial, para que o GC tenha mais capacidade de sobrevivência no combate de alto atrito, fornecer melhores recursos a ele para controlar a carga de trabalho das novas capacidades que estão sendo integradas (VANT, cibernética e guerra eletrônica) e ajudá-lo a operar e lutar independente dos escalões superiores, nos campos de batalha do futuro. Conceitualmente, uma equipe cibernética/reconhecimento de três pessoas, composta de infantes treinados em sistemas aéreos não tripulados e em sistemas robóticos, acrescentará capacidades permanentes de reconhecimento por meio de sistemas armados não tripulados, cibernética e guerra eletrônica ao GC. Essa mudança pode aumentar a capacidade de sobrevivência (quantitativamente) do GC como um pequeno elemento disperso no campo de batalha e facultá-lo a combater em múltiplos domínios [terrestre, aéreo aproximado e cibernético]. Além disso, a mudança pode prover aos GC a capacidade para aproveitar os VANT e a tecnologia robótica para ressuprimento nos ambientes de combate dispersos, do futuro. Essa reforma irá, também, criar uma estrutura organizacional flexível no GC para a integração continuada e o emprego da tecnologia militar de VANT e de robótica que está em rápida evolução.

Conclusão

As mudanças da guerra, dos assuntos militares e da sociedade desde os anos 40, bem como das projeções sobre o combate do futuro, invalidam suficientemente muitos dos argumentos, fatos e premissas fundamentais que produziram o grupo de combate tradicional de infantaria e, assim, justificam uma reavaliação e uma reforma institucional. A era atual é a mais oportuna para essa mudança, no momento em que conforme a Instituição considera as mudanças organizacionais que seriam melhores para capacitá-la a lutar em múltiplos domínios (terrestre, marítimo, aéreo, espacial e ciberespaço), coerente com o conceito de combate em múltiplos domínios.

Apesar de ser um tipo de vaca sagrada institucional, está na hora de reavaliar e reformar, de forma ousada e adequada, o grupo de combate ao aumentar seu tamanho, para otimizar sua capacidade de sobrevivência e seu desempenho. Segundo Milley, “É melhor para nós [o Exército dos EUA] abater nossas vacas sagradas nós mesmos, em vez de perder uma guerra porque estamos demasiadamente inflexíveis

para pensar no impensável”²⁵. Consequentemente, os estudos subsequentes não devem apenas ousadamente explorar e analisar novas estruturas organizacionais para o GC de todos os tipos de tropas (incluindo os GC de Stryker e de Infantaria blindada), mas também para a ordem de batalha inteira do Exército

dos EUA (do pelotão até o nível de exército de campanha). O fomento dessa discussão é essencial para garantir que a estrutura e a organização do Exército dos EUA sejam otimizadas para o conflito, apesar das transformações surgidas nas dimensões da guerra. ■

Referências

- Epígrafe.** Mark A. Milley, “AUSA Eisenhower Luncheon, 4 Oct. 2016,” (palestra, Association of the United States Army [AUSA], Washington, DC, 4 Oct. 2016), p. 15, acesso em: 7 dez. 2017, https://wpwps.org/wp-content/uploads/2016/11/20161004_CSA_AUSA_Eisenhower_Transcripts.pdf.
1. Report of Committee “B” on Tactics and Technique (Fort Benning, GA: The United States Army Infantry School, 1946), p. T-18, 6.
 2. Robert B. Brown, “The Infantry Squad: Decisive Force Now and in the Future,” *Military Review* 91, no. 6 (November–December 2011): p. 2, acesso em: 12 dez. 2017, http://usacac.army.mil/CAC2/MilitaryReview/Archives/English/MilitaryReview_20120630MC_art004.pdf.
 3. John P. Kotter, *Accelerate: Building Strategic Agility for a Faster-moving World* (Boston: Harvard Business Review Press, 2014), p. vii.
 4. Army Techniques Publication 3-21.8, *Infantry Platoon and Squad* (Washington, DC: U.S. Government Publishing Office [GPO], 2016), p. 1-13.
 5. Michael Howard, *The Causes of Wars*, 2nd ed. (London: Maurice Temple Smith, 1983), p. 105.
 6. *Ibid.*, p. 104-5.
 7. A. O. Connor, “The Infantry Conference: Lecture on Infantry Organization” (transcrição, U.S. Army Infantry School, Fort Benning, GA, 10 Jun. 1946) p. 1, acesso em: 11 dez. 2017, <http://cgsc.contentdm.oclc.org/utills/getdownloaditem/collection/p4013coll8/id/441/filename/431.pdf/mapsto/pdf>.
 8. Report of Committee “B” on Tactics and Technique, T-18. A “capacidade de sobrevivência” é usada neste artigo para referir-se à capacidade do grupo de combate de manter eficácia de combate em face do atrito. Isso é coerente com a definição doutrinária da capacidade de sobrevivência na Joint Publication 4-0, *Joint Logistics* (Washington, DC: U.S. GPO, 16 Oct. 2013), p. I-10: “A capacidade de sobrevivência é a capacidade de uma organização de obter a vitória apesar de impactos adversos ou de ameaças potenciais”.
 9. Field Manual (FM) 7-10, *Infantry Field Manual: Rifle Company, Rifle Regiment* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 1942), p. 130, acesso em: 11 dez. 2017, <https://ibiblio.org/hyperwar/USA/ref/FM/FM7-10/FM7-10-6.html>; FM 22-5, *Basic Field Manual Infantry Drill Regulations* (Washington, DC: Government Printing Office, 1939), p. 57, acesso em: 11 dez. 2017, <https://ia800308.us.archive.org/13/items/Fm22-5/Fm22-5.pdf>.
 10. Report of Committee “B” on Tactics and Technique, p. T-18, 6.
 11. *Ibid.*, p. T-18, 3.
 12. *Ibid.*, p. T-18, 5.
 13. *Ibid.*, p. T-18.
 14. Report of Special Committee on Organization of the Infantry Division (Fort Benning, GA: The United States Army Infantry School, 1946), p. 3, acesso em: 11 dez. 2017, <http://cgsc.cdmhost.com/utills/getdownloaditem/collection/p4013coll8/id/418/filename/408.pdf/mapsto/pdf>.
 15. Connor, “The Infantry Conference: Lecture on Infantry Organization,” p. 8.
 16. “Warfighter Information Network-Tactical (WIN-T),” General Dynamics Mission Systems (website), acesso em: 11 ago. 2017, <https://gdmissionsystems.com/c4isr/warfighter-information-network-tactical-win-t/>. O Comando de Missão é uma filosofia que defende a prática de conceder o poder de decisão aos subordinados para executar missões dentro da intenção dos escalões superiores, empregando a iniciativa disciplinada.
 17. The Infantry Conference: Report of Special Committee on Organization of the Infantry Division (testimonial of Omar Bradley), p. 8.
 18. Geoff Colvin, *Talent is Overrated: What Really Separates World-Class Performers from Everybody Else* (New York: Penguin Group, 2008).
 19. Marc Harris et al., “Megacities and The United States Army: Preparing for a Complex and Uncertain Future,” Chief of Staff of the Army Strategic Studies Group, U.S. Army paper, June 2014, p. 5, acesso em: 11 dez. 2017, <https://www.army.mil/e2/c/downloads/351235.pdf>.
 20. Milley, “AUSA Eisenhower Luncheon,” p. 12.
 21. John C. McManus, *Grunts: Inside the American Infantry Combat Experience, World War II through Iraq* (New York: NAL Caliber, 2011), p. 120.
 22. The Infantry Conference: Report of Special Committee on Organization of the Infantry Division (testimonial of Omar Bradley), p. 8.
 23. Monica K. Guthrie, “Amazon-style ‘Drone Delivery’ the Future of Military Resupply,” U.S. Army press release, 14 Apr. 2017, acesso em: 11 dez. 2017, https://www.army.mil/article/186115/amazon_style_drone_delivery_the_future_of_military_resupply.
 24. Milley, “AUSA Eisenhower Luncheon,” p. 15.
 25. *Ibid.*



Ilustração de um satélite em órbita (Imagem cedida pelo National Executive Committee for Space-Based Positioning, Navigation and Timing)

Capacidades Emergentes de Geoinformação no Exército Brasileiro

Ten Cel Osvaldo da Cruz Morett Netto, Exército Brasileiro

A evolução tecnológica das últimas décadas impactou diretamente os processos e atividades de mapeamento. A consolidação dos sistemas

globais de posicionamento por satélites, o aumento e a diversificação do número de sensores remotos para imageamento e o avanço dos sistemas computacionais

para armazenamento, processamento e disponibilização das informações resultaram em soluções tecnológicas chamadas de geotecnologias.

A disponibilização de coordenadas terrestres em tempo real, de forma contínua e com alta precisão é uma realidade comum hoje em dia, porém nem sempre foi assim. O processo de estimar coordenadas era algo custoso e extremamente demorado, tendo em vista que, antes dos sistemas satelitais, elas eram medidas por meio da astronomia de posição. Fazia-se necessária a observação direta dos astros, tornando o levantamento de coordenadas de pontos desconhecidos uma tarefa demorada e dependente das condições atmosféricas.

O transporte de coordenadas era outro grande desafio. Determinar as coordenadas de um ponto a partir de outro exigia condições muito especiais, uma vez que o transporte delas era feito com equipamentos que mediam ângulos e distâncias. Com isso, era preciso criar condições para que houvesse a visada direta entre eles, fazendo com que as campanhas de mapeamento demandassem grandes equipes para carregar e montar torres e plataformas de observação, de modo a proporcionar intervisibilidade entre os pontos.

Os desafios das campanhas baseadas nas observações astronômicas e na medição de ângulos e distâncias ficaram para trás na medida em que surgiram os sistemas de posicionamento por satélite. Diversas constelações hoje estão disponíveis, possibilitando que os usuários tenham capacidade de estimar sua localização de forma imediata, por meio do rastreamento dos sinais emitidos pelos satélites que compõem os Sistemas Globais de Navegação por Satélite (GNSS).

O sensoriamento remoto, por sua vez, engloba um conjunto de geotecnologias que proporcionou a multiplicação da quantidade e da qualidade das imagens utilizadas no processamento e geração de produtos de Geoinfo. Baseados na capacidade de levantar as características físicas de um objeto sem tocá-los, os sensores remotos embarcados em plataformas terrestres, aéreas ou orbitais passaram a oferecer dados digitais que permitem a distinção de alvos com centimétricas, mesmo sob nuvens ou cobertura vegetal, gerando imagens ricas em informações a serem utilizadas na produção de mapas.

A obtenção de coordenadas precisas em tempo real e a multiplicação da quantidade e do poder de identificação de alvos por meio de imagens tiveram efeitos

potencializados com os serviços via *web*. Em primeiro lugar porque por meio da *web* os dados espaciais que haviam crescido exponencialmente em termos quantitativos e qualitativos passaram a ser disseminados via rede mundial de computadores. Isso fez com que o desafio para o usuário deixasse de ser a obtenção da Geoinfo e passasse a ser a capacidade de filtrar e identificar a informação espacial mais adequada para suas intenções.

Em segundo lugar, a Geoinfo disponível na forma de bases cartográficas na internet passou a ter um caráter interativo e dinâmico, possibilitando ao próprio usuário não só visualizar o dado geoespacial, mas também atuar modificando ou mesmo inserindo informações, criando verdadeiras bases colaborativas, em que a dinâmica dos eventos depende do próprio usuário, conforme os exemplos dos aplicativos *Google Earth* e *Waze*.

A disponibilização de bases cartográficas digitais via internet, acessadas na forma de protocolos de comunicação, deu origem aos Geoserviços. Através deles estão disponíveis representações da superfície terrestre, sobre as quais podem ser especializados fenômenos ou eventos, não havendo a necessidade de se ter a base cartográfica armazenada fisicamente.

Diante dessas evoluções e em meio à conjuntura atual, as geotecnologias estão permitindo uma revisão no emprego da Geoinfo por parte de usuários não especializados e para os mais diversos fins. Ou seja, a *web* proporcionou processos mais interativos e dinâmicos, reestruturando a relação com os mapas, permitindo ampliar a possibilidade de utilizá-los cada vez mais para visualização e análise dos mais diferentes fenômenos.

A Democratização da Geoinfo

A importância de conhecer o terreno é algo inerente às atividades

O Ten Cel Osvaldo da Cruz Morett Netto é graduado pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), na arma de Material Bélico. Graduado em Engenharia Cartográfica pelo Instituto Militar de Engenharia (IME). É mestre em Engenharia Cartográfica também pelo IME. Foi gerente do Projeto Radiografia da Amazônia no período de Março de 2015 a Fevereiro de 2016. Atualmente é instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, onde exerce a função de Coordenador do Curso de Direção para Engenheiros Militares (CDEM).



- **Fundamentos**
- **Tecnologias**
- **Processo de produção**
- **Produtos e serviços**
- **Capacidades**
- **Emprego da geoinformação**
- **Infraestrutura de geoinformação**

Figura 1. Manual de Geoinformação do Exército Brasileiro

de natureza militar. O sucesso do planejamento e da condução das Operações Militares está intimamente relacionado com o conhecimento do terreno, tendo em vista que todas as atividades militares, de certa forma, têm pelo menos um ponto em comum: elas dizem respeito a atividades ou fenômenos que ocorrem em algum lugar no espaço geográfico, isto é, no terreno.

A visualização espacial do terreno e do que está ocorrendo sobre ele é essencial para o planejamento e para a realização das operações militares, bem como para a tomada de decisão e compreensão da dinâmica de determinados eventos temáticos. Esse processo, que anteriormente era calcado somente no uso de mapas em papel e realizado com apoio de pessoal altamente especializado, vem sendo desmistificado na medida em que a Geoinfo está se popularizando como uma das consequências da evolução tecnológica das últimas décadas (Department of the Army, 2000).

O uso de computadores na construção de mapas está consolidado. A disponibilidade de um *hardware* com alguma capacidade de processamento gráfico e um *software* que trabalhe com dados cartográficos é suficiente para construí-los. A disseminação das

geotecnologias e a possibilidade de consulta e visualização de informações espaciais por meio da *web* também estimularam a aproximação de usuários não especializados com os temas relacionados à Geoinfo (MENEZES, 2013).

O estímulo ao emprego da Geoinfo não é somente decorrente do processo de simplificação de seus recursos, mas também pela sua eficácia em transmitir informações. Isso ocorre porque seus produtos podem ser considerados tão importantes quanto a linguagem escrita, caracterizando uma forma de armazenamento e comunicação que possuem características especiais, a ponto de ser possível afirmar que: “Se uma imagem vale mais do que mil palavras, um mapa vale mais do que mil imagens” (MENEZES, 2013).

Dessa forma, a simplificação na manipulação e o baixo custo das geotecnologias, bem como o potencial de comunicação proporcionado pela Geoinfo, abriram um leque de opções que permitem utilizá-la de maneira decisiva em diversas situações, impulsionando o Exército Brasileiro (EB) a atualizar seus manuais e a vislumbrar a aplicação das novas geotecnologias na modernização de antigos processos.

O Manual de Geoinformação do Exército Brasileiro

A disseminação das geotecnologias e a profusão da quantidade de dados disponíveis podem gerar no usuário não especializado a sensação de que não há necessidade de fundamentar seus conhecimentos. Todavia, isso pode levar a erros com sérias consequências para a atividade que estiver sendo desenvolvida com base na Geoinfo.

O Exército Brasileiro buscou nivelar o conhecimento de seu pessoal não especializado em Geoinformação e balizar de forma adequada o emprego da Geoinfo, lançando o Manual de Campanha EB20-MC-10.209, 1ª Edição, em 2014, cuja capa e estrutura estão representados na figura 1.

A Geoinfo possui aplicação direta ou indireta em todas as Funções de Combate, sendo amplamente empregada no planejamento e na condução das operações, quer seja pelos comandantes ou por seus estados-maiores. Por isso, aspectos relacionados com os fundamentos, tecnologias, processos de produção, produtos e serviços, capacidades, emprego e a infraestrutura são apresentados no manual, proporcionando o nivelamento de conhecimento em todos os escalões da Força Terrestre, desde

os mais elementares até os níveis da Força Terrestre Componente (BRASIL, 2013).

Quanto aos conceitos e fundamentos de Geoinfo. Um conceito fundamental traduzido pelo Manual para os usuários é que os produtos de Geoinfo são representações da realidade e, por isso, são construídos segundo modelos e regras de abstração. Desse processo, surgem os produtos, que são categorizados segundo a forma, a classe e os tipos, permitindo aos usuários uma correta identificação do que melhor pode ser utilizado para atender suas necessidades.

Em termos de valor agregado, por exemplo, verifica-se que quanto mais elaborados eles forem, maior flexibilidade de emprego terão, porém mais tempo e recursos serão necessários para produzi-los. A figura 2 representa a relação entre produção e flexibilidade para o emprego de alguns produtos de Geoinfo (BRASIL, 2013).

Verifica-se no gráfico que as imagens são de fácil obtenção, porém com aplicação limitada, tendo em vista que, se não forem georreferenciadas, só permitirão a identificação de alvos, sem que seja possível obter coordenadas. Por outro lado, os Sistemas de Informações

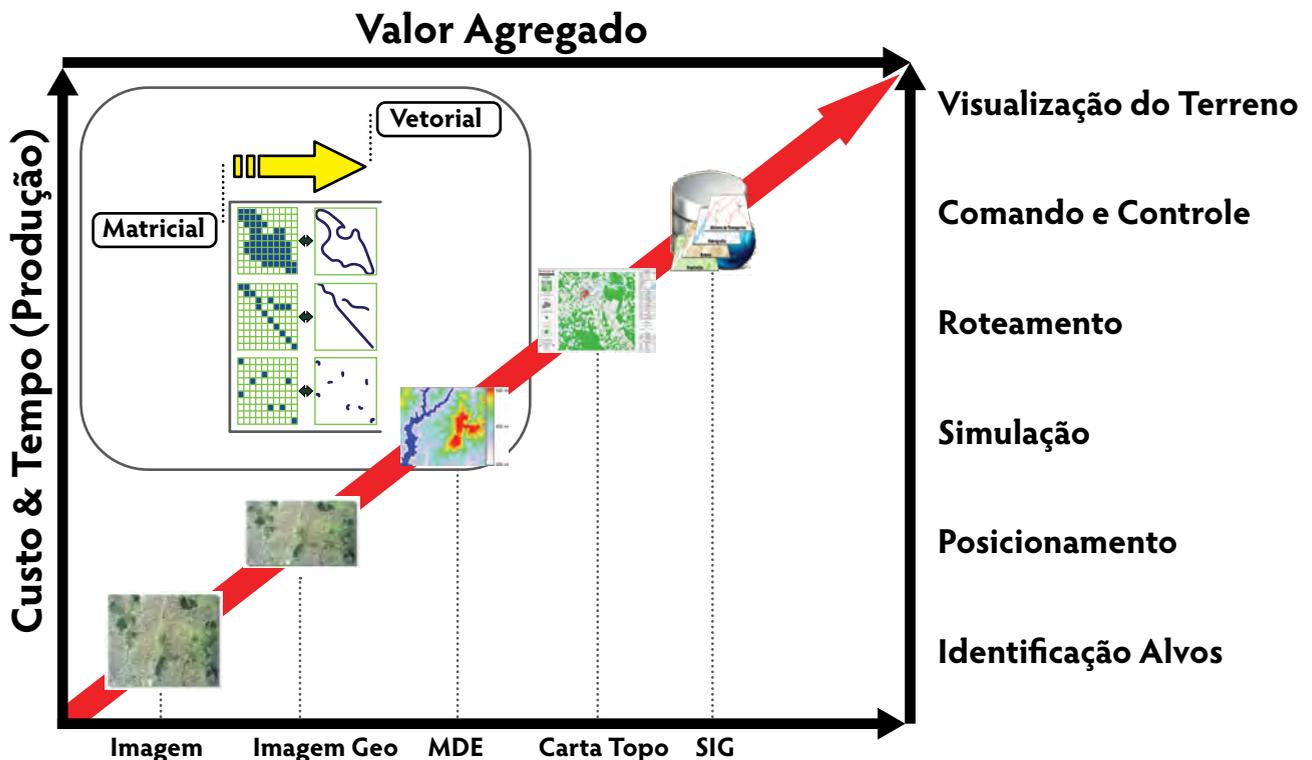


Ilustração do autor

Figura 2. Valor agregado dos produtos de Geoinfo

Geográficas (SIG) exigem mais tempo e recursos para serem implementados, porém podem contribuir com diversas atividades e apoiar a tomada de decisão.

Quanto aos tipos de apoio de Geoinfo. O Manual de Geoinfo prevê que, independentemente do tipo de operação, o apoio é realizado segundo três formas: indireto, direto e centralizado. O apoio indireto consiste no apoio em rede, para prover as bases de dados, modelos, instalações, manutenção, produção de dados, mapas, cartas e reprodução de material de Geoinfo, sendo baseado nos produtos providos pela Diretoria de Serviço Geográfico (DSG), por meio do Banco de Dados Geográfico do Exército (BDGEx).

O BDGEx visa à disponibilização dos produtos cartográficos produzidos pela DSG não apenas para o público militar, mas também para o público civil. Ele permite a visualização e obtenção de produtos de Geoinfo, incluindo imagens, ortoimagens, cartas topográficas e modelos digitais de elevação, que podem ser baixados via internet. Atualmente, o Banco conta com mais de 15.000 produtos, sendo que o acervo é armazenado de forma distribuída entre os 05 (cinco) Centros de Geoinformação, que são Organizações Militares

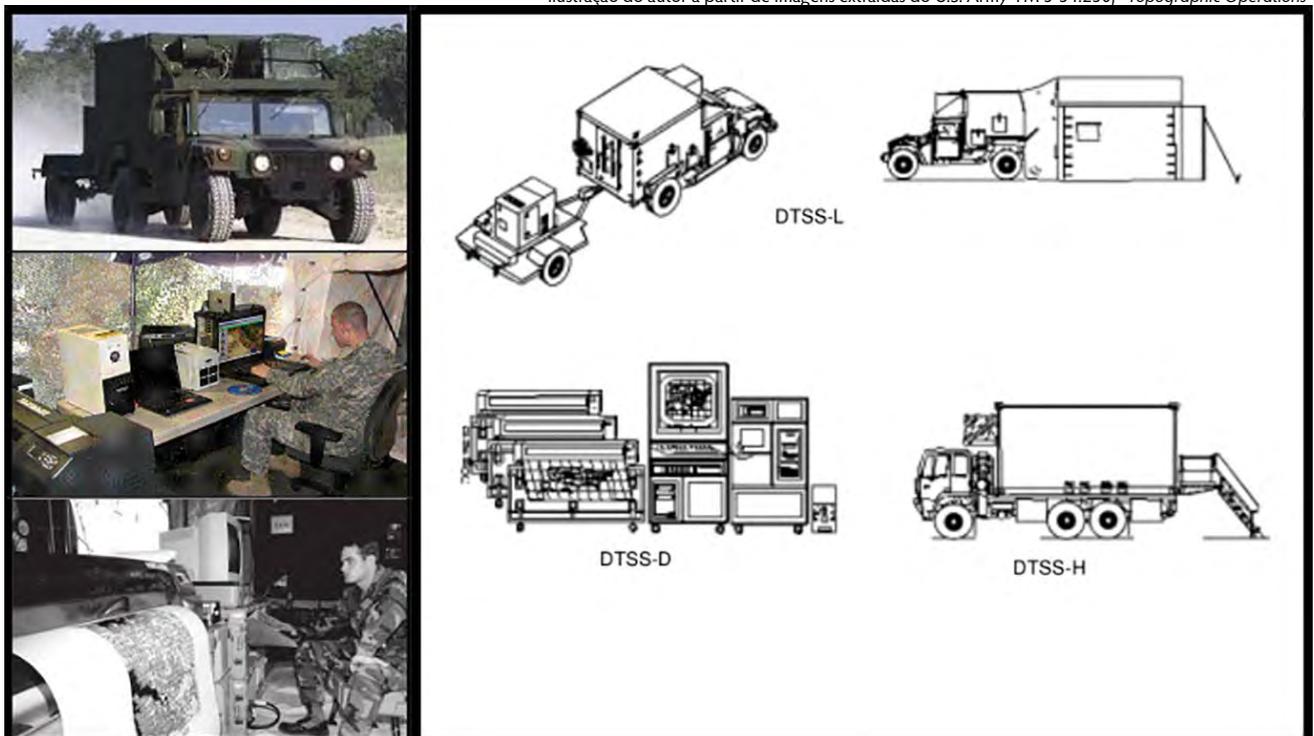
Diretamente Subordinadas ao Serviço Geográfico.

A previsão no Manual é de que os apoios centralizado e direto devem ser prestados por meio de equipes subordinadas aos escalões do Teatro de Operações (TO), consistindo em uma capacidade inovadora para o Exército Brasileiro. Uma possibilidade seria a concepção de uma estrutura similar à utilizada pelo Exército Norte-Americano, baseada em módulos veiculares com capacidade de produzir Geoinfo em apoio direto às operações, contando com equipamentos e pessoal vocacionado para atender de forma tempestiva às necessidades no TO. Esses módulos são exemplificados na figura 3 (Department of the Army, 2000).

Portanto, verifica-se no contexto do Exército Brasileiro uma preocupação da instituição em se manter atualizada quanto ao tema Geoinfo, conforme exemplificado pelo lançamento do Manual EB20-MC-10.209, cabendo ainda um amadurecimento e aprofundamento de aspectos relacionados com o desenvolvimento da doutrina, Organização, Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura, de modo a se explorar da melhor forma os novos potenciais das geotecnologias em apoio às Operações Militares.

Figura 3. Visualização de um módulo do Digital Topographic Support System (DTSS)

Ilustração do autor a partir de imagens extraídas do U.S. Army FM 3-34.230, *Topographic Operations*



As Novas Geotecnologias e os Antigos Paradigmas

O estrategista e filósofo chinês Sun Tzu já estabelecia em sua obra mais conhecida, *A Arte da Guerra*, que: “A superfície da Terra apresenta uma variedade infinita de *lugares*. Deves fugir de uns e buscar outros. Todavia, deves *conhecer todos os terrenos com perfeição*”, indicando que a importância de conhecer o terreno está relacionada com as atividades de natureza militar desde os tempos mais remotos (SUN TZU, 2011).

Provavelmente naquela época a forma de conhecer o terreno estava baseada nas atividades de reconhecimento e ocupação de postos de observação, além do estudo dos mapas e croquis que representavam a região de interesse. Essas eram as fontes e produtos de Geoinfo que serviam de base para que os comandantes militares pudessem compreender as características da área onde haveriam de combater, realizando a visualização do terreno e as análises espaciais que balizariam o planejamento para o combate.

A habilidade de visualizar o terreno de forma indireta, muitas vezes sem tê-lo visto realmente, é considerada desde sempre um atributo de liderança essencial para o comandante militar. Trata-se de um processo por meio do qual o comandante militar cria sua concepção do terreno e analisa seu impacto nas ações a serem desenvolvidas, sendo que a construção mental do ambiente operacional é feita com base em representações da realidade, por meio de mapas, croquis e relatórios de informação, levando em conta aspectos doutrinários e a experiência do decisor.

A necessidade de realizar a visualização e as análises espaciais do terreno nunca deixaram de existir desde os tempos de Sun Tzu. A mudança está na forma como esses processos podem ser feitos atualmente, levando-se em conta as novas geotecnologias disponíveis.

A visualização do terreno no Planejamento das Operações Militares. No âmbito do Exército Brasileiro, são empregados processos para a solução de problemas baseados em uma análise metódica, que considera a missão e as condições de tempo e espaço. O Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres (PPCOT) é utilizado no nível tático com a finalidade de planejar, preparar, executar e reavaliar o cumprimento das missões atribuídas a todos os escalões da Força Terrestre (BRASIL, 2014).

O PPCOT compreende os níveis conceitual e detalhado. O Planejamento Conceitual, constante da Metodologia de Concepção Operativa do Exército (MCOE), visa a obter uma compreensão inicial do ambiente operacional e do problema. O planejamento detalhado, denominado de Exame de Situação, destina-se a estabelecer o ordenamento de diversos fatores que envolvem o processo decisório, sendo eles a missão, inimigo, terreno e condições meteorológicas, meios, tempo e considerações civis (BRASIL, 2014).

A correta compreensão do ambiente em que serão desenvolvidas as operações depende da criação de uma consciência situacional adequada no que diz respeito ao Teatro de Operações. Para isso, a visualização do terreno é uma etapa importante do processo cognitivo do comandante militar, pois cria uma imagem mental do terreno e dos meios nele desdobrados, fazendo uma projeção do estado atual e das fases a serem seguidas até o estado final desejado (BRASIL, 2014).

Durante as fases do planejamento, a análise do terreno compreende um processo de visualização do Teatro de Operações feito na carta impressa em papel e que pode ser complementado e enriquecido com representações tridimensionais do terreno em ambiente digital. Para isso, podem ser empregados produtos e ferramentas para visualização do terreno, aumentando a rapidez da percepção espacial do TO.

O exemplo mais conhecido de ferramenta para visualização digital tridimensional do terreno e com alta capacidade de interação são os globos virtuais, cujo primeiro e mais conhecido aplicativo dessa natureza é o *Google Earth*. Um globo digital é um modelo 3D simulado por programas computacionais para representação da Terra e que proporciona ao usuário a habilidade de se mover livremente pelo ambiente virtual mudando o ângulo de visão e posição. As visualizações podem ser de características geográficas, artificiais ou de representações abstratas como quantidades demográficas (RAMOS, 2005).

Globos virtuais interativos permitem a representação de objetos e eventos. Com isso, é possível espacializar no ambiente digital símbolos que indicam o posicionamento de peças e estruturas dos Escalões da Força Terrestre, criando uma camada de informações a ser visualizada em conjunto com outras camadas, que, ao serem combinadas e observadas sob diferentes pontos de vista, contribuirão para as análises e decisões do planejador das operações militares.

Além dos globos virtuais, existem diversos aplicativos que podem ser utilizados para manipulação de Geoinfo, contribuindo para o processo de visualização do terreno, sendo que um deles é o aplicativo Quantum GIS (QGIS). Mantido pela Open Source Geospatial Foundation (OSGeo), o QGIS é uma ferramenta para manipulação de Geoinformação de código aberto (gratuito), compatível com diversas plataformas computacionais e que tem sido utilizado no âmbito do Exército Brasileiro como solução capaz de permitir aos usuários não especializados a possibilidade de manipular a Geoinfo.

No QGIS, é possível trabalhar com mapas de base de imagens aéreas, mapas e estradas usando as plataformas do *Google* (*Earth*, *Maps* e *Street View*), dentre outras, permitindo economia de recursos e flexibilidade para os usuários. No âmbito do Exército Brasileiro, existem Estágios de Geoinformação para Corpo de Tropa, baseados no QGIS e que são oferecidos para usuários não especializados, com a finalidade de apresentar os conceitos da geoinformação e as suas potencialidades de utilização prática, por intermédio de um SIG, nas atividades de preparo e emprego da tropa.

Assim, o avanço tecnológico mencionado proporciona geotecnologias que são ferramentas indispensáveis para análises integrativas, espacialização e visualização de dados geoespaciais. Tradicionalmente, a visualização do Teatro de Operações é feita a partir de mapas bidimensionais em papel, porém já existem ferramentas que podem facilitar a análise do tipo e das condições do terreno, oferecendo ao comandante uma visão tridimensional em ambiente virtual, de tal modo que ele possa ver sua área de atuação por diferentes pontos de vista.

A Geoinfo em apoio ao acompanhamento de conjuntura. Os Sistemas de Informações Geográficas (SIG) são uma ferramenta que reúne pessoas, *software*, *hardware*, procedimentos, dados, permitindo e facilitando a análise, gestão ou representação do espaço e dos fenômenos que nele ocorrem. Eles constituem soluções tecnológicas que separam a Geoinfo em diferentes camadas temáticas, permitindo a manipulação rápida e simples, bem como o relacionamento e a integração de dados, com a finalidade de gerar nova informação (LONGLEY, et tal, 2013).

A localização oferece em muitas situações uma chave comum entre conjuntos de dados, possibilitando a descoberta de relações e correlações entre eventos.

Esse processo denomina-se análise espacial e constitui um importante recurso de Geoinfo, capaz de revelar coisas que, de outro modo, seriam invisíveis. O SIG é uma ferramenta que pode incluir todas as transformações, manipulações e métodos que podem ser aplicados à Geoinfo para adicionar valor a ela, visando a apoiar a tomadas de decisão e a revelar padrões e comportamentos que não são facilmente perceptíveis (LONGLEY, et tal, 2013).

O conceito de SIG para análise espacial, associado com os Geoserviços disponíveis na internet estão servindo para inspirar a criação de um Geoportal na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), com a finalidade de aperfeiçoar trabalhos de acompanhamento de conjuntura realizados por meio do Observatório Militar da Praia Vermelha (OMPV).

O Observatório Militar da Praia Vermelha (OMPV), criado por diretriz do Comando da ECEME, tem por finalidade realizar o acompanhamento do cenário geopolítico definido em áreas temáticas de interesse da Força, sob a ótica das Ciências Militares, produzindo e divulgando conhecimento de modo contínuo e oportuno, constituindo uma forma sistematizada de explorar e apresentar a perspectiva da Escola diante de assuntos de interesse nacional e internacional.

As áreas temáticas relacionadas como sendo de interesse para o OMPV são: Conflitos bélicos, missões de paz, crime organizado internacional e segurança pública, recursos naturais e fontes de energia, guerra cibernética, movimentos populacionais, terrorismo e sistemas de armas. A composição do OMPV visa a desenvolver, de forma sistemática, a produção de estudos estratégicos, valendo-se para isso do capital intelectual permanente e temporário existente na Escola, constituindo-se, dessa forma, em mais um elemento integrador das Divisões e Seções.

Os produtos gerados pelos grupos de trabalho que realizam o acompanhamento dos diversos temas consistem, basicamente, em análises estratégicas de cenários, resenhas, além de mapas e gráficos. Os resultados obtidos com os trabalhos dos grupos temáticos por si só já possuem alta qualidade, principalmente em decorrência do potencial intelectual dos integrantes dos grupos. Todavia, a possibilidade de associar a geoinformação aos produtos e ainda de utilizá-la no processo de análise constitui uma solução que pode e deve ser

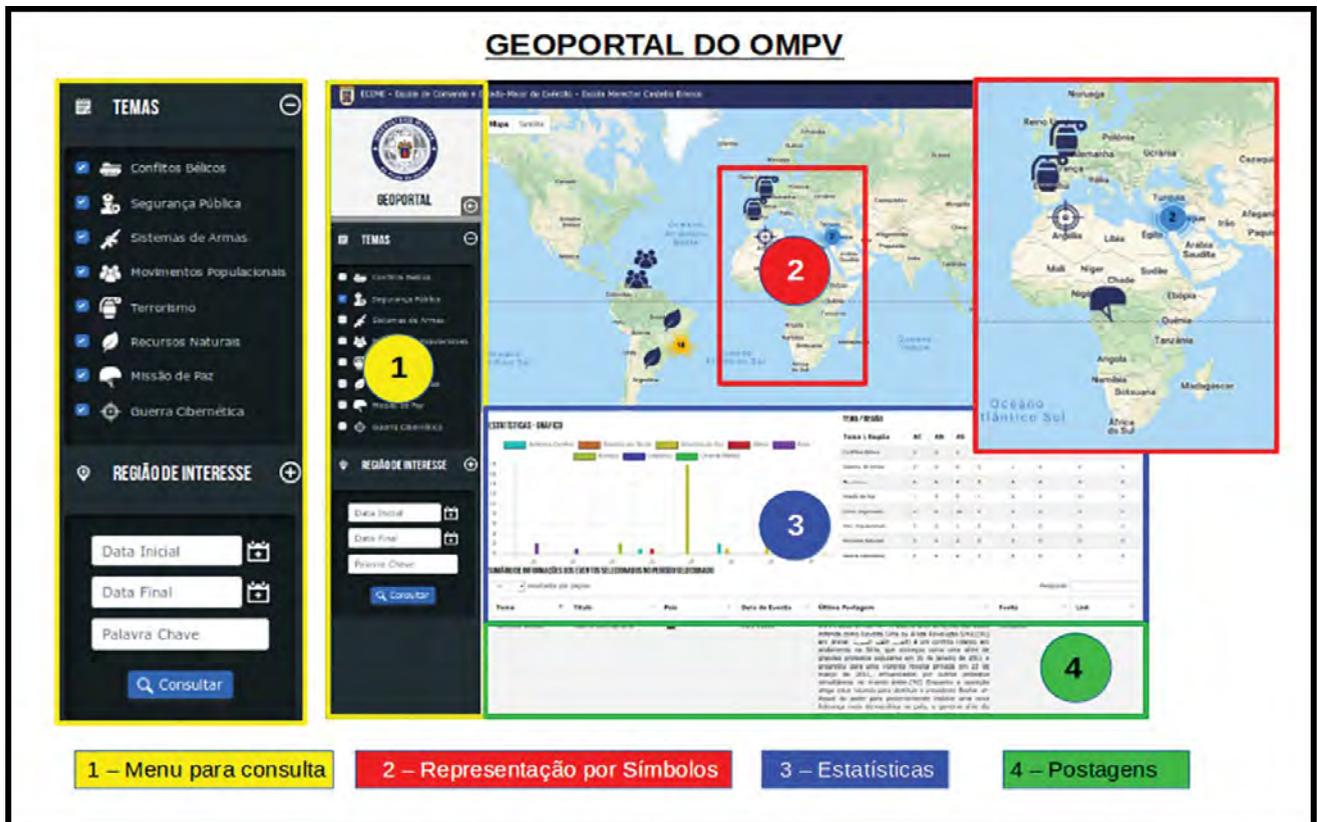


Ilustração do autor

Figura 4. Geoportal do OMPV

explorada, aproveitando a capacidade que a Geoinfo tem de agregar valor ao processo analítico e aos produtos dele decorrente.

A dinâmica dos temas a serem estudados poderá ser mais bem compreendida e ilustrada se a componente espacial for explorada. Para isso, torna-se necessário representar os eventos e ocorrências sobre bases cartográficas, de modo a criar uma nova perspectiva de análise. Duas soluções para emprego de Geoinfo foram concebidas, visando a potencializar e agregar valor aos produtos do OMPV: capacitação em geotecnologias e desenvolvimento de um geoportal.

A solução capacitação em geoferramentas consiste em treinar integrantes das áreas temáticas para trabalhar com aplicativos que viabilizem a manipulação de Geoinfo, com o propósito de permitir que as áreas temáticas realizem análises e produzam seus mapas, sendo que a ferramenta escolhida foi o QGIS.

Dessa forma, uma vez que se tenha pessoal habilitado na ferramenta QGIS, os temas poderão enriquecer seus produtos finais pelo carregamento, combinação e análise de camadas de dados, contribuindo

para o estudo analítico do tema. Além disso, poderão também construir seus próprios mapas temáticos, de modo a representar eventos ou fenômenos dos temas. O resultado final dessa solução é a capacidade de gerar mapas temáticos por parte dos grupos de trabalho de cada tema.

O Geoportal do OMPV, por sua vez, terá por finalidade espacializar eventos relacionados com as áreas temáticas, associando a estas representações de informações relevantes de cada evento. O Geoportal será uma plataforma *on-line*, baseada em geoserviço e com capacidade de interagir com os usuários. As informações relativas a cada evento serão armazenadas em um banco de dados e depois espacializadas sobre uma base cartográfica, permitindo a compreensão da dinâmica dos temas, bem como a inter-relação entre eventos de temas distintos.

A concepção do geoportal prevê que os eventos serão representados por símbolos do tipo ponto, lançados sobre uma base cartográfica digital. Os símbolos serão específicos para cada tema, de modo que a plataforma deverá ter a capacidade de permitir

uma visualização específica de eventos relacionados com um determinado tema ou da combinação de diferentes temas, sendo que o usuário definirá o que deseja visualizar, tomando por base os critérios de busca por tema, por localização, por janela de tempo ou por uma combinação deles.

Portanto, espera-se que a Geoinfo venha a contribuir com as atividades de acompanhamento de conjuntura, possibilitando a realização de pesquisas mais amplas e profundas ao viabilizar que a componente espacial dos eventos seja considerada, abrindo uma nova dimensão para a realização de análises da relação entre temas de diferentes naturezas, de forma integrada.

Conclusão

Os avanços tecnológicos das últimas décadas ampliaram de forma considerável as possibilidades de emprego da Geoinfo. Nesse contexto, o Exército Brasileiro vem procurando manter seu pessoal atualizado e capacitado para lidar com as novas possibilidades proporcionadas pelas geotecnologias.

O Manual de Geoinfo do Exército é um importante documento que sintetiza de maneira clara e sistematizada conceitos e fundamentos importantes para que os usuários não especializados desempenhem suas funções, tirando o máximo proveito do que a Geoinfo pode oferecer em prol das atividades militares desenvolvidas pela Força Terrestre.

A capacidade que a Geoinfo tem de agregar valor aos processos de análise, por meio da criação de novas perspectivas e da representação espacial integrada de eventos de diferentes naturezas, oferece como desafio a necessidade de conceber sistemas capazes de representar adequadamente a dinâmica dos temas propostos para o OMPV. Esse objetivo será alcançado com a implementação do Geoportal e com a capacitação em ferramentas livres para manipulação de Geoinfo.

Assim, a Geoinfo, sob a ótica das capacidades emergentes, que aos poucos estão sendo internalizadas, abre novos horizontes em termos de emprego, potencializando as atividades realizadas no âmbito do EB, constituindo em vasto campo a ser explorado em proveito da Força Terrestre. ■

Referências

BRASIL. Exército Brasileiro. **Diretoria de Serviço Geográfico: evolução histórica, legislação, estrutura de construção e disponibilização de Geoinformação**. Geoportal do Exército Brasileiro. 2018. Disponível em: <http://www.geoportal.eb.mil.br>. Acesso: 22 FEV 2018.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Manual de Campanha EB20-MC10.209: Geoinformação**. Brasília, 2013.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Manual de Campanha EB20-MC10.211: Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres**. Brasília, 2014.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Manual de Campanha EB20-MC10.301: FTC nas Operações**. Brasília, 2014.

Department of the Army. **US Army. Field Manual FM**

3-34.230 – Topographic Operations. Washington, 2000.

LONGLEY, P. A.; MAGUIRE, D. J.; GOODCHILD, M. F.; RHIND, D. W. **Sistemas e Ciências da Informação Geográfica**, 3ª Edição, Porto Alegre, 2013.

MENEZES, P. M. L.; FERNANDES, M. C. **Roteiro de Cartografia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

MONICO, J. F. G. **Posicionamento pelo GNSS: Descrição, fundamentos e aplicações**. São Paulo. UNESP, 2008.

RAMOS, C. S. **Visualização cartográfica e cartografia multimídia: conceitos e tecnologias**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SUN TZU. **A arte da guerra**. Tradução de Sueli Barros Cassal Porto Alegre: L&PM, 2011.

Coronel Danilo Mota Alencar



Coronel Danilo Mota Alencar retorna ao Brasil após cumprir sua missão como Oficial de Ligação do Exército Brasileiro junto ao Centro de Armas Combinadas do Exército dos EUA e Redator-Assessor da *Military Review*, em Fort Leavenworth, Kansas.

Durante os dois anos que conviveu conosco, o Cel Danilo evidenciou um elevado grau de profissionalismo e dedicação, bem como as qualidades de cidadão e de soldado de que é possuidor. Dotado de grande experiência profissional e cultural, sua contribuição foi de valor inestimável para elevar o conceito da *Military Review*.

Sua personalidade ímpar tornou-o um grande diplomata ao relacionar-se com os representantes de outros

exércitos, com os quais teve a oportunidade de trabalhar durante sua missão.

A partir de junho de 2018, o Cel Danilo assume a função de assessor de doutrina do Departamento de Educação e Cultura do Exército, DECEX, no Rio de Janeiro. Esperamos que sua experiência em Fort Leavenworth tenha sido compensadora, tanto do ponto de vista profissional como pessoal.

A equipe da *Military Review* — militares e civis — e, em particular, da Edição Brasileira, aproveita esta oportunidade para agradecer sua dedicada e valiosa colaboração, enviando-lhe os mais sinceros votos de pleno êxito e de felicidades no desempenho de suas novas e importantes funções no Exército Brasileiro, extensivos à sua digníssima família.